

FRANCISCO DE ASSIS BATISTA

OS SERTÕES DOS CARIRIS VELHOS DA PARAHYBA DO NORTE





Universidade Estadual da Paraíba

Prof^ª. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^ª. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Francisco de Assis Batista

OS SERTÕES DOS CARIRIS VELHOS DA PARAHYBA DO NORTE



Campina Grande - PB | 2023



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidival Morais de Sousa (*Diretor*)

Expediente EDUEPB

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima A. Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire
Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Técnica

Carlos Alberto Araújo Nacre
Thaise Cabral Arruda
Walter Vasconcelos

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

B333s Batista, Francisco de Assis.
Os sertões dos cariris velhos da Parahyba do Norte /
Francisco de Assis Batista. – Campina Grande : EDUEPB,
2023.
194 p. : il. ; 15 x 21 cm ; 1,5 MB.

ISBN: 978-85-7879-825-3 (E-book)
ISBN: 978-85-7879-824-6 (Impresso)

1. História da Paraíba. 2. Planalto da borborema. 3.
Geografia da Paraíba. I. Batista, Francisco de Assis. II. Título.

21. ed. CDD 338.9

Ficha catalográfica elaborada por Ana Patricia Silva Moura – CRB-15/945

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

PREFÁCIO



Em boa hora vem a lume a obra *Os Sertões dos Cariris Velhos da Parahyba do Norte*, de Francisco de Assis Batista, obra que requer uma atenção especial dos que irão recepcioná-la pelos anos afora, isto por duas razões: em primeiro lugar, por se tratar de uma obra escrita por um acadêmico para um público leitor não necessariamente acadêmico, advindo daí um texto livre de notas explicativas, de citações *ipsis litteris* em excesso ou um texto em que o autor, longe de comungar com a máxima da “morte do autor” em certa apreensão hoje considerada de teor pós-moderno - cujo corolário é a tentativa de esvaziamento da ideia de conhecimento verdadeiro associado à intencionalidade autoral, conforme iconoclasta tese de Roland Barthes¹ -, dá a sua interpretação e, por conseguinte, oferece uma abordagem verossímil acerca das experiências sociais e humanas focalizadas; em segundo lugar, como a pretensão é atingir um público que extrapola os estritos círculos acadêmicos, trata-se uma obra livre de todo pedantismo no tocante aos usos de um sem-número de categorias históricas e/ou sociológicas ligadas ao universo camponês, a exemplo de “reciprocidade”, “economia moral”, “discurso oculto”, entre outros, haja vista que tais conceitos, além de não formarem um corpo à

1 Cf. BARTHES, Roland. “A morte do autor”. In *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira e revisão de Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

parte, como costumeiramente acontece nos trabalhos acadêmicos, aparecem aqui de forma muito bem dosada, sem maiores injunções puramente teorizantes.

Um ponto que merece destaque diz respeito à diversidade fontes à disposição do autor, pois incluem desde textos acadêmicos, embora em número bem reduzido, a censos demográficos diversos, sob a responsabilidade do IBGE. Incluem ainda textos de memorialistas das várias localidades do antigo município de Monteiro, passando por estudos históricos e/ou sociológicos de autores mais ou menos “freelance”, sem vínculos acadêmicos e/ou institucionais, menos ainda a serviço de determinada estrutura de poder. Ainda que tenha realizado pessoalmente algumas entrevistas com pessoas ligadas ao universo camponês, o autor não fez maiores incursões por fontes ditas primárias, preferindo recorrer a fontes de segunda mão, como a maioria das que foram acima elencadas. Seja como for, parecem sugerir que se trata de um corpus documental riquíssimo, no qual o autor mergulha com afinco, inclusive do ponto de vista de uma história possível quando tal mergulho não possibilita maiores certezas, advindo, nesses casos, a exploração de indícios ou pistas sugeridas por essas mesmas fontes. É como se o tempo todo estivesse a dialogar, ainda que sem citá-lo diretamente, com o micro-historiador italiano Carlo Ginzburg, cujo paradigma indiciário, ainda que admita que nem sempre é possível alcançar, em âmbito historiográfico, provas incontestes em torno do universo acontecimental, não abre mão da ideia de que jamais há que perder de vista a evidência, sem a qual a escrita da história se revelaria impossível².

Ante o exposto, vamos ao mais importante: a demonstração mais ou menos sucinta dos conteúdos focalizados nos seus 14 capítulos. Para começo de conversa, o autor optou por não

2 Cf. GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. 2. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

oferecer qualquer apresentação ou texto introdutório, preferindo ir direto aos subtemas dos respectivos capítulos, em relação aos quais aqui vai mais uma advertência: ainda que alguns capítulos pareçam comportar vida própria, não adianta fechar o livro em algum ponto sem a verificação devida de suas várias conexões internas. Um capítulo qualquer, caso lido isoladamente, parece transmitir a sensação de quero mais, de lacunas que carecem de preenchimento. E assim os capítulos vão se sucedendo como complementos um do outro, em que o produto final é aquilo que realmente interessa.

Ao contrário de tantas obras sobre cidades interioranas preocupadas tão só com vultos e fatos, do tipo que exalta datas cívico-memorativas e pessoas tomadas como personalidades locais, esta que agora chega às mãos do leitor é de outra natureza. É que o foco, aqui, é a demonstração do modo como se deu a constituição de todo um universo camponês na região em estudo. Logo, um recorte em torno das classes pobres no campo, formada pela gente “de baixo”, com seus laços internos de “reciprocidade” e com suas práticas de resistência ao latifúndio e aos poderes dele emanados.

Após um capítulo inicial de caráter descritivo - um capítulo informativo e necessário - com o fim de demarcar a territorialidade da área estudada, o antigo município de Monteiro e suas cercanias, o texto avança, no capítulo II, com base em pistas ou indícios extraídos de clássicos da historiografia paraibana, para explicar o modus operandi da ocupação colonizadora, à época das sesmarias, com muitos pedidos a respeito, entre os séculos XVII e XVIII, levada a efeito pelos Oliveira Ledo e outros, jesuítas incluídos, e suas ações com vistas à desestruturação do modus vivendi dos povos originários, os índios cariris e xucurus. Enfim, ocupação da terra por meio de latifúndios destinados inicialmente à atividade pecuária em grandes fazendas de gado.

No capítulo III, o autor realiza o primeiro exercício para fins de demonstrar a emergência de um campesinato na região, a qual, tomada como “terra de passagem e de refúgio”, não foi ocupada em

toda sua extensão pelo latifúndio, haja vista que aos poucos surgem pequenos minifúndios voltados à agricultura de subsistência, cujos ocupantes aos poucos foram tomando chegada em decorrência de várias situações, a exemplo de homens pobres livres fugidos das contendas entre os poderosos da terra, pessoas em regime de cativo que se evadiram das grandes fazendas e/ou índios evadidos do sistema de aldeamento das chamadas missões religiosas. Ainda que recorra a fontes de segunda mão, o autor recolhe uma série de indícios, pela via aludida, no tocante à formação de todo um universo camponês em terras dos Cariris Velhos da Paraíba, terras que remetem ao antigo município de Monteiro e seu vastíssimo território, composto pelo núcleo urbano sede e inúmeros povoados que depois se tornaram politicamente independentes.

Mas esse campesinato em seus minifúndios, como passa a demonstrar no capítulo IV, é marcado por certa invisibilidade se se considera certos feixes de fontes, a exemplo do Censo Agropecuário de 1920. Aqui, conforme demonstra, há registros apenas dos grandes estabelecimentos rurais, marcados por grandes extensões de terra, tocados por um número reduzido de famílias da chamada elite rural caririzeira. Consequentemente, predomina um enorme silêncio para com os pequenos minifúndios e sua agricultura de subsistência. Mas ainda que excluía dessa fonte oficial, há uma massa camponesa que se encontra ali, a qual em algum momento ganhará alguma visibilidade. É o que acontece com o Censo Agropecuário de 1940, que pelo fato de não delimitar uma área mínima para determinar o que seria uma propriedade rural, contemplou centenas de pequenos estabelecimentos voltados ao trato com a terra e à pequena produção agropecuária. Ainda que campesinato se ofereça, até esta parte da obra, como categoria, sem descer aos agentes efetivos que a compõem, isto é, aos “de baixo”³, começa a se desenhar a mencionada

3 Cf. THOMPSON, Edward Palmer. “A história vista de baixo”. In NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sérgio (orgs.). *E. P. Thompson: as peculiaridades dos*

visibilidade com vistas àquela que parece ser a meta por excelência traçada pelo autor: o protagonismo camponês.

Traçada essa meta, vários capítulos caminham na direção da formação do dito campesinato, a exemplo do capítulo V, no qual o autor demonstra o papel dos povos negros escravizados em todo esse processo. Provenientes de outras regiões sujeitas ao cativo ou das próprias fazendas da região igualmente sujeitas ao terrível regime, onde a tortura era sua marca registrada, muitos se evadiram dos maus tratos e ajudaram a sedimentar o universo camponês dos Cariris Velhos à altura de Monteiro e povoações circunvinhas.

Nos capítulos VI e VII o autor volta sua atenção para a produção de algodão relativamente à área estudada, atividade sobre a qual nada dissera até esta parte da obra. Ora, é sabido que o semiárido da Paraíba, formado por terras sertanejas e caririzeiras, respirou algodão durante bem mais de um século, em especial a partir dos anos sessenta do século XIX, quando do “boom algodoeiro” decorrente da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, momento em que a demanda pela malvacea no mercado internacional aumentou exponencialmente. Mas bem entendido, não se tratava de demanda por qualquer gênero algodoeiro e sim demanda pelo arbóreo, popularmente conhecido como “mocó” ou “seridó”, que por se oferecer como algodão de fibra longa alcançava as maiores cotações no mercado internacional de lã. Acontece que o arbóreo se adaptou no semiárido nordestino, extensivo aos sertões e cariris da Paraíba, talvez como em nenhum outro local do planeta. Daí o interesse dos grandes fazendeiros dos Cariris Velhos pela produção da lã algodoeira, passando a incrementá-la ao lado da antiga atividade pecuária.

E como era de se esperar, o algodão, bem mais que o gado, imprimiu toda uma marca no mundo do trabalho. Diferente do

gado, onde um número pequeno de vaqueiros cuidava do rebanho, o algodão exigia uma leva bem maior de trabalhadores para sua consecução: na poda dos algodoeiros, na colheita, descaroçamento ou transporte da lã em cada safra. De modo que na lida com o gado ou com o algodão, levava-se trabalhadores - quer se tratasse de camponeses submetidos ao sistema de moradia na própria fazenda ou de camponeses que vendiam temporariamente sua força de trabalho, o chamado “braço alugado” - faziam a riqueza das grandes fazendas e de sua elite proprietária. E em meio a tudo isto, havia margem para a agricultura de subsistência, seja da parte dos muitos camponeses que, como moradores das próprias fazendas, pagavam um foro anual aos respectivos proprietários, seja da parte de pequenos proprietários instalados nas franjas do domínio latifundiário.

E de toda essa análise, um dado importante: nos dois capítulos referidos, há minimamente uma descida aos nomes de gente poderosa da chamada elite agrária na antiga Alagoa do Monteiro, com exemplos preciosos acerca do sistema de mando no interior de algumas dessas fazendas. Assim o leitor se familiariza com noção de elite rural não mais na condição de mera categoria e sim por meio das ações de alguns de seus membros.

Se nos capítulos VI e VII o leitor é levado a se familiarizar, em se tratando atividade econômica, com o binômio boi-algodão, passando a identificar nominalmente várias fazendas e respectivos proprietários, e a identificar igualmente como era seu interior no tocante às relações de trabalho e às categorias de trabalhadores nelas envolvidas, o capítulo VIII não só retoma o binômio boi-algodão como vai além, desta feita levando o leitor ao conflito armado entre “coronéis”: de um lado, os irmãos Santa Cruz - espécie de coronéis togados, conquanto bacharéis em Direito - e seus aliados em Alagoa do Monteiro e na vizinhança, com Augusto, o irmão mais novo, à frente de um pequeno exército particular para as escaramuças que estavam por vir; de outro, os aliados locais da então oligarquia “Machado-Leal”, a exemplo do então prefeito,

coronel José Bezerra, o qual foi preso, ao lado de outros potentados monteirenses, quando da invasão que Augusto Santa Cruz promoveu em Alagoa do Monteiro, isto no ano de 1911. Mas Augusto Santa Cruz não conseguiu atingir sua meta, isto é, desestabilizar o poder oligárquico estadual em nível local para fins de uma possível intervenção federal. Vendo-se obrigado a fugir para Juazeiro do Norte, no qual buscou a proteção de Padre Cícero, não sem antes liberar do aprisionamento seus adversários políticos, logo sofreu uma nova derrota política: a chegada ao poder no estado Paraíba, com reflexos em nível local, de uma nova oligarquia em substituição à oligarquia Machado-Leal. Trata-se da oligarquia Epitacista, surgida na Paraíba logo após a morte de Álvaro Machado em 1912, ano que coincide com o retorno de Augusto Santa Cruz e seus comandados ao município de Monteiro. Na sequência, conforme devidamente demonstrado pelo autor, as pretensões políticas de Augusto Santa Cruz, apesar de mais apelos às armas com a invasão de vários municípios paraibanos, não foram adiante, sendo enterradas de vez sob o Epitacismo.

Quanto aos capítulos restantes, do capítulo IX ao XIV, há elementos que os unem em torno de uma poderosa variável, a qual atravessa todos esses seis capítulos: a reciprocidade, permitindo, por assim dizer, uma visada de conjunto. Além dessa variável e seus desdobramentos, que o leitor conhecerá abaixo, também chama a atenção, nesses capítulos restantes, um lugar especial para o trabalho com a memória, quer se trate de memórias recortadas de segunda mão, quer de memórias recortadas de depoimentos obtidos pelo próprio autor em entrevistas orais. O recurso é importante porque possibilita, na parte final da obra, adentrar o universo camponês, no tocante ao dito protagonismo, do ponto de vista dos nomes próprios, em que campesinato, sem deixar de ser categoria, é categoria formada por trabalhadores e trabalhadoras com rosto e residência próprios.

E quanto à visada de conjunto sobre os capítulos restantes, há que chamar a atenção para o fato de que a problemática da

reciprocidade nos Cariris Velhos deve ser encarada, inicialmente, como uma prática comum, entre grandes e pequenos proprietários, do não cercamento de suas respectivas propriedades, muito embora, com o passar do tempo, cada vez mais os grandes proprietários tenham apelado para demarcações de suas terras com a presença de cercas, em especial quando passaram a praticar violentos processos de grilagem contra os pequenos, avançando sobre a terra do outro exatamente por meio do recurso ao cercamento. Se aqui, como se vê, regras de reciprocidade foram quebradas do grande para com o pequeno, também houve casos de quebra de regras reciprocidade entre os grandes proprietários do lugar, que passaram ao cercamento de modo privado, sem acordar nada com os vizinhos.

E a quebra dessas regras de reciprocidade, conforme argumentado pelo autor, tem a ver com a quebra de certa noção de “economia moral”. No caso em apreço, noção de economia moral remete a regras coletivamente aceitas, mantidas pela tradição, no tocante ao uso comum dos recursos naturais. Daí que a opção pelo cercamento das terras de modo privado, sem acordo prévio a respeito, significava a quebra dessa tradição ou, conforme o autor, uma quebra das regras de uma “economia moral”. É evidente que o autor realiza uma apropriação do conceito de “economia moral”, da autoria de E. P. Thompson,⁴ de um modo bem peculiar no tocante aos Cariris Velhos. Aqui, o dito conceito não remete à noção de “justo preço” exigido por homens e mulheres pobres na Inglaterra setecentista quando da aquisição de pão e/ou trigo, base de sua alimentação, se amotinando sempre que moleiros ou panificadores desrespeitam essa regra moral. Nos Cariris Velhos não chegava a esse nível de radicalização, mas ainda assim havia quebra das regras de reciprocidade, logo, quebra de regras morais.

4 THOMPSON, Edward Palmer. “Economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. In *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Mas a reciprocidade retratada pelo autor, nos referidos capítulos, vai além da aceitação de possíveis regras para o uso comum das terras caririzeiras, sem a necessidade de demarcação da propriedade da terra por meio de cercas. É que um ponto alto na prática da reciprocidade no universo camponês caririzeiro residia na realização de mutirões entre as famílias camponesas vizinhas. Por exemplo, para evitar que um açude soçobrasse em decorrência de arrombamento, em que muitos acorriam para sanar o problema. Para ajudar uma dada família camponesa na debulha de feijão, prática com revezamento nas demais casas da vizinhança, entre outras. E também havia um sem-número de trocas de pequenos favores entre as várias famílias, que se ajudavam mutuamente em suas muitas carências materiais. O resultado de todas essas reciprocidades, como não poderia deixar de ser, é que fortaleciam laços afetivos e de amizade no seio do universo camponês.

Por último, a reciprocidade tomada como fator de resistência parece um ponto alto a atravessar os ditos capítulos finais. Em primeiro lugar, o fator de união dos camponeses ao resistirem aos poderosos da terra por meio do chamado “discurso oculto”, conceito costurado pelo sociólogo inglês James C. Scott, citado pelo autor, para designar a solidariedade entre os camponeses, quando reunidos em segurança ante a ausência dos seus poderosos inimigos de classe, sentindo-se à vontade para lançar mão do dito “discurso oculto”, carregado de insatisfação e rebeldia contra os desmandos e privilégios de seus algozes, os quais, não sabedores dessa rebeldia, se deixavam enganar quando os julgavam pelos seus “discursos públicos”, isto é, discursos de pessoas supostamente subservientes. Em segundo lugar, a reciprocidade como a que é retratada num caso concreto: a presença de centenas de famílias de moradores na antiga fazenda Santa Catarina, da família Santa Cruz desdobrada em três gerações, centenas de famílias que, mediante o pagamento de um foro anual que consideravam justo - sem dúvida, mais uma regra de economia moral, ficando

subentendido que eles, foreiros, não aceitariam a quebra dessa regra moral -, praticavam a reciprocidade em larga escala, em prol de uma genuína agricultura de subsistência, não para o mercado, configurando aquilo que o autor havia estabelecido como meta desde o começo: a configuração de um autêntico universo camponês nas terras dos Cariris Velhos da Paraíba.

Gervácio Batista Aranha

Prof. Dr. em História Social do Trabalho pela UNICAMP

Professor da Graduação e do Mestrado em História da UFCG

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	
OS SERTÕES DOS CARIRIS VELHOS DA PARAHYBA DO NORTE.....	17
CAPÍTULO II	
O PROCESSO DE OCUPAÇÃO: AS RAÍZES HISTÓRICAS DOS LATIFÚNDIOS	31
CAPÍTULO III	
TERRA DE PASSAGEM E TAMBÉM DE REFÚGIO.....	43
CAPÍTULO IV	
A VISIBILIDADE DOS GRANDES PROPRIETÁRIOS E A INVISIBILIDADE DO CAMPESINATO	57
CAPÍTULO V	
OS ESCRAVOS NA FORMAÇÃO DO CAMPESINATO.....	67
CAPÍTULO VI	
A ELITE AGRÁRIA E OS CAMPONESES.....	81
CAPÍTULO VII	
ALGODÃO: O OURO BRANCO	89

CAPÍTULO VIII	
CORONÉIS E CONFLITOS.....	97
CAPÍTULO IX	
AS FACES DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE OS CAMPONESES E A ELITE AGRÁRIA.....	107
CAPÍTULO X	
REGRAS DE UMA ECONOMIA MORAL.....	119
CAPÍTULO XI	
AS MÚLTIPLAS FACES DAS PRÁTICAS DE DOMINAÇÃO E DA RESISTÊNCIA.....	133
CAPÍTULO XII	
EXERCÍCIOS DE RECIPROCIDADE ENTRE CAMPONESES..	147
CAPÍTULO XIII	
DA RECIPROCIDADE AO CONFLITO NO UNIVERSO CAMPONÊS.....	163
CAPÍTULO XIV	
EXERCÍCIOS DE COOPERAÇÃO E RECIPROCIDADE NA FAZENDA SANTA CATARINA.....	175
REFERÊNCIAS.....	185
ANEXO	
RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DE ALAGOA DO MONTEIRO E SUB-REGIÃO EM 1920.....	195

CAPÍTULO I

OS SERTÕES DOS CARIRIS VELHOS DA PARAHYBA DO NORTE



O Cariri Ocidental da Paraíba, anteriormente, fazia parte da região dos Cariris Velhos da Paraíba do norte, constituindo a região sertaneja.

A microrregião do Cariri Ocidental, conforme denominação atual ocupa uma área de 7.158 km². É composta pelos municípios de São João do Tigre, Serra Branca, Coxixola, Assunção, Congo, Taperoá, Ouro Velho, Sumé, Amparo, Livramento, Monteiro, São José dos Cordeiros, Parari, São Sebastião do Umbuzeiro, Zabelê, Prata e Camalaú. De acordo com a subdivisão geográfica feita pelo IBGE, ela constitui, juntamente com as microrregiões do Seridó paraibano, Seridó Oriental paraibano e Cariri Oriental, a segunda mesorregião do Estado da Paraíba, denominada “Mesorregião da Borborema”. Esta mesorregião, por sua vez, compreende a porção central do Estado, correspondente ao planalto da Borborema. Entretanto, nem sempre existiu essa denominação atual em que se subdivide o Cariri em duas micros sub-regiões: a Ocidental e Oriental.

A denominação “microrregião do Cariri Ocidental” atende aos critérios geográficos; contudo, para a análise sociológica, estes critérios servem como um roteiro, para orientar uma delimitação histórica e social de uma região.

Nessa microrregião, alguns municípios tais como Monteiro, Ouro Velho, São Sebastião do Umbuzeiro, apresentam a particularidade geográfica de assemelhar-se ao formato de uma península, pelo fato de ser envolta, por todos os lados, pelo vizinho estado de Pernambuco.

O historiador paraibano Irineu Joffily¹, a partir de sua viagem percorrendo aquela região nos anos de 1880, observa essa particularidade de seus contornos geográficos se encontrar envolto pelo estado de Pernambuco e faz o seguinte comentário:

A comarca do Monteiro [do qual foram desmembrados diversos municípios] achase encravada na vizinha província de Pernambuco, formando um semicírculo ou arco, cuja corda é mais ou menos traçada pelo curso do rio Sucuru, que nascendo uma légua acima da povoação de boi Velho, na chapada que divide a Paraíba de Pernambuco [...]

Irineu Joffily² toma como referência, para delimitar a fronteira ao norte, o rio Sucuru, e Cavalcanti³ ao se referir as fronteiras geográfica no sentido sul, menciona uma cadeia de serras denominada de Ararobá

Era chamada de Ararobá a região montanhosa onde estão localizadas, além de muitas outras, as serras do Ararobá, do Cachorro, do Gavião e Jacarará, situando as duas últimas, as nascentes do Capibaribe [...] em direção ao poente, até os municípios de Arcoverde e Sertânia, e por este limite, até o Estado da Paraíba [...].

-
- 1 JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Livro I e II, Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro, em 1892, com prefácio de Capistrano de Abreu. Brasília: Thesaurus, 1977. p.395.
 - 2 JOFFILY, Geraldo Irineu. **Um cronista do sertão no século passado**. Campina Grande: Comissão Cultural do Município, 1965.
 - 3 CAVALCANTI, A. Leite. **História de Garanhuns**. Recife: CEHM/FIAM, 1983.

Outra descrição da posição geográfica ocupada por aquela área e de suas fronteiras com Pernambuco nos é apresentada por Celso Mariz⁴, no seu livro “Através do Sertão”, ocasião em que descreve os contornos daquela área da Paraíba onde se localizava o município de Monteiro da seguinte forma: “Vasto município limitado pelo de São João do Cariri [PB] ao nascente e norte; pelo de Teixeira ao Norte e poente; pelos **pernambucanos** de São José do Egito, a oeste, e Pesqueira e Alagoa de Baixo [atual Sertânia - PE], ao Sul.”

Na década de 1950, o IBGE compreendia essa microrregião apenas como denominada de “Cariris Velhos”, sendo classificada como a microrregião 96, fazendo parte da mesorregião denominada de Sertão paraibano.

A denominação de Cariris Velhos se deu por conta dos índios Cariris que habitavam a região fronteira entre os atuais estados da Paraíba e Pernambuco. Com a migração destes para a serra do Araripe, no estado do Ceará, essa nova região ocupada passou a ser denominada de “Cariris Novos” em alusão aos “Cariris Velhos” de onde esses índios anteriormente procediam⁵.

A província dos Cariris Novos era constituída⁶:

dos antigos municípios cearenses de Riacho de sangue, Icó, Inhamuns, São Mateus, Lavras, Jardim e Crato, dos de Rio do Peixe e Piancó (paraíba), Pajeú de Flores (Pernambuco), inclusive o território compreendido no antigo

4 MARIZ, Celso. **Através do Sertão**. Edição Fac-Similar. Mossoró: Fundação Vigt-un Rosado, 1999. (Col. Mossoroense, Série C). p.77.

5 ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. **Moxotó brabo**: Aspectos histórico-sociológicos de uma região sertaneja – Pernambuco. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979.p.5.

6 MACIEL, José de Almeida. **Pesqueira e o antigo termo de Cimbres**. Recife: Biblioteca pernambucana de historia municipal, Centro de Estudos de historia municipal 1980. p. 367-368.

julgado de Cabrobó, bem assim do município
piauiense de Piranha (Jaicós?)

No Censo Agrícola de 1950, o terceiro realizado no País, o estado da Paraíba contava com oito Zonas Fisiográficas, sendo aquela área incluída na zona fisiográfica, denominada de Médio Sertão dos Cariris Velhos. Até o Censo Agropecuário de 1985⁷ permanecia a microrregião dos Cariris Velhos, fazendo parte da Mesorregião do Sertão paraibano. Posteriormente a este Censo, a microrregião dos Cariris Velhos foi subdividida em Cariri Ocidental e Cariri Oriental e passaram essas microrregiões a integrar a Mesorregião da Borborema⁸.

O SIGNIFICADO DA PALAVRA SERTÃO

Se por um lado a compreensão da denominação Cariri é evidente, considerando os índios que ali habitavam, por outro, a denominação de Sertão precisa ser esclarecida tanto no sentido etimológico quanto histórico.

Não há dúvidas quanto à origem portuguesa da palavra “Sertão”, sendo esta palavra já encontrada em uso em Portugal, no século XVI, para determinar as regiões situadas no interior do país. No entanto, a grafia da palavra era feita com a letra “c”, certo e não “sertão”, conforme se escreve na contemporaneidade⁹.

A palavra sertão existia antes da chegada dos portugueses ao Brasil, pois Pero Vaz de Caminha, em sua carta, noticiando ao rei a chegada da esquadra no Brasil, por ocasião da suposta descoberta, conforme entendem alguns historiadores, menciona

7 IBGE, CENSO DEMOGRAFICO, 1985.

8 IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO 2000.

9 BARROSO, G. a origem da palavra ‘sertão’. **Boletim geográfico**. Rio de Janeiro:IBGE, V.52:401-403, junho de 1947.

na referida carta duas vezes a palavra sertão, sendo grafado da seguinte forma “sertão”¹⁰.

O uso da palavra sertão ficou marcada pelo significado de “terras que se encontravam no interior do continente”, ou mesmo terras desconhecidas, ou despovoadas, em relação ao litoral por onde teve início a ocupação.

A palavra sertão não tinha, assim, a conotação apenas de terras semiáridas ou áridas, mas de terras não conhecidas, distantes: “mesmo admitindo que a palavra ‘sertão’ apresenta uma origem multivariada, o seu significado converge para um só sentido. O ‘locus’ cujo sentido é o interior das terras ou do continente pode ou não vir implicitado à ideia de aridez ou de área despovoadas”¹¹.

Por estas razões, os Cariris Velhos da Paraíba faziam parte da Mesorregião do Sertão paraibano. Em 1910, no livro intitulado “Através do Sertão”, Celso Mariz¹² observa que esta região do Cariri era compreendida como sendo parte do complexo sertanejo, sendo o sertão dividido em duas partes a que compreendia o Cariri ao Sul e a que compreendia a região do alto sertão ao poente.

Capistrano de Abreu¹³ fazendo a distinção dos sertões nordestinos, entre sertão de dentro e de fora faz a seguinte colocação: “Como vimos, pode-se chamar pernambucanos os sertões de fora, desde Paraíba até o Acaracu no Ceará; baianos os sertões de

10 CUNHA, A. G. (Org.). **Vocabulário da carta de Pero Vaz de Caminha**. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1964. (Dicionário da língua portuguesa –textos e vocabulários, 3).

11 ANTONIO FILHO, Fadel Davi. Sobre a palavra “Sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). **Ciência Geográfica** – Bauru- XV. Vol. XV- jan/dez. 2011.

12 MARIZ, Celso. **Através do Sertão**. Edição Fac-Similar. Mossoró: Fundação Vigt-un Rosado, 1999. (Col. Mossoroense, Série C). p.45.

13 ABREU, J. Capistrano de. 1853-1924. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p.137-205.

dentro, desde o rio São Francisco até o sudoeste do Maranhão.”. Ainda sobre esta distinção argumenta:

Se a Bahia ocupava os sertões de dentro, escoavam-se para Pernambuco os sertões de fora, começando de Borborema e alcançando o Ceará, onde confluíam a corrente baiana e pernambucana. A estrada que partia da ribeira do Acaracu atravessava a do Jaguaribe, procurava o alto Piranhas e por Pombal, Patos, Campina Grande, bifurcava-se para o Paraíba e Capibaribe, avantajava-se a todas nesta região.

Quanto à antiga denominação de “região Norte” na qual estava inserida a Paraíba, para ser compreendida, se faz necessário recorrer a história no intuito de observar como essa denominação mudou ao longo do tempo. Dado a vasta área de terras do Brasil, se fez necessário desde a ocupação a sua demarcação territorial, ocasião em que foram demarcadas as 14 áreas de terras denominadas de capitânicas hereditárias.

Posteriormente, a primeira demarcação em regiões, atendendo as necessidades administrativas ocorreu no ano de 1572. Por esta ocasião o Brasil foi dividido apenas em duas regiões; a região Norte e a Região Sul. A região do Norte tinha sua sede administrativa em Salvador e a região Sul tinha sua sede no Rio de Janeiro.

Aconteceram algumas mudanças ao longo do tempo, entretanto, uma mudança significativa aconteceu em função da geografia no ano de 1913, ocasião em que foi feita uma proposta de criar as grandes regiões para ser utilizada no ensino da geografia. Todavia, a nomenclatura “região” foi substituída por “Brasil”, sendo o território nacional dividido em cinco “brasis”, a saber: o Brasil Setentrional; o Brasil Norte-Oriental no qual estava inserida a Paraíba; o Brasil Oriental; Brasil Meridional e Brasil Central.

Na década de 1930, usando critérios diferentes, surgiram também divisões territoriais diversas. Porém, dada a necessidade de elaboração do Anuário Estatístico do Brasil em 1938, o IBGE - que fora criado em 1934 - sugeriu-se que permanecesse a realizada em 1913, sugerindo algumas mudanças nos nomes das regiões, sendo, portanto, no ano de 1942, aprovada mediante circular da presidência da república a divisão em cinco grandes regiões a saber: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

O estado da Paraíba, até a década de 1930 era denominado de Parahyba do Norte, considerando, conforme coloca Gervácio Batista Aranha¹⁴, que a ideia de Nordeste em substituição ao Norte, só começa a se afirmar na referida década. Até o começo do século XX, ainda de acordo com o referido autor, o território brasileiro era dividido apenas em dois grandes blocos, o Norte e o Sul.

A compreensão dessa região como sendo parte do sertão e a identidade de pertencimento à região Norte, por parte da população identificando-se como nortistas, permaneceu por décadas após a modificação conforme ilustrada por uma poesia do poeta popular, cordelista Apolônio Alves dos Santos, ao tratar das regiões do País, assim se expressando:

Disse o **nortista** é por isso
Que o **nordestino** é forçoso
Porque no meu velho **Norte**
Se come pirão gostoso
Com farinha de mandioca
Aqui só da carioca
Doente tuberculoso

14 ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região:** Tramas político-econômicas. Campina Grande: EDUEFCG, 2006.

Essa estrofe foi escrita na década de 1960, fazendo parte de um folheto de cordel intitulado “Discussão do carioca com o pau-de-arara”¹⁵. Essa estrofe, como outras do referido cordel, demonstra como até aquela década, mesmo depois da divisão do país em outras regiões, conforme citado, ainda permanecia presente nas expressões cotidianas, denominando de nortistas aqueles que migravam para o eixo Rio-São Paulo em busca de trabalho no período da industrialização.

Com as mudanças que ocorreram entre as décadas de 1970 e 1980, chega-se na contemporaneidade o País com as seguintes grandes regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

O censo de 1920¹⁶ registrou a área do município de Alagoa do Monteiro, no Cariri Ocidental, como sendo de 452.700 hectares, área esta que o colocava como o maior município em área territorial do estado, ficando em segundo lugar o município de Piacó detendo uma área de 373.300 hectares.

O RIO PARAHYBA DO NORTE

É nessa região, nas fronteiras com estado da Paraíba com o vizinho estado de Pernambuco, no recanto do Cariri Ocidental, que nasce, no município de Monteiro, na serra do Jabitacá, o Rio Paraíba; no passado denominado de rio Parahyba do norte. Nesta serra, o rio tem sua principal vertente originada no Pico da Bolandeira a uma altitude de 1.079 metros.

Referindo-se ao rio Paraíba, o poeta Firmo Batista fez a seguinte estrofe:

15 ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro et.al. (Org.). **Na memória da tradição**: fontes de informação em literatura de cordel. Campina Grande: EDUEPB, Editora da UFPB, 2016.

16 DIRETÓRIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1920.

No Jabitacá nasceu
O Paraíba do Norte
Grande é o orgulho seu
Em ter um filho tão forte
Filho que arranca braúna
Fazendo escombros e dunas
Pelos Cariris afora
Levando pé de chorão
Desacatando o carão
Que canta fora de hora

O rio Paraíba constitui-se na maior bacia hidrográfica do leste, sendo, entretanto, em sua nascente, composto por afluentes denominados de rios temporários, por secarem durante os períodos de estiagens. Esses rios permanecem secos, na maior parte do tempo, até mesmo durante anos consecutivos, considerando ser a região constantemente atingida pelo fenômeno da seca.

Uma das características da microrregião é o clima semiárido (quente e seco), com precipitações pluviométricas irregulares. Quando acontecem, as chuvas ocorrem no período de dezembro a março, incluindo-se a microrregião, por estes fatores, no polígono das secas do Nordeste brasileiro. A vegetação predominante é a caatinga, típica do sertão semiárido. O solo é pedregoso e com pouco húmus, o que dificulta as práticas agrícolas, predominando o cultivo do milho e do feijão. Na pecuária, destaca-se a criação do gado bovino e caprino.

Mesmo sendo predominante a versão de que a denominação do Estado de “Paraíba” advém da denominação do rio Paraíba, há, todavia, controvérsias quanto a esta afirmação.

Elias Herckman¹⁷, holandês, nomeado diretor da capitania em 1636, escreve em 1639 uma descrição histórica da capitania,

17 Herckman, Elias. **Descrição geral da capitania da parahyba**. Revista do instituto archeologico e geographico pernambucano. Junho de 1886. Recife.

onde atribui o significado do vocábulo paraíba a rio mau, sendo esta compreensão posteriormente compartilhada por outros historiadores. Discorrendo sobre o nome do rio faz o seguinte comentário:

Essa região ou capitania tem o nome de Parahyba, que é uma palavra barbara, ou melhor brasílica, significando um mar corrompido, um agua má, outrossim um porto mau para se entrar, e, segundo explicam as pessoas mais versadas nessa língua, que dizer ‘um porto sinuoso, cuja entrada é má’; pois **Pará** quer dizer rico ou porto com uma curva, e **yba** significa mau, donde se segue que esse rio, o maior dessa região, tira o seu nome da boca ou entrada sinuosa que tem, e por sua vez a região tira o seu nome do rio, que se chama **Parahyba**. (grifo do autor).

Essa é a versão predominantemente estabelecida, entretanto, não é a única compreensão quanto ao significado da palavra, conforme argumenta Freire¹⁸. Para este, o qualificativo de rio mau, não tem sentido, pois esse rio não apresenta no seu curso obstáculos como cachoeiras que dificulte a navegação.

Nesta perspectiva, uma observação significativa é feita pelo referido autor, ao colocar que os primeiros navegadores não conheciam o rio em toda sua extensão, não possibilitando-os, assim, a qualificarem o referido rio como ruim para navegação, pois o conheciam apenas nas partes próximas ao litoral.

Typographia industrial. Rua do Imperador n,14.

18 FREIRE, Antônio. O rio e o mar na formação da capitania. In: Mello, José Octavio de Arruda; Nobrega, Evandro; Aguiar, Wellinton; Rodrigues, Gonzaga. (Orgs.). **Capítulos de Historia da Paraíba**. João Pessoa: O Norte, 1987. p.64.

O índio que nele navegava até à vila de Espírito Santo, encontrava franco curso, com boas mares e enchentes de vasante, pela embarcação que usava, a igará não precisava de profundidade para navegar as cinco léguas em cujas margens habitavam os Tabajaras de Guivagile, sob as sombras das peúvas – pau d’arcos, ou melhor paudarqueiros.

Quanto à etimologia da palavra “paraíba” recorre ao entendimento de Valeriano Marques¹⁹, para quem o vocábulo paraíba advém de “aparaib”, vocábulo este que se refere a um vegetal: o pau-d’arco.

A – feito no formato de Ab: abundância de árvores. Portanto esta fora de dúvidas que Paraíba vem de **apàra**: árvore de madeira consistente, [pau d’arco] e **iba**: abundância que se resume neste lindo significado: abundância de pau d’arqueiros.

Argumentando ainda sobre a denominação do referido rio, coloca alguns vocábulos e seus significados tais como:

Acaja-iba: árvore do cajá

Anga-iba: árvore do ingá

Araça: árvore do araçá

Yba: o que se colhe das árvores

A partir dessas alegações, sobre a etimologia da palavra paraíba, que denomina o rio, faz a seguinte afirmação:

19 FREIRE, Antônio. O rio e o mar na formação da capitania. In: Mello, José Octavio de Arruda; Nobrega, Evandro; Aguiar, Wellington; Rodrigues, Gonzaga. (Orgs.). **Capítulos de História da Paraíba**. João Pessoa: O Norte, 1987. p.63.

Não foi, portanto, o rio que deu nome ao estado e sim a grande quantidade paudarqueiros, que orlam o horizonte visual de nossa capital, especialmente a várzea da Paraíba, assim como os demais rios do litoral e cuja florescência nos meses de novembro e dezembro oferece um lindo panorama a quem viaja de Santa Rita a Mamanguape ou de sape a pilar e araçá, tem a impressão de uma grande alameda florida de amarelo e roxo. São as árvores que deram o nome ao Estado da Paraíba.

PARAÍBA: ANTERIORMENTE SÃO DOMINGOS

Antônio Victoriano Freire afirma que o rio Paraíba, antes desta denominação se chamava de rio São Domingos²⁰. Luiz Pinto²¹ discorrendo sobre o período da conquista da Paraíba, atendo-se ao ano de 1534, faz o seguinte comentário sobre a denominação do rio:

O rio Paraíba, denominado de São Domingos, por André Gonçalves, era há muito tempo conhecido dos franceses, que por ele faziam os carregamentos da madeira da terra.

Essa denominação do rio, também é mencionada pelo historiador paraibano Celso Mariz²², que ao analisar os conflitos dos invasores com os nativos faz o seguinte comentário:

-
- 20 FREIRE, Antônio. O rio e o mar na formação da capitania. In: Mello, José Octavio de Arruda; Nobrega, Evandro; Aguiar, Wellington; Rodrigues, Gonzaga. (Orgs.). **Capítulos de História da Paraíba**. João Pessoa: O Norte, 1987. p.63.
- 21 PINTO, Luís. **Síntese histórica e cronológica da Paraíba (1501-1952)**. Rio de Janeiro: Minerva, 1953. p.19.
- 22 CELSO MARIZ. **Apanhados Históricos da Paraíba**. 3.ed. Joao pessoa: gráfica a união, 1994. p.18.

Dos selvagens, eram famosos os de São Domingos – primeiro nome português- do rio Paraíba, onde aqueles piratas faziam comercio do pau-brasil [...]

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO: AS RAÍZES HISTÓRICAS DOS LATIFÚNDIOS



Esta região das nascentes do rio Paraíba foi uma das últimas do estado a ser ocupada. Conforme afirma José Octávio, com sua efetivação, realiza-se a integração do território paraibano: “Quando a região de Monteiro foi ocupada em 1800 e Princesa Isabel, nos Cariris de Princesa, viu-se conquistada em 1805, a Paraíba completava sua unidade territorial”²³.

Conforme colocado, a ocupação deu-se em função do estabelecimento de fazendas de gado, tendo em vista as grandes extensões de terras apropriadas para tal atividade. Referindo-se ao Cariri, José Octavio faz o seguinte comentário: “Neste, o clima excessivamente seco e árido propiciou o gado pé-duro, pouco arroubado e de longos chifres”²⁴.

A atividade pecuária surgia como reflexo da economia açucareira, tendo em vista a impossibilidade de criação de animais naquelas áreas, onde toda a terra destinava-se a uma única

23 OCTÁVIO, José. **História da Paraíba. Lutas e resistência**. João Pessoa: UFPB, 1996. p.81.

24 OCTÁVIO, José. **História da Paraíba. Lutas e resistência**. João Pessoa: UFPB, 1996. p.97.

finalidade: a cana-de-açúcar. Separando-se, portanto, essas atividades (açucareira x criatória), fazia-se necessário adentrar o interior em busca das vastas extensões de terras para estabelecimento dos currais de gado: à medida em que a cultura da cana avançava pelos terrenos úmidos, a criação de gado ia recuando para o interior até encontrar o seu clímax nas caatingas áridas do sertão²⁵.

Com relação à colonização dessa região, José Octávio²⁶ faz a seguinte observação: “Em contraposição aos engenhos do litoral, a fazenda tornou-se o eixo da vida social sertanejo-caririzeira”.

A ocupação dessa microrregião foi impulsionada a partir de Boqueirão, com a chegada da família “Oliveira Lêdo”, proveniente da Bahia, promovendo a expulsão dos habitantes da região, os índios Cariris e adentrando aos sertões:

Os núcleos iniciais foram Boqueirões a leste de Piranhas a Oeste até que Oliveira Lêdo sistematizou o esquema do povoamento pela fixação das tribos dessiminadas. E foram todas em regadas em fazendas de gado. Destas fazendas não se partia para o litoral nem para o norte. Viajava-se para o sul. Do Boqueirão, nos Cariris Velhos, para Pernambuco²⁷

Não se diferenciando na forma como se deu o povoamento de outras regiões sertanejas, o Cariri tem presente em suas origens a marca da concentração fundiária, herança das concessões de sesmarias, forma pela qual se loteavam os sertões, em benefício de poucas famílias:

25 ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Tomo I e II, 3ª ed., João Pessoa, UFPB/Editora Universitária, 1997. p.180.

26 OCTÁVIO, José. **História da Paraíba. Lutas e resistência**. João Pessoa: UFPB, 1996. p.97.

27 CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Coleção Nordeste em evidência. Recife, Editora ASA Pernambuco, 1985. p.25.

O Sertão paraibano seria também invadido e semeado de sesmaria na segunda metade do século XVII por entradas partindo do Leste, com Teodósio de Oliveira Ledo (...) A influência paraibana penetrava os Cariris Velhos até o Boqueirão e daí se estendia a Taperoá²⁸.

As fontes documentais comprovam a ocupação da região de Monteiro nas nascentes do rio Paraíba, a partir do início do século XVIII, quando aparecem nos livros de doações de terras registro de pessoas que adquiriram áreas para estabelecer fazendas de gado.

João Lira Tavares²⁹, ao transcrever os termos de doações de sesmarias, registra as primeiras solicitações de terras naquela região:

Alferes Custodio Alves Martins, diz que morador da capitania de Pernambuco e desejando povoar algumas terras no sertão e tendo notícias de algumas que havia nas cabeceiras e **nascença do Parahyba**, foi com gente que levou em sua companhia pelo sertão com pessoa prática, por serem partes aonde até então não tinha ido gente branca pelo receio de se toparem com o gentio bravo [...] essa concessão foi feita pelo rei de Portugal em 22 de março de 1702.

Ao ser agraciado com a posse da sesmaria solicitada, existia todo um ritual para tornar público a aquisição daquela área de terra como forma de legitimar perante a coletividade a concessão.

28 ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p.163.

29 TAVARES, João Lira. **Apontamentos para a história territorial da Paraíba**. Volume CCXLV, (edição fac-similar). Mossoró: Centro gráfico do senado federal, 1982. (Col. Mossoroense). p.40.

Nesse sentido, Daisy B. de Lacerda Abreu³⁰ descreve como se dava o ritual:

[...] eu tabelião ao diante nomeado [...] em virtude da carta acima de doação metemos de posse ao capitão Luiz Rodrigues Duarte e o dito alcaide foi-se pela rua dizendo em voz alta e inteligível posse uma e muitas vezes e o dito Luiz Rodrigues tomou dos ditos chãos terra e ramos gritando posse três vezes sem ninguém lho impedir pelo que houvemos por empossado dos ditos chãos de que tudo fiz este Ato de Posse em que assinei com o dito alcaide [...]

As áreas distantes do litoral onde dominava a cana de açúcar eram de fácil aquisição por aqueles detentores de certa posição econômica, pois se incentivava mesmo o adentramento ao interior. Se porventura o pedido de sesmarias fosse indeferido, a melhor justificativa era argumentar que a serventia daquela área requerida era exclusivamente para a criação de gado. Nesse sentido, esclarece Barbalho³¹ “[...] área própria para criar gado sem outra serventia [...] por serem terras inúteis para todo gênero de lavouras e muito desertas”.

A partir dessa data são vários os pedidos e a concessão de áreas de terras para a instalação de fazendas de gado adentrando as nascentes do rio Paraíba e encostando-se aos domínios territoriais de Pernambuco.

Entretanto, entre os diversos pedidos de terras e as devidas concessões de sesmarias, um fato interessante é que precisamente a área do território de Monteiro ter sido povoada também por

30 ABREU, Daisy B. de Lacerda. **A terra e a lei**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1983. p.53.

31 BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana: subsídios para a história do agreste e sertão** – v.I. Recife: CEHM/FIAM, 1982. p.219.

pessoas vindo do Sul, ou seja, do vizinho estado de Pernambuco, pois os primeiros familiares com a denominação de Monteiro vieram de Garanhuns e da Serra do Ararobá, aldeamento dos Xucurus.

Constata João Jorge Rietveld³² esta afirmação ao pesquisar sobre a origem da família Monteiro a partir da análise do livro de casamentos de São João do Cariri. Também, esclarece que a denominação Monteiro foi utilizada pela primeira vez para nomear uma serra naquelas paragens no ano de 1782, ano em que foi tal denominação mencionada em um livro de batismos.

Evidencia-se assim, que a povoação daquele recanto do estado teve uma influência do vizinho estado, precisamente próximos da cadeia serrana do aldeamento de Cimbres que servia como divisa natural.

Cronologicamente, os documentos a concessão de terras, registram as seguintes datas: 17 de novembro de 1699; 12 de maio de 1701; 2 de abril de 1711; 19 de maio de 1717; 3 de dezembro de 1740; 28 de janeiro de 1762; 25 de agosto de 1762; 21 de fevereiro de 1763; 22 de janeiro de 1785; 2 de julho de 1786; 4 de agosto de 1786; 14 de agosto de 1790; 8 de outubro de 1791 e 18 de fevereiro de 1807.³³

Dessa forma o processo de ocupação daquela área, se deu em parte mediante o estabelecimento de grandes fazendas de gado, a partir da aquisição de sesmarias por parte de algumas famílias privilegiadas pelo governo imperial.

Constituiu-se, assim, estas doações como as origens da ocupação com o intuito econômico voltado para a produção pecuária,

32 RIETVELD, Joao Jorge. **A herança de Manoel Monteiro: duzentos anos de Igreja Católica em Monteiro (1800-2000)**. João Pessoa: Imprell, 2002. p.49-57.

33 TAVARES, João Lira. **Apontamentos para a história territorial da Paraíba**. Volume CCXLV, (edição fac-similar). Mossoró: Centro gráfico do senado federal, 1982. (Col. Mossoroense).

mediante a ocupação de vastas extensões de terras, que sem dar visibilidade aos pobres do campo, iriam caracterizar a região como sendo composta tão só pelos grandes latifúndios.

A POVOAÇÃO A PARTIR DO NORTE, DA VILA DE TRAVESSIA DOS QUATRO CAMINHOS

A ocupação das áreas fronteiriças das nascentes do rio Paraíba, desde a entrada pelo lado norte da região dos Cariris Velhos, se deu a partir do povoamento de São João do Cariri, que tinha como antiga denominação de Travessia dos Quatro Caminhos, uma alusão ao rio que passa naquela povoação, antigamente denominado de rio Travessia, sendo posteriormente mudada sua denominação para rio Taperoá³⁴.

As nascentes do rio Paraíba, eram territórios dos índios Cariris e como afirma Almeida³⁵, também ocupavam aquelas áreas os índios da mesma família dos Cariris, os Sucurus. Nesse sentido, afirma: “[...] os cariris propriamente ditos habitavam a caatinga central do planalto da Borborema, que vai de Campina Grande às cabeceiras do Paraíba [...] os Sucurus, da mesma família ocupavam os atuais municípios de Monteiro, Sumé, Prata [...]”.

Elias Herckmans³⁶ que governou a capitania da Paraíba no período de 1636 a 1639, na descrição que fez sobre a capitania em 1639, já menciona a existência dos índios Cariris que habitavam transversalmente a capitania da Paraíba e Pernambuco.

34 LEAL, José. **Vale de Travessia**. 2. ed. Campina Grande: Gráfica Santa Fé, 1993. p.5.

35 ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Tomo I e II, 3ª ed., João Pessoa, UFPB/Editora Universitária, 1997. p.20.

36 HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da capitania da Paraíba**. Apresentação e atualização ortográfica feita por Wellington Aguiar. João Pessoa: A União, 1982. p.38.

São João do Cariri constituía-se como um marco demarcatório no povoamento da região dos cariris, se observado apenas o aspecto da penetração para o estabelecimento de fazenda de gado e tomando como fontes apenas os dados documentais de doação de terras para esse fim.

Segundo argumenta Rietveld³⁷ o povoamento da área que compreende o município de São João do Cariri se deu inicialmente com a ação dos religiosos jesuítas que, no século XVII, fundaram naquela região uma grande fazenda de gado. Para sustentar essa afirmação cita três argumentos: o primeiro de que um sesmeiro ao registrar suas terras menciona a existência dos religiosos naquela região, o segundo argumento é de que os arquivos eclesiásticos de Salvador dão conta da presença daqueles religiosos na região citada e utiliza o fato da padroeira adotada por aqueles religiosos ser Nossa Senhora dos Milagres, uma vez que é bastante conhecida a predileção e a devoção especial desses religiosos para com esta santa.

São João do Cariri teve diversas denominações; inicialmente Travessia, posteriormente entre 1798 e 1803 São Pedro, em 1800, Vila de São João do Príncipe e finalmente em 1850 recebe o nome atual, de Vila de São João do Cariri.

A freguesia de N. S. dos Milagres da Ribeira do Cariri de Fora foi criada em 1750 e era a maior freguesia de toda a capitania, pois, compreendia a região desde Cabaceiras até Monteiro, e de Pombal até Soledade constituindo ainda essas terras como áreas incógnitas, pelo menos das instituições governamentais e eclesiásticas. A atual cidade de Campina Grande só seria constituída como freguesia um tempo após, ocorrendo isto no ano de 1769, quando passou a ser denominada de Freguesia de Nossa

37 RIETVELD, Joao Jorge. **A herança de Manoel Monteiro: duzentos anos de Igreja Católica em Monteiro (1800-2000)**. João Pessoa: Imprell, 2002. p.36.

Senhora da Conceição de Campina Grande. Nesse sentido, assim se expressa Horácio de Almeida³⁸:

O desenvolvimento da povoação na primeira metade do ano de 1700, lento e silencioso, passou despercebido à administração da província. Uma aldeia de índios Cariris, formada depois, a algumas léguas ao poente, chamada Travessia, tomou-lhe a dianteira. Em abril de 1750 foi elevada a freguesia com o nome de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora. Campina Grande ficou-lhe na dependência, como capela filial.

Quanto a dimensão da área territorial que iria dar origem ao município de Monteiro, Luís Pinto³⁹ faz o seguinte comentário a respeito: “Começa neste ano [1838] a edificar-se Monteiro, situada a S. O. [sic.] da Paraíba com 10.425 quilômetros quadrados. Foram seus primeiros povoadores após a saída dos índios Sucurus, da tribo dos Cariris, Simão Carvalho da Cunha [...]”

A elevação de Monteiro à condição de vila se deu mediante a lei n. 557, de 28 de junho de 1872.

É notável que, com a ocupação que ia se dando naquelas paragens os nativos habitantes iam recuando, cada vez mais, para áreas de mais difícil acesso, no intuito de se proteger da agressão do invasor. A tradição oral fazer referência aos caboclos brabos que eram “pegos a dentes de cachorros”. Eram estes naturalmente alguns remanescentes destes grupos indígenas que permaneciam isolados, praticando uma agricultura de subsistência e que iam

38 ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Tomo I e II, 3ª ed., João Pessoa, UFPB/Editora Universitária, 1997. p.38.

39 PINTO, Luís. **Síntese histórica e cronológica da Paraíba (1501-1952)**. Rio de Janeiro: Minerva, 1953. p.73.

garantindo a posse dessas áreas de terras, contribuindo, assim também, para a formação do campesinato regional⁴⁰.

NAS VIZINHANÇAS DA SERRA DO ARAROBÁ

Na serra de Ararobá, no atual município de Pesqueira, em Pernambuco, foi instalado no século XVII um aldeamento dos índios Xucurus (1671-72). Esse aldeamento se deu em parte pelos esforços dos padres da Congregação dos Oratorianos (Congregação de São Felipe Néri) na tentativa de pacificar e congregar os índios que resistiam à chegada dos invasores e a instalação de suas fazendas de gado.

Não é de forma alguma coerente entender que este aldeamento se deu apenas com os esforços dos religiosos, pois seria uma compreensão um pouco determinante da capacidade de um grupo de monopolizar os interesses de outros sem encontrar nenhuma resistência. Aceitar essa compreensão bastante linear e harmoniosa seria menosprezar a capacidade dos próprios índios em escolher e se posicionar diante das condições de sobrevivência que enfrentavam. Nesse sentido, Rietveld⁴¹, dá uma pista do posicionamento dos próprios índios, demonstrando que o aldeamento não foi uma criação tão original assim, ao colocar que, mesmo antes do aldeamento, centenas de índios já chegaram àquela região, provavelmente fugindo das perseguições dos colonizadores.

Com a saída dos padres oratorianos, assumem a direção do aldeamento os padres jesuítas, mas tendo em vista as leis instituídas por Pombal em 1757 foram obrigados a sair do Brasil (1759). Por outro lado, Pombal acabou com todos os aldeamentos e os

40 Cf. ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. **Moxotó brabo**: Aspectos histórico-sociológicos de uma região sertaneja – Pernambuco. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979. NUNES FILHO, Pedro. **Cariris Velhos: passando de passagem**. Recife: Liber, 2008.

41 RIETVELD, João Jorge. **Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro**. João Pessoa: Imprell, 1999.

transformou em vilas, sendo o aldeamento dos Xucurus, na serra do Ararobá, transformado em vila em 1762, recebendo a denominação de vila de Cimbres; nome este de origem portuguesa, tendo como referência uma freguesia no Conselho de Mondim da Beira em Portugal⁴².

Esta denominação atendia à legislação instituída pelo Marquês de Pombal, em 1757, que entre outros procedimentos, determinava: As antigas aldeias indígenas passariam à vila com Senado e Câmara, onde seriam eleitos vereadores índios e não-índios; as vilas receberiam o nome de povoados portugueses; obrigava que a partir daquela data os índios falassem só o idioma português e em caso de desobediência seriam punidos; obrigava os índios a deixarem suas habitações coletivas e construir habitações individuais; obrigava que os índios, a partir daquela data, deviam ter nome e sobrenome portugueses⁴³.

A missão de Ararobá tinha uma posição estratégica naquele contexto, pois se constituía como a “chave do Sertão”, tendo em vista aquela posição geográfica, pois, a partir dali quase nada se conhecia, estendendo-se, portanto, uma terra incógnita. Era a missão uma das vias que se adentrava aos sertões pernambucanos. Assim argumenta Josué Eusébio Ferreira⁴⁴:

Mas o roteiro principal do gado era a opção de continuar seguindo o rio Capibaribe, subir as serras dos Cariris Velhos e alcançar o sertão, através de várias alternativas: na encosta norte está a bacia do Paraíba; nas encostas sul, a bacia do Ipojuca [...]

42 BARBALHO, Nelson. **Caboclos de Urubá**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1977. p.54.

43 ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Tomo I e II, 3ª ed., João Pessoa, UFPB/Editora Universitária, 1997. p.18.

44 FERREIRA, Josué Eusébio. **Ocupação humana do agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru**. João Pessoa: Idéia, 2001. p.78.

assim foram explicadas as possíveis alternativas desse terceiro roteiro para o interior de Pernambuco.

Do lado de baixo dessas serras pernambucanas estende-se os recantos do território paraibano. Essa área de terras fronteira, desde a época imperial, são terras de encontro de “recantos” de ambos os estados, constituindo-se, assim, uma área de difícil acesso e pouco povoada se comparada a outras áreas desses estados, dado as longas distâncias dos centros econômicos e administrativos que se localizavam nas áreas litorâneas ou próximos a estas, no caso de Pernambuco, a capital Recife, e da Paraíba, a capital João Pessoa.

João Cabral de Melo Neto⁴⁵ referindo-se às desconhecidas terras situadas por trás das serras do Jacarará e Ararobá, terras estas que compreendem os recantos mencionados do estado da Paraíba, faz o seguinte comentário na sua poesia denominada de “O rio”:

Por trás do que lembro, ouvi de uma terra
desertada, vazia. Não vazia, mais que seca,
calcinação. De onde tudo fugia, onde só pedra
é que ficava, pedras e poucos homens com raízes
de pedra, ou de cabra. Lá o céu perdia as
nuvens, derradeiras de suas aves; as árvores,
a sombra, que nelas não pousava. Tudo o que
não fugia, gaviões, urubus, plantas bravas, a
terra devastada ainda mais fundo devastava.

Configura-se, assim, essa região fronteira com uma particularidade geográfica e climática bastante interessante, a de nos altos da cordilheira da serra de Ararobá situar-se o estado de Pernambuco, área de clima agreste apresentando uma umidade bastante favorável ao cultivo de cereais e hortaliças, enquanto o vizinho estado da Paraíba situa-se nas encostas dessa mesma cordilheira de serras e não ter o mesmo clima propício à agricultura,

45 MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina e outros poemas para vozes**. 34. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p.3.

prevalecendo mesmo o clima semiárido. Duas áreas próximas e climas tão diferentes.

Essa área serrana da missão do Ararobá serve como divisa natural a nascente de dois rios bastante influentes na hidrografia do estado de Pernambuco: o rio Ipojuca e o rio Capibaribe, conforme esclarece Josué Eusébio Ferreira⁴⁶.

Também é no recanto do vizinho estado da Paraíba, no município de Monteiro, na serra de Jabitacá, que nasce o rio Paraíba. Como argumenta o historiador paraibano Irineu Joffily⁴⁷, constitui-se na maior bacia hidrográfica do Leste, embora os afluentes que lhe dão origem permanecem secos, na maior parte do tempo, considerando que esses afluentes são rios temporários, sendo assim denominados por secarem durante longos períodos de estiagens, até mesmo durante anos consecutivos, considerando ser a região constantemente atingida pelo fenômeno da seca.

46 FERREIRA, Josué Eusébio. **Ocupação humana do agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru**. João Pessoa: Idéia, 2001. p.173.

47 JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Livro I e II, Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro, em 1892, com prefácio de Capistrano de Abreu. Brasília: Thesaurus, 1977. p.400.

CAPÍTULO III

TERRA DE PASSAGEM E TAMBÉM DE REFÚGIO



A forma de acesso a terra por uma camada de trabalhadores livres, que se constituía da população pobre, nos é mencionada por Graziano⁴⁸ ao entender que apoderar-se das terras devolutas e cultivá-las tornou-se a única opção possível e uma prática corrente, embora não sem conflito com o poder colonial, aqui representada por seus prepostos.

Atendo-se a examinar mais criteriosamente as áreas anteriormente mencionadas nos recantos do Cariri, ou seja, as mais próximas das nascentes do rio Paraíba e com a fronteira na serra do Ararobá, região fronteira com o estado de Pernambuco, observa-se que esta região não foi ocupada, apenas, pelos grandes latifundiários. As fontes documentais dos cartórios que se atém, somente, às formas legais de aquisição das terras, embora sendo importante para compreender o monopólio da terra por uma elite privilegiada, não é suficiente, metodologicamente, para sustentar a hipótese da ocupação dessas áreas apenas por estes grandes latifundiários pecuaristas.

48 GRAZIANO. J. *et al.* **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

Esta compreensão reforça uma visão economicista da ocupação das terras, negando historicamente a legitimidade de centenas de camponeses que mediante uma agricultura de subsistência povoaram anonimamente diversas áreas do estado, mesmo porque, essa atitude de migrar em busca de terras livres foi uma estratégia desenvolvida pelos pobres do campo que não tinham interesse em chamar a atenção para seus locais de sobrevivência⁴⁹.

Neste espaço agrário específico do Cariri, os camponeses garantiam a posse de suas pequenas áreas de terras, mediante o trabalho familiar cotidiano na terra.

A posse da terra foi uma forma fundamental de acesso a terra por parte dos camponeses, considerando, pois, que não tinham condições econômicas para a ela ter acesso.

Alguns escritores, que trataram de recuperar aspectos da história regional, demonstram a existência de uma agricultura de subsistência, promovida por camponeses que vieram para este recanto do estado fugindo de contendas entre famílias, e até mesmo escravos evadidos das grandes fazendas e nesse espaço agrário específico abordado, garantiam a posse de suas pequenas áreas de terras, mediante o trabalho familiar cotidiano na terra⁵⁰.

O povoamento rarefeito, aqui e acolá, apresenta como índice de sua existência entre outros fatores a presença de índios que fugiam do aldeamento do Ararobá e constituíam núcleos de povoamento longe do alcance do poder imperial, pois os índios aldeados nem sempre se contentavam docilmente aos novos

49 A existência da agricultura de subsistência em torno das grandes fazendas de cana de açúcar no Nordeste do Brasil, também nos é apresentado por Tamás Szmeccsányi e Oriosvaldo Queda (1979), que analisam a migração dos camponeses independentes para as áreas mais distantes e menos férteis mediante a pressão do latifúndio açucareiro com o intuito de concentrar e monopolizar a terra. SZMARECSANYI, Tamás; QUEDA, Oriosvaldo. **Vida rural e mudança social**. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

50 RIETVELD, João Jorge. **Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro**. João Pessoa: Imprell, 1999.

modos ensinados pelos missionários que cerceavam sua liberdade. Percebe-se esse descontentamento com base no seguinte depoimento: “Há um esforço muito grande no sentido de civilizar os índios através da agricultura. Percebemos a diligência de alguns missionários [...] para com o seu exemplo incitar os índios ao trabalho por terem estes suma preguiça”⁵¹. Se por um lado alguns desses índios em atitudes isoladas ou em momentos esporádicos não adotavam em seu cotidiano as novas práticas sugeridas, por outro lado diante de outras formas de pressão chegaram mesmo a promoverem ações de enfrentamento, ocasião em que os religiosos são chamados a pacificar os índios:

[...] apareceu na vila de Cimbres a sublevação dos índios. O presidente da província mandou chamar o frei Caetano e lhe disse: ‘eu seu que V. paternidade é ouvido e obedecido nessa província [...] vá V. paternidade em nome de Deus e do governo, chamar a ordem os índios, para que eu não seja obrigado a mandar-lhes 400 soldados de linha’⁵²

Entende-se, assim, que os índios da serra do Ararobá se em alguns momentos aparentavam se contentar com a administração dos religiosos em suas aldeias, nem sempre esse contentamento foi regular, pois, em diversas ocasiões, se percebe as atitudes de descontentamento e enfrentamento promovido por esses índios, sendo necessário quando falhava a intervenção dos religiosos, apenas o emprego da força, conforme notícia Wilson⁵³ ao registrar o que ocorreu no ano de 1824 que:

51 MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora**. São Paulo: Ed. Camargo Soares, 1990. p.55-56.

52 TERRINCA, Frei Bento de. **Um anjo do Brasil: Frei Caetano de Messina**. Recife: s.n., 1939. p.38.

53 WILSON, Luís. **Ararobá, lendária e eterna: notas para história de Pesqueira**. Pesqueira: Prefeitura Municipal, 1980. p.77.

Sob o pretexto de roubo e assassinato por eles praticados, levantou-se uma força autorizada pelo governo, composta de uma guerrilha de Cimbres e uma companhia de Ordenança do Moxotó, para bater e depois de algumas escaramuças a que eles se atiraram por desperados muitos foram mortos a fuzil, sendo oitenta e tantos remetidos a capital, onde tiveram fim, e seus filhos repartidos pelos habitantes da comarca, como escravos. Muitos índios, na realidade, foram mortos, e seus cadáveres esquartejados [...] e seus quartos expostos aos cães. Outros foram impresados como fardos de algodão.

Esses fatos demonstram que esses índios não eram tão ingênuos diante dos interesses que contrariavam seus objetivos e entendiam, a seu modo, os interesses defendidos pelos religiosos que a todo custo tentavam convencer das novas práticas de civilidade e da postura que deviam adotar perante o governo que representava os interesses dos proprietários rurais. Três anos após a chacina referenciada, ainda em 1827, um grupo de vereadores expressam a compreensão que tinham daqueles índios ao argumentar que: “Os índios desta vila além de serem selvagens por natureza e de gênio feroz, são de mais a mais inclinados ao roubo, preguiça e a insubordinação [...] estes mesmos índios, há pouco em número de 400 ou 500 cresceram com admirável espantosa produção⁵⁴”.

Em 1845 uma lei decretada pelo imperador D. Pedro II denominada de “Regimento das Missões” criou o cargo de Diretor dos índios, sendo uma pessoa indicada para dirigir as aldeias. Nesse sentido, ia legalmente favorecendo, cada vez mais, a invasão das terras indígenas mediante a nomeação de pessoas

54 WILSON, Luís. **Ararobá, lendária e eterna: notas para história de Pesqueira**. Pesqueira: Prefeitura Municipal, 1980.

com interesses nessas terras. Em 1879 foi decretada a extinção do aldeamento de Cimbres. A lei que acabava com os aldeamentos previa a demarcação das terras dos índios, mas, ao contrário disso, muitos invasores foram beneficiados ilegalmente com títulos de terras na área da aldeia enquanto a maioria dos índios ficou sem terra, dispersando-se por diversas áreas, ou indo trabalhar nas fazendas, ou habitar nas periferias das cidades⁵⁵.

Esse clima de hostilidade por parte de latifundiários que tentam invadir as terras dos índios Xucurus ainda é bastante evidente, basta dizer que dos 22.588 hectares, da reserva dos índios, apenas cerca de 8% ainda permanecem na posse desses índios, sendo a maior parte invadida pelos latifundiários.

Os assassinatos também não são apenas ações do passado, mas, são bastantes presentes como forma de expropriar os índios das poucas áreas de terras que ainda lhes resta. Em 1992 foi assassinado, no município de Pesqueira – PE, o índio Xucuru José Everaldo R. Bispo, por um fazendeiro invasor que se apossou de 60 hectares da área indígena. Em 1998 foi assassinado em via pública, na cidade de São Sebastião do Umbuzeiro - PB (a região fronteira do lado de baixo da serra do Ararobá), o advogado da FUNAI que estava tratando da demarcação das áreas indígenas. Em 20 de maio de 1998 foi assassinado, na cidade de Pesqueira - PE, Francisco de Assis Araújo, o cacique dos Xucurus, que lutava pela demarcação da área da aldeia. Em 2001 foi assassinado Francisco de Assis Santana, outra liderança indígena dos Xucurus⁵⁶.

Essas atitudes tomadas pelos índios insatisfeitos servem como indícios para sustentar a hipótese de que a região paraibana que se estendia nas bases da cordilheira das serras do Ararobá, por

55 ALMEIDA, Eliene Amorim. (Org.). **Xucuru filhos da mãe natureza: uma história de resistência e luta**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 1997.p.20.

56 WELLEN, Aloys I. **O Regresso: o caso do povo Xucuru do Ororubá**. João Pessoa: Editora Manufatura, 2002. p.244-247.

ser uma região de terra ainda desconhecida naquela época, serviu como refúgio para diversas famílias indígenas provenientes desse aldeamento que, não se sujeitando a administração do aldeamento e pelas perseguições promovidas pelo governo, conforme descrito, procuravam sobreviver, anonimamente, em pequenos grupos ou mesmo isolados.

Em suas pesquisas João Jorge Rietveld⁵⁷ na paróquia que compreendia aquela área do estado da Paraíba, apresenta fortes indícios da presença dos Xucurus, na região, ao colocar que:

A vila de Cimbres com a sua rica história teve uma forte influencia na paróquia [...] há também habitantes da paróquia, que são descendentes de uma mistura com os ‘caboclos da serra’ [...] Muitas outras pessoas são descendentes de caboclos pegos a dente de cachorro: sem a menor dúvida, todas elas tem o sangue dos índios Xucurus de Cimbres.

Reforça esse indício a tradição oral⁵⁸ presente na região, principalmente entre os mais idosos, que sempre se referiam a alguns de seus antepassados, principalmente as mulheres de terem sido estas raptadas entre os índios que naquela região se escondiam. Nesse sentido se referem a estas pessoas como sendo “caboclos brabos” que viviam nos encostos das serras, mas, que

57 RIETVELD, João Jorge. **Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro**. João Pessoa: Imprell, 1999. p. 67.

58 Utilizamos ao longo desse trabalho o termo “tradição oral” no seu sentido etimológico conforme situou Emilia Pietrafesa de Godoi, em sua pesquisa, esclarecendo que: “[...] é empregado no seu sentido etimológico, derivado do latim *traditio*. O verbo é *tradire* e significa principalmente entregar. Certos estudiosos referem-se à relação do verbo *tradire* com o conhecimento oral ou escrito. Assim, através do elemento dito ou escrito algo é entregue, passado de geração a geração” GODOI, Emília Pietrafesa. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. p.109-110.

sempre eram vistos por caçadores ou vaqueiros que transitavam naquelas paragens mais desabitadas. Testemunho da existência dessas pessoas descendentes de índios nos é apresentado da seguinte forma⁵⁹:

Contou o Sr. Jonas Aleixo [...] que sua avó, Josefa Sabino, quando andava pelo mato, muitas vezes viu ‘**caboclos brabos**’, nome popular dos índios [...] quantos de nós não ouvimos falar de parentes que foram capturados ‘**a dentes de cachorro**’? São histórias que falam de mulheres que foram roubadas na serra de Ararobá e que se casaram depois com homens considerados brancos. Os Xucurus, por isso, estão no sangue de muitos monteirenses.

Quanto à presença desses “caboclos brabos” ocupando e sobrevivendo em áreas de terras afastadas dos núcleos de ocupação por parte daqueles que estabeleceram as fazendas de gado, se encontram referências a estes caboclos vivendo na serra do Jabitacá, nas nascentes do rio Paraíba, conforme situa Ulisses Lins de Albuquerque⁶⁰ em seu livro denominado de “Moxotó Brabo”.

Se detendo, principalmente, a resgatar elementos da história regional, Pedro Nunes Filho⁶¹ que apresenta num capítulo denominado “Espantados, mas não domesticados” a existência na região desses “caboclos brabos”, conforme eram denominados. No referido capítulo descreve um caso mantido pela tradição oral, referente ao sequestro da filha de um fazendeiro por um índio,

59 RIETVELD, Joao Jorge. **A herança de Manoel Monteiro: duzentos anos de Igreja Católica em Monteiro (1800-2000)**. João Pessoa: Imprell, 2002. p.47.

60 ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. **Moxotó brabo: Aspectos histórico-sociológicos de uma região sertaneja – Pernambuco**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979. p.5.

61 NUNES FILHO, Pedro. **Cariris Velhos: passando de passagem**. Recife: Liber, 2008.p.103.

denominado de “caboclo brabo”, sendo esta mulher dada por desaparecida e só sendo resgatada três anos após.

Outro indício que permite perceber a presença dessas pessoas que fugiram do aldeamento e que aqui e acolá foram povoando a região paraibana, dedicando-se anonimamente a uma produção para subsistência, pode ser visto na existência de alguns topônimos que nomeiam alguns locais da região. Entre outros, encontram-se alguns como Ipoeiras, que significa o lugar onde as águas se retiram. O nome da cidade de Camalaú que significa rio de Camará, ou seja, o rio que tinha muitas plantas com o nome de câmara; o sítio Caiçara que significa coberto de palha⁶².

Além dessas denominações, existe no município de Sumé uma vila denominada de Sucuru e um rio e uma serra com a mesma denominação, constituindo-se assim numa clara evidência da presença, naquela região, dos antigos índios Xucurus.

Geraldo Irineu Joffily⁶³ registra a presença desses índios naquela região e, de forma bastante clara, delimita a área em que estes habitavam e se locomoviam de acordo com suas necessidades entre Pernambuco e Paraíba. A estes assim se refere: “Os sucurus, habitavam o território de que atualmente compõe o termo de alagoa do Monteiro, a principiar mais ou menos do rio Sucuru a que deixavam o nome e daí até Cimbres ou Serra de Ororubá no estado de Pernambuco”.

Se por um lado é possível concluir que os índios que fugiam para estas paragens mais distantes foram povoando rarefeitamente essa região, por outro existe indícios de que outras pessoas também aqui se refugiaram, como negros fugitivos do litoral ou

62 RIETVELD, João Jorge. **Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro**. João Pessoa: Imprell, 1999. p.41.

63 JOFFILY, Geraldo Irineu. **Um cronista do sertão no século passado**. Campina Grande: Comissão Cultural do Município, 1965. p.117.

quilombos destruídos bem como outras pessoas que por motivos diversos procuram se manter no anonimato⁶⁴.

Da região de Cimbres não vieram tão somente índios insatisfeitos com o aldeamento, mas outras pessoas, considerando que nas proximidades da serra de Ororubá encontravam-se diversos fugitivos de outras localidades e que lá procuravam refúgio conforme coloca Palácios⁶⁵: “[...] Vila de Cimbres, localizada no pé da serra do Orubá, converteram-se temporariamente em centros de aglutinação desses estratos da população pobre livre”.

Assim, adotando esta estratégia de resistência de esconderem-se dos domínios dos grandes latifundiários, essas pessoas iam cada vez mais procurando terras mais distantes, de forma que, da região de Cimbres, parte desse estrato da população pobre livre, conforme denominou Palacios, migrou mais para dentro do território paraibano, ocasião em que foram sendo ameaçados naquela área.

Essa ocorrência é possível compreender a partir da colocação de Palacios⁶⁶:

Em 1816, o maior cultivador de algodão de Pernambuco não era nenhum membro das famílias tradicionais da zona da mata, e sim Antonio dos Santos Coelho da Silva, capitão-mor das ordenanças da Vila de Cimbres, no sertão, proprietário de mais de meio milhar de escravos, dono de uma das casas ‘mais opulentas desta capitania’, e nas palavras do próprio governador, notório usurpador e ladrão de terras.

64 RIETVELD, João Jorge. **Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro**. João Pessoa: Imprell, 1999.

65 PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil: Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p.219.

66 PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil: Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p.333.

Estes, sem condições de acesso legal a terra, foram procurando as áreas de terras mais distantes, principalmente almejando habitar perto dos leitos dos rios e fontes de água onde pudessem, de forma mais fácil, desenvolver atividades agrícola e pecuária e consumo doméstico de água.

As denominações de diversos locais nessa região servem como indícios bastante esclarecedores de que os grandes latifundiários e, principalmente, os camponeses, por se aventurarem a sobreviver numa região difícil de produção agrícola devido ao clima, procuravam compensar esse empecilho, alojando-se junto aos leitos dos rios ou áreas onde podiam ter acesso à água de forma mais fácil, como pequenas cacimbas, nascentes de água e tanques naturais nas rochas que proporcionavam armazenar água durante o período chuvoso e manter ao longo do ano.

Assim, a água deu origem a diversos topônimos entre eles os seguintes: Olho D'água do Badalo, do Cunha, do Neto, do Zuza; Lagoa do Panati, do Pau do Leite, do Buíque, da Barriguda, da Onça, do Boi, do Prato, do Queitatu, do Brejo, das Queimadas e do Periperi; Riacho Seco, Riacho Comprido e da Ema; Riacho do São Paulo, do Umbuzeiro, do Tigre, da Barroca, da Roça, do Xingo e do Juá; Tanque do Mocó e Tanque da Ventania; Poço escuro e Poço de Baixo; Chorão, Volta do Rio, Bebedouro, Caldeirões, Cachoeira do Embu, Pedra D'água, Cacimba de Cima, Minador e diversos outros que ainda marcam diversas localidades no Cariri paraibano⁶⁷.

Considerando, também, a particularidade geográfica de difícil acesso e longe dos centros mais povoados, é natural que essa região fosse bastante atrativa para aqueles que por motivos diversos vinham fugindo das áreas litorâneas, favorecendo, devido ao seu isolamento, um refúgio seguro, também para fugitivos com

67 Diretoria Geral de Estatística. Ministério da agricultura, indústria e comércio. Recenseamento do Brasil, 1920.

problemas em outras regiões que encontravam nesta terra vasta e isolada, meios para garantir suas subsistências.

Também, vários indícios demonstram de que para essa região se dirigiram diversas pessoas que, por motivo de contendas em outras regiões, procuraram abrigo nessas paragens distantes de seus locais de origem e longe do alcance da repressão legal.

Nesse sentido, Rietveld⁶⁸ registra a chegada, nessa região, de pessoas que vinham foragidas de Rio Tinto, isto por volta dos anos de 1800, por conta de crimes que haviam cometido. Entre outros, também menciona a presença de um foragido de Garanhuns, do vizinho estado de Pernambuco que veio a estabelecer-se nas terras que deu origem à fazenda Santa Clara.

Esclarecendo ainda as origens de algumas famílias, registra a origem da família Bezerra na região por volta de 1890, situando-a a partir de um fugitivo que provinha de Pernambuco e que, nos altos dessas serras da região, procurou estabelecer-se e daí constituiu uma ampla família que se distribuiu por diversas áreas do atual município de São João do Tigre, anteriormente pertencente ao município de Monteiro.

A fuga de pessoas com problemas com a justiça e a fuga para as áreas mais remotas do estado, distante dos centros administrativos, era uma prática bastante utilizada. Um pedido de providências quanto à captura de pessoas que atacaram algumas propriedades nas imediações do Recife, chega a ser discutido na sessão do Senado Federal, em 26 de fevereiro de 1829, demonstra esta ata⁶⁹ a importância da questão naquela ocasião ao colocar que:

68 Cf. RIETVELD, João Jorge. **Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro**. João Pessoa: Imprell, 1999. RIETVELD, João Jorge. **A terra da mulher que rezava: fragmentos dos 100 anos de história de São João do Tigre - Paraíba, 1895 - 1995**. João Pessoa: Gráfica Jaraguá, 1995.

69 **ATAS DO CONSELHO DE ESTADO**. Segundo Conselho de Estado, 1823 - 1834. v. II. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1973. p.67.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e vinte e nove, no Paço Imperial Quinta da Boa Vista, na presença de Sua Majestade o Imperador reunidos os conselheiros de estados [...] que alguns malvados em número de vinte e pouco mais ou menos, capitaneados por outros se haviam reunidos [...] quebrantando a segurança pública, cometendo roubos, e insultos naquele lugar, e pela estrada até a vila de Santo Antão [...] mas sendo por estes repelidos [Capitão Mor do distrito] se puseram *em fuga para comarca do Sertão*.

Ao se referir ao Sertão, como rota de fuga, a pista indica que podia ser para além da Serra do Arorubá em Cimbres, pois dali se adentrava aos sertões pernambucanos. Assim, entende-se que a confluência territorial desses dois estados Pernambuco e Paraíba era um lugar propício para se esconder, sendo provável a vinda de diversas pessoas nessas condições para estes recantos de ambos os estados, contribuindo para a formação do campesinato.

O povoamento dessa região de fronteira não foi promovido unicamente por pessoas nessa condição de fuga, mas, é necessário dar relevância a essa condição no sentido de realçar a importância destes, na constituição de uma agricultura de subsistência na área.

Não se trata evidentemente, de negar a presença dos grandes proprietários rurais, donos das sesmarias que dominaram a região e que se encontra nos registros de doação de sesmarias, mas, tomar, exclusivamente, esses dados legais para explicar o povoamento da região não da conta de explicar porque junto às grandes propriedades proliferaram tantos minifúndios⁷⁰.

70 Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico e econômico de 1940. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo agropecuário – 1985.; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2000.

Uma análise centrada tão só a partir dos dados oficiais, não permite perceber a presença desse conjunto de pobres do campo, camponeses anônimos que ao lado dos grandes latifúndios foram importantes, principalmente, na produção de gêneros alimentícios voltado para própria região. Essa abordagem se torna possível ao se levar em consideração a tradição oral dos camponeses, em que se analisando a trajetória de suas famílias é possível perceber indícios muito remotos de suas origens indígenas, negras, ou de famílias de camponeses fugitivos de outras localidades.

CAPÍTULO IV

A VISIBILIDADE DOS GRANDES PROPRIETÁRIOS E A INVISIBILIDADE DO CAMPESINATO



Em 1890 o censo demográfico⁷¹ registrava, nos municípios de Sumé, Prata, Ouro Velho, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre, Camalaú e Zabelê (todos pertencentes na época ao município de Alagoa do Monteiro), uma população de 11.771 pessoas. Vale ressaltar que desta população os negros, caboclos e mestiços somavam o total de 5.840 e os brancos 5.931, apresentando, aqueles, uma diferença numérica em relação ao restante da população de apenas 91 pessoas.

Este quadro, por um lado, demonstra que houve uma corrida nos fins dos anos de 1800 às áreas mais remotas do estado, tendo em vista as dificuldades que cada vez mais iam se acentuando para se conseguir terras, devido à ocupação das outras áreas do estado. Por outro lado, registra a permanência de uma população não caracterizada como branca, que não detinham vastas extensões de terras, mas sobrevivia em meio aos latifúndios como camponeses.

71 DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1898.

No período de 1890 a 1900 houve um diminuto aumento na população, sendo esta acrescida, nesse período de dez anos, de apenas 863 pessoas, apresentando aqueles municípios citados a população de 12.634 pessoas⁷².

Já no censo de 1920 é possível identificar a diferença significativa, por ocasião do primeiro censo agropecuário, ocasião em que os municípios de Sumé, Prata, Ouro Velho, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre, Camalaú e Zabelê (todos pertencentes na época ao município de Alagoa do Monteiro), registra uma população de 25.140 pessoas⁷³.

Neste primeiro censo agropecuário, foram registrados 702 proprietários rurais nessa área correspondente ao município de Alagoa do Monteiro, o que possibilita perceber, claramente, que os camponeses não foram levados em consideração, pois considerando a população de 25.140 habitantes e só serem registrados apenas 702 proprietários é de se concluir que os outros 24.438 habitantes não foram considerados quanto a sua relação com a posse da terra, pois se tivesse sido poderia revelar muito sobre as origens e existência do campesinato.

Entre estes 702 proprietários recenseados, vários são os casos em que todos os membros de uma família inteira são possuidores de terras. A família Santa Cruz é um exemplo característico, pois aparece, neste censo, com cinco irmãos, todos cadastrados como possuidores de terras. A família Feitosa também serve como exemplo, ocasião em que todos os seus membros aparecem como possuidores de terras⁷⁴.

Também se encontram pessoas registradas como possuidoras de diversas áreas de terras. O coronel Sizenando Raphael

72 DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1900.

73 DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1920.

74 DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1920.

de Deus é um exemplo característico, pois aparece entre outros, como possuidor de três imóveis rurais⁷⁵.

Disso, conclui-se que o número de 702 proprietários recenseados não corresponde, de fato, a 702 pessoas diferentes, mas, bem menos, considerando a existência de uma pessoa ser possuidora de mais de um imóvel rural.

Estabelecimentos rurais recenseados no município de Alagoa do Monteiro em 1 de Setembro de 1920

Áreas / hectares	Menos de 41 ha.	41 a 100 ha.	101 a 200 ha.	201 a 400 ha.	401 a 1000 ha.
Estabelecimentos	53	191	189	139	84

Áreas / hectares	1001 a 2000 ha.	2001 a 5000 ha.	5001 a 10000 ha.	10001 a 25000 ha.	25001 e mais.
Estabelecimentos	24	12	5	4	1

Fonte: DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA – 4° Censo geral da população e 1° da agricultura e das indústrias, 1920.

Destes estabelecimentos se registraram apenas 53 como sendo constituídos de menos de 41 hectares e 191 estabelecimentos de 41 a 100 hectares o que indicava, praticamente, a inexistência das pequenas propriedades voltadas para a subsistência. Demonstra-se, neste censo, a existência dos grandes latifúndios, pois foram registrados 12 estabelecimentos de 2.001 a 5.000 hectares e 5 estabelecimentos de 5.001 a 10.000 hectares, e 4 estabelecimentos de 10.001 a 25.000 hectares e 1 estabelecimento com mais de 25.000 hectares⁷⁶.

Para efeito de compreensão da dimensão desses dados em relação aos outros municípios do estado, faz-se a seguinte comparação:

75 DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1920.

76 DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA – 4° Censo geral da população e 1° da agricultura e das indústrias, 1920.

o município de Alagoa do Monteiro contabilizava 5 estabelecimentos entre 5.001 a 10.000 hectares, condição esta só apresentada por apenas mais 2 municípios no estado, Soledade e Umbuzeiro.

Enquanto Alagoa Monteiro apresentava 4 estabelecimentos entre 10.001 a 25.000 hectares não se registrava em nenhum outro município esta quantidade de estabelecimento dentro esta faixa de área, registrando-se, apenas, 2 municípios cada um com apenas dois estabelecimentos nesta faixa de área. Com mais de 25.000 hectares na Paraíba só se registrava dois municípios com estas dimensões, Alagoa do Monteiro e Pombal⁷⁷.

Neste censo de 1920, Alagoa do Monteiro apresenta o maior numero de criação de animais da espécie caprina e ovina, ocupando, assim, o primeiro lugar em relação aos outros municípios do estado. Com relação ao numero de criação bovina ocupa o quarto lugar no estado. Estes dados permitem concluir o predomínio da criação extensiva exercitada pelos grandes latifundiários e a posição de destaque diante de outros municípios do estado.

Alagoa do Monteiro no cenário estadual destaca-se neste censo de 1920 como sendo o segundo município do estado onde se encontra o maior valor total dos estabelecimentos rurais recenseadas, só ficando abaixo do município de Campina Grande.

Estes dados do censo demonstram o predomínio das atividades rurais exercitadas em grande escala, por poucas famílias, o que revela a existência de uma elite rural concentradora de vastas extensões de terras. A existência desses latifúndios, dado suas quantidades e áreas, destacava-se na estrutura agrária do estado.

A concepção do censo⁷⁸ é clara quanto ao registro apenas das áreas dos grandes e médios proprietários rurais ao adotar o seguinte critério para ser recenseado: “Para os fins censitários, entende-se como estabelecimento rural toda a extensão de terra sujeita a administração exclusiva de um proprietário, arrendatário,

77 DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1920.

78 DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1920.

interessado, ou administrador, que faça diretamente a exploração da lavoura ou da criação, por si só ou com o auxílio de pessoal remunerado”.

A não consideração dos pequenos proprietários ou dos pequenos estabelecimentos rurais daquelas pessoas na formação do espaço agrário regional, que desenvolviam atividades para subsistência em pequenas áreas de terras é evidente tendo em vista o seguinte critério que os excluíram do recenseamento⁷⁹:

Não devem, porém, ser considerados estabelecimentos rurais os quintais, as chácaras e os viveiros, pertencentes as casas das cidades e vilas, e bem assim os pequenos sítios da zona rural, desde que a produção deles se destine ao consumo doméstico, ou seja de pequeno valor, não constituindo verdadeiro e especial ramo de negócio [...] foram excluídas também do censo da agricultura as propriedades rurais cuja produção anual não atingiu 500\$000.

Fica evidente através destes dados, filtrados pelos critérios citados, que os recenseados foram apenas uma pequena parcela que se destacou economicamente, ou seja, a parcela da população constitutiva da elite rural.

Ao se adotar o critério, a seguir mencionado, para não ser recenseado: “[...] os pequenos sítios da zona rural, desde que a produção deles se destine ao consumo doméstico, ou seja, de pequeno valor, não constituindo verdadeiro e especial ramo de negócio” demonstra que existiam pessoas que sobreviviam nessas condições e que o censo não deveria levá-las em consideração. A existência dessas pessoas pobres do campo, que sobreviviam dos seus sítios e que a produção destinava-se em primeiro plano para o consumo doméstico só foi revelada vinte anos após, no censo de 1940.

79 DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA - V.III, p. VIII, 1920.

O CENSO DE 1940 E OS TÊNUES SINAIS DA EXISTÊNCIA DO CAMPESINATO

Na análise do recenseamento geral de 1940 é que se encontram dados da existência de uma pequena produção exercitada nos sítios e chácaras conforme denominou o IBGE, uma vez que neste censo apresentou o universo da área rural de forma mais fracionada, e principalmente levou em consideração pela primeira vez em suas estatísticas as pequenas áreas de terras onde seus proprietários ou posseiros dedicavam-se a produção para subsistência.

A visibilidade desse tipo de produção foi possível, tendo em vista as alterações no conceito de “estabelecimento”⁸⁰ que norteou a coleta de dados do referido censo de 1940. Neste, o conceito de “estabelecimento agropecuário” foi definido da seguinte forma:

Como estabelecimentos agropecuários foram recenseados, sem limitação de área, nem valor da produção, todos que se destinam à exploração direta do solo, com objetivo comercial e, por extensão, os que, sem essa finalidade imediata, **como as chácaras e os sítios, se ocupam com a mesma exploração para custeio e consumo do estabelecimento.**

Não tendo mais o critério de limite das áreas como condição determinante para ser recenseados, conforme o censo de 1920, emergem, nas estatísticas de 1940, as pequenas áreas de terras revelando a existência de outras formas de produção diferentes daquelas voltadas para a grande produção agropecuária. Assim, os dados do censo agrário de 1940 deram visibilidade à existência da pequena produção, para subsistência, ao levar em consideração “todos que se destinam à exploração direta do solo [...] como as chácaras e os sítios, [que] se ocupam com a mesma

80 IBGE, parte VIII, p.XXVIII, 1940.

exploração para custeio e consumo do estabelecimento⁸¹ conforme expresso na tabela a seguir.

Áreas e Estabelecimentos Agropecuários do Município de Monteiro em 1940

Área do imóvel	Quantidade de estabelecimentos recenseados	Área (hectare)
Menos de 1 ha	01	-
De 1 a 2 ha	08	9
De 2 a 5 ha	136	548
De 5 a 10 ha	291	2.261
De 10 a 20 ha	769	10.890
De 20 a 50 ha	722	22.044
De 50 a 100 ha	263	17.907
De 100 a 200 ha	167	24.476
De 200 a 500 ha	107	29.623
De 500 a 1000 ha	26	21.484
De 1000 a 2500 ha	17	29.046
De 2500 a 5000 ha	12	34.488
De 5000 a 10000 ha	02	-
De 10000 a 100000 ha	04	-
De 100000 e mais	-	-
Área não declarada	01	-
TOTAL	2.526	192.776

Fonte: IBGE – Recenseamento geral – Censos econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos serviços. 1940.

81 IBGE – Recenseamento geral – Censos econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos serviços. 1940.

Registra-se, neste censo, um estabelecimento com menos de 1 hectare, 8 estabelecimentos de 1 a 2 hectares, 136 estabelecimentos com área de 2 a 5 hectares, 291 estabelecimentos de 5 a 10 hectares, 769 estabelecimentos de 10 a 20 hectares, 722 estabelecimentos de 20 a 50 hectares. Totalizavam estes estabelecimentos de menos de 1 a 50 hectares a quantidade de 1927, correspondendo a este conjunto de estabelecimento uma área de 35.752 hectares, demonstrando assim a existência dos pobres do campo, do campesinato.

Também, neste censo, registra-se que os estabelecimentos de um mil a dez mil hectares somavam apenas 31, mas, somavam em seu conjunto uma área de 63.534 hectares, mesmo sem a declaração de 4 áreas, superiores cada uma delas a 10.000 hectares. Observa-se assim, que apenas estes quatro estabelecimentos detinham uma área maior que os 1927 estabelecimentos que compreendiam suas áreas de 1 a 50 hectares.

Concluí-se com a análise desses dados do IBGE que estes 1927 estabelecimentos rurais, pertenciam àquelas pessoas que detinham a posse da terra. Esta afirmação é possível considerando que o IBGE neste censo de 1940 constata como descrito o total de 2.526 estabelecimentos entre os quais estão descritos os 1927 estabelecimentos de 1 a 50 hectares. Com relação à propriedade da terra demonstra que o total das áreas estava assim distribuído: 2.154 eram de propriedade individual, 352 de propriedade em condomínio, 4 de pessoa jurídica, 1 do governo e de propriedade não declarada 15 totalizando 2.526 proprietários. Observa-se assim que o número de áreas coincide com o número de proprietários, assim sendo, as áreas de 1 a 50 hectares, estavam distribuídas entre os 1927 proprietários, conforme denominação do IBGE.

São, portanto, estas pessoas detentoras dessas áreas até 50 hectares num total de 1927 estabelecimentos que desenvolviam uma produção com as características anteriormente sinalizadas pelo censo de 1920 e demonstrada sua existência no censo de

1940, que comprovam a existência de uma forma de produção verificada nas pequenas áreas de terras com as características da produção camponesa.

Entende-se, a partir dos dados referenciados, em que se sobressaem as pequenas áreas de terras, conforme anteriormente demonstrado, que apenas o estabelecimento das grandes fazendas não foi o fator único ou predominante de ocupação dessa área, mas, ou se deu posteriormente a chegadas de alguns camponeses que lá se instalaram, ou se deu concomitantemente com a chegada de fugitivos de outras regiões tanto do estado da Paraíba, quanto do vizinho estado de Pernambuco e até mesmo de outros estados.

Enquanto é possível situar as origens das grandes propriedades rurais no município de Alagoa do Monteiro, precisamente, já a partir do ano de 1699, conforme demonstrado anteriormente, situar o surgimento das pequenas áreas de terras de posse dos camponeses não é tão fácil, pois estas não foram doadas como as sesmarias, mas ocupadas discretamente não existindo assim registro dessas pequenas áreas de terras. Os dados oficiais como o recenseamento, pelos critérios adotados, não favoreceram dar visibilidade aos pobres do campo, nem também os dados cartoriais que tratavam do registro das terras, uma vez que essas pequenas áreas não eram registradas.

Só a partir do censo de 1940 é que esta categoria é vista, mesmo assim com mais de três séculos de invisibilidade. Considerando esta realidade, para encontrar as origens do camponato regional não se pode levar em consideração tão só os dados das instituições que registravam a propriedade da terra, mas, procurar nas lacunas dos dados colocados por essas instituições pistas que permitam enxergar a existência destas.

Para o historiador paraibano José Octávio⁸² essa região fronteiriça, nos recantos da microrregião do Cariri Ocidental,

82 OCTÁVIO, José. **História da Paraíba: Lutas e resistência**. João Pessoa: UFPB - Editora Universitária, 1996.

conforme anteriormente referenciada, é considerada como sendo uma das últimas a ser povoada no estado da Paraíba na passagem do século XVII para XVIII com a única finalidade de criação de gado. Para o referido historiador é mediante a expansão da atividade pecuária para esta região, que de fato se completa a integração de todo o território paraibano, segundo argumenta⁸³: “Quando a região de Monteiro foi ocupada em 1800 e Princesa Isabel, nos Cariris de Princesa, viu-se conquistada em 1805, a Paraíba completava sua unidade territorial”.

Nesta perspectiva em que prioriza apenas os dados documentais da doação de terras o povoamento se deu exclusivamente em função do estabelecimento de fazendas de gado, dando ênfase às grandes extensões de terras apropriadas para tal atividade e tomando como referência apenas a ocupação que partiu do sentido leste, ou seja, do antigo povoamento de São João do Cariri, a partir do qual se adentrava aos sertões, onde se encontravam as nascentes do rio Paraíba.

É certo, que a atividade pecuária surgiu como reflexo da economia açucareira, tendo em vista a impossibilidade de criação de animais naquelas áreas litorâneas, onde toda a terra destinava-se a uma única finalidade: a cana-de-açúcar. Separando-se, portanto, essas atividades (açucareira x criatória) fazia-se necessário adentrar o interior em busca das vastas extensões de terras para estabelecimento dos currais de gado. Entretanto, mesmo esta compreensão explicando em parte a ocupação do Cariri, ainda carece de observações, considerando que esta região não é um todo homogêneo em que a ocupação pode ser explicada apenas pela ênfase na pecuária, com base, apenas, em critérios apenas econômicos, mas, se deve levar em consideração o protagonismo dos pobres do campo que desenvolviam atividades de subsistência e constituíram o campesinato regional.

83 OCTÁVIO, José. **História da Paraíba: Lutas e resistência**. João Pessoa: UFPB - Editora Universitária, 1996. p.81.

CAPÍTULO V

OS ESCRAVOS NA FORMAÇÃO DO CAMPELINATO



Na compreensão de diversos historiadores paraibanos há divergências quanto à contribuição do escravo na economia criatória do sertão. Para Horácio de Almeida⁸⁴, a escravidão não teve importância nessa região, pois foi diminuta ou quase não existiu no sertão, por compreender que a criação não necessitava de muitos braços, e os poucos que existiam eram indígenas. Mesmo que ele se refira ao século XVIII, época em que o trabalho do índio foi frequentemente utilizado, há evidências em documentos que mostram a presença regular do negro no sertão, no período colonial⁸⁵.

Para Horácio de Almeida, a instalação de uma fazenda de gado não necessitava de muita força de trabalho, bastando, para tanto, apenas, um vaqueiro e alguns agregados; por esta razão, defende que foi diminuta a utilização de mão de obra escrava naquela região. Entretanto, constata-se que essa afirmação não é tão sustentável assim, pois mesmo que a instalação das fazendas

84 ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Tomo I e II, 3. ed., João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1997.

85 GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

se por um lado não necessitava de uma grande quantidade de pessoas, por outro lado isto não impediu ou mesmo desestimulou a utilização da mão de obra escrava.

Para Irineo Joffily⁸⁶, a atividade criatória no sertão foi desenvolvida, em sua maioria, pelo vaqueiro e seus auxiliares, homens livres, que eram recompensados recebendo por seu trabalho uma parte do rebanho. Os poucos escravos que se inseriam, entravam como trabalhadores domésticos, compreendendo que foi de pouca importância o escravo na organização da economia sertaneja, atribuindo-lhe uma incapacidade que seria própria da raça.

Para semelhante modo de vida só era adaptada a raça americana; a africana era inteiramente incapaz, e por isso a maior parte do pessoal de uma fazenda era de raça indígena; havendo somente para o serviço doméstico, nas principais, entre os escravos da fábrica alguns africanos.

É evidente na afirmação de Irineo Joffily o preconceito racial para com o negro, acreditando na sua incapacidade de exercer tal função. Embora os escravos fossem em número reduzido, seu trabalho no criatório foi importante pelo suporte que davam à manutenção da fazenda.

As pesquisas mais recentes têm mostrado que o lugar do escravo foi outro, mais relevante, para a organização das fazendas sertanejas. De acordo com as pesquisas de Diana Galliza em nove municípios paraibanos, no Sertão, a maioria dos escravos tinha uma profissão ou função específica (agricultor, pedreiro, cozinheira, costureira etc.), sendo imprescindíveis ao bom

86 JOFFILY, Irineo. **Notas sobre a Parahyba**. Livro I e II, Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro, em 1892, com prefácio de Capistrano de Abreu. Brasília: Thesaurus, 1977. p.238.

funcionamento da fazenda⁸⁷. Os escravos eram responsáveis pelo cultivo de uma lavoura de subsistência, bem como pelas obras estruturais necessárias à criação de gado, como cercas, currais, açudes etc. Para as historiadoras Maria do Céu Medeiros e Ariane Norma de Menezes Sá, os escravos no Sertão se enquadram numa categoria diferente: “Sob tais contingências, a maioria dos escravos no Sertão não eram escravos produtivos, mas de consumo. Isto significa que devem ser incluídos na categoria de escravos domésticos⁸⁸”.

A historiadora Diana S. Galliza⁸⁹ enfatiza que o trabalho do “negro” esteve presente no Sertão desde os tempos coloniais:

Embora nas primitivas fazendas sertanejas tenha ocorrido a utilização da mão-de-obra índia ou mameluca, devido a sua predominância na região e ao nomadismo típico do pastoreio, tão adequado à índole indígena, o trabalho do negro não foi omissivo no criatório, nos tempos coloniais.

Apesar da proclamada escassez de escravos no Sertão, municípios como Souza e São João do Cariri chegaram a concentrar um número significativo de escravos, às vezes maior que os municípios da área canavieira. Em 1884, nos instantes finais da escravidão, propício para se desfazer dos escravos, curiosamente os municípios pecuaristas concentravam a maior quantidade de escravos, poucos mais de 40% dos cativos da província, e São João

87 GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

88 SÁ, Ariane Norma de Menezes; MEDEIROS, Maria do Céu. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

89 GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária, 1979. p.24.

do Cariri aparecia com 1.976 escravos; enquanto os municípios de economia canavieira concentravam pouco mais de 30% dos escravos e a capital detinha 1.972 escravos⁹⁰.

Quando ocorreu o primeiro censo do Império em 1872, a Paraíba contava com 21.526 escravos, que representavam apenas 5,7% do total da população. De acordo com o primeiro censo do Império em 1872, a vila da Alagoa do Monteiro, onde o distrito de paz de São Thomé estava ligado, teria uma população livre de 9.891 pessoas e 611 escravos, com uma porcentagem de 6,2% de escravos⁹¹.

A utilização e a importância dessa mão de obra escrava no Cariri são apresentadas por Celso Mariz⁹² ao demonstrar que em 1885, no município de São João do Cariri, encontrava-se o maior número de escravos, referindo-se a este quadro da seguinte forma: “Em 1885 tínhamos ainda 9.207 escravos homens e 10.571 mulheres. Possuíam escravos em maior número os municípios de São João do Cariri, Capital, Mamanguape, Itabaiana incluindo pilar, Guarabira, Ingá, Piancó, Pombal. O primeiro com 1.976 escravos de ambos os sexos, o último com 1.031.”

Essa mão de obra foi aproveitada de diversas maneiras, não se limitando ao manejo das atividades da fazenda, observação um pouco preliminar que levou Horácio de Almeida⁹³ a menosprezar o trabalho escravo, não entendendo que esses escravos foram explorados de diversas maneiras desde o manejo com o gado, a principal atividade econômica das fazendas, como também

90 GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

91 GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

92 MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: A União, 1978. p.27.

93 ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Tomo I e II, 3. ed., João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1997.

na construção de cercas, principalmente as cercas de pedras, de casas, de currais, e em outras atividades diversas, pois, para além do litoral, no Sertão e Cariri da Paraíba, desde o tempo colonial a mão de obra escrava foi utilizada vários tipos de trabalho, como na criação do gado, curtição de couro, lavouras de subsistência etc.

Nesse sentido, Rietveld⁹⁴ exemplifica a diversidade dessas atividades ao colocar que: “[...] no cemitério antigo de Cacimbinha foi feito um aterro pelos mesmos escravos.”

Para esclarecer esse fato, observa-se que a utilização da mão de obra escrava foi utilizada, também, por outras pessoas, inclusive os religiosos. Essa situação pode ser percebida no seguinte comentário de Leal⁹⁵: “No dia 3 do mês findo (1687) foi esta vila honrada com a visita do Exmo. Sr. Rvmo. Arquipestre da Província, cônego Bernardo de Carvalho Andrade [...] por ocasião da crisma, o revmo. Padre Alípio Cordeiro da Cunha, muito digno deputado provincial, deu liberdade, sem ônus algum, ao seu escravo Arão”.

Podemos perceber o protagonismo dos escravizados como povoadores da região, observando, sobretudo, como, ocasionalmente, eles rompiam com os vínculos de opressão, fugindo dos domínios de seus donos e para suprir suas necessidades ocupava áreas, construía famílias e vivia autonomamente contribuindo dessa forma com a formação do campesinato regional, conforme indícios colocados por Rietveld e Nunes Filho⁹⁶, adiante mencionados.

94 RIETVELD, Joao Jorge. **Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro**. João Pessoa: Imprell, 1999. p.54.

95 LEAL, José. **Vale de Travessia**. 2. ed. Campina Grande: Gráfica Santa Fé, 1993. p.60.

96 RIETVELD, João Jorge. **A terra da mulher que rezava: fragmentos dos 100 anos de história de São João do Tigre – Paraíba, 1895 – 1995**. João Pessoa: Gráfica Jaraguá, 1995. RIETVELD, João Jorge. **Centenário de Camalaú**,

Quanto ao tratamento dado aos escravos nessa região, mesmo que alguns autores considerem que este era diferenciado da área litorânea, onde a violência e os castigos eram mais severos, não temos muitos elementos para acreditar nessa afirmação, pois, de acordo com a tradição oral, os castigos aos escravos eram bastante violentos e corriqueiros.

Rietveld⁹⁷, ao pesquisar sobre o município de Camalaú, que anteriormente pertencia ao município de Monteiro, coletou diversas informações que esclarecem que o tratamento dado aos escravos não era tão diferente de outras áreas ou de outras atividades econômicas. Referindo-se à fazenda Camalaú Velho, observa que naquela fazenda existia um tronco semelhante a um pelourinho onde os escravos eram castigados e coloca: “Esse tronco servia para amarrar gente, principalmente escravos, que não queriam obedecer aos seus senhores. Amarrados eles podiam ser torturados. O tronco era comparável ao mourão que se usa até hoje nos currais para amansar bois”.

Esse comportamento dos senhores de escravos não era um fato isolado, mas, ao que parece, o tratamento para aqueles que por algum motivo iam de encontro aos seus donos eram semelhantes em toda a região. O mesmo autor, anteriormente referenciado, dá notícia de que, em outros lugares da região, a violência era sempre utilizada: “Os escravos não recebiam bom tratamento. Àqueles que trabalhavam nas terras de Benevides [atual município de São Sebastião do Umbuzeiro], era colocada uma sela sobre eles e uma pessoa os montava, usando as esporas para feri-los. Em Santa Clara usava-se um chicote para bater neles até sangrar⁹⁸”.

1895-1995. João Pessoa: Gráfica Jaraguá, 1996.; NUNES FILHO, Pedro. **Cariris Velhos: passando de passagem**. Recife: Liber, 2008.

97 RIETVELD, João Jorge. **Centenário de Camalaú, 1895-1995**. João Pessoa: Gráfica Jaraguá, 1996. p.31.

98 RIETVELD, Joao Jorge. **Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro**. João Pessoa: Imprell, 1999. p.55.

Os maus tratos não eram nada atípicos no comportamento dos senhores de escravos da região, bastando que para isso os senhores fossem contrariados por algum motivo. Este comportamento truculento podemos constatar pela seguinte narrativa que noticia como um senhor tratava seus escravos, no município de Serra Branca-PB⁹⁹:

A escrava Fortunata foi amarrada num banco de madeira e sofreu uma grande surra. Este banco existia ate pouco tempo na casa de [...] outra escrava chamada Glicéria, além de apañhar, foi amarrada de mãos para cima por 24 horas.

Ainda tratando da forma como os escravos eram maltratados e o temor imposto pelos senhores, o referido autor discorre como um escravo temendo ser castigado preferiu se mutilar como forma de escapar de maiores castigos:

Totonho era muito malvado e certa vez este escravo, com medo de ser castigado, desferiu sobre o próprio dedo um golpe de foice para que o dono, quando o encontrasse machucado, não o punisse.

Levando em conta que estes procedimentos eram corriqueiros, não é de admirar que os escravos tomassem, entre outras atitudes, a fuga desses domínios, indo se esconder nos lugares mais remotos da região, onde, isolados, passavam a desenvolver uma agricultura de subsistência.

99 LIMA, Adelândia Gouveia. Histórias e memórias de Serra Branca e seus distritos (santa Luzia do Cariri e Sucuru). In: BATISTA, Francisco de Assis Batista. (Org.). **Traços históricos e culturais do Cariri paraibano**. Joao Pessoa: 2012. p.127-129.

Nunes Filho¹⁰⁰, em suas pesquisas sobre a região do Cariri, faz o seguinte comentário: “Lendo formais de partilha de fazendas muito antigas [...] algumas vezes encontrei referências a negros foragidos [...] de certa forma, os escravos das fazendas de gado, como não eram vigiados, tinham até mais facilidade de fugir que os negros dos engenhos.”. E nas proximidades de Princesa Isabel no sertão paraibano, existiu o Quilombo do Livramento, sendo possível até os dias atuais identificar seus descendentes¹⁰¹.

Essa informação serve de indício para afirmar, em primeiro lugar, que havia atitudes por parte dos negros frente aos maus tratos sofridos e, em segundo lugar, que com a fuga para os lugares mais seguros estes iam se transformando em agricultores voltados, essencialmente, para subsistência, sendo, portanto, esse processo constituinte das raízes do campesinato do Cariri paraibano.

É possível encontrar os indícios da importância dos negros para a formação do campesinato regional em diversas ocasiões. No município de Camalaú, que anteriormente era parte constituinte do município de Monteiro, na área que nos detemos a analisar, encontramos referência a uma rua denominada de “Rua Preta” ou “Roça Velha”, tendo essas denominações associadas aos escravos. Estas denominações apresentam com clareza que aquele local foi inicialmente habitado unicamente por famílias de negros e lá desenvolverem suas atividades agrícolas com fins a subsistência, advindo daí o termo “Roça Velha” sendo uma clara alusão a sua forma de trabalho.

Outro indício bastante evidente da contribuição dos escravos para a formação do campesinato, se encontra nas origens da cidade

100 NUNES FILHO, Pedro. **Cariris Velhos: passando de passagem**. Recife: Liber, 2008.p.82.

101 SÁ, Ariane Norma de Menezes; MEDEIROS, Maria do Céu. **Escravos, livres e insurgentes Parahyba (1850-1888)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005. p.43.

do Congo, que, também, foi constituinte do município de Monteiro. Aquele município pelo seu próprio nome já indica a influência dos negros, mas, segundo a tradição oral aquele lugar teve início a partir de um escravo fugitivo por nome de Congo, que lá se instalou e deu início a construção de uma capela. Nesse sentido, Rietveld¹⁰² comprova através do livro de batismo alusões a este lugar denominado de Congo: “Esta história é de mais ou menos 1700, o ano em que aparece o nome da capela do Congo no livro de batismos”. Também serve como indício da influência dos negros na origem da cidade e na escolha da padroeira, pois Santa Ana é uma das santas de muita predileção entre as confrarias dos negros católicos.

Ainda na região, é possível encontrar fortes indícios da presença de negros escravos que, fugindo de outras paragens, foram se agrupando em determinados locais e contribuíram para a formação de povoados. Outro local que tem essas raízes a partir de escravos fugitivos é o atual município de Zabelê, também anteriormente pertencente ao município de Monteiro. Segundo a tradição oral, os primeiros habitantes que povoaram aquele pedaço de terra eram escravos descendentes dos escravos fugitivos do quilombo de Palmares.

Um indício bastante claro da influência dos negros pode ser percebido na denominação de pessoas como “Zumba” e “Malungo”, principalmente, no município de São Sebastião do Umbuzeiro. Esta última palavra significa “companheiro” e era utilizada por todos aqueles que viajaram no mesmo navio negreiro. Depois, generalizou-se sua utilização dentro dos quilombos. Quanto à palavra *zumba*, sabemos apenas que é de origem africana, também muito utilizada pelos escravos¹⁰³.

102 RIETVELD, João Jorge. **Centenário de Camalaú, 1895-1995**. João Pessoa: Gráfica Jaraguá, 1996. p.32.

103 FERREIRA, Josué Eusébio. **Ocupação humana do agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru**. João Pessoa: Idéia, 2001.

Os escravos que fugiam para os remotos sertões da Parahyba encontravam lá refúgio junto aos fazendeiros que lhe acolhiam para aumentar o número de trabalhadores¹⁰⁴.

Referindo-se ao município de Zabelê, Rietveld reafirma esses indícios ao fazer o seguinte comentário¹⁰⁵:

[com a abolição] os escravos de Santa Clara e de Benevides [sítios] foram libertados. Supomos que a fazenda Zabelê de José Raposo, depois de sua morte, nos anos de 1850, ficou sem dono, e por isso, os escravos libertados estabeleceram-se na fazenda e tentaram sobreviver na pobreza, mas livres. Na época da abolição ficamos sabendo da presença de quatro famílias: os Martins, os Raimundo, os Alves e os Balthazar. Todas essas famílias de cor escura.

Outra pista, também da contribuição dos escravos no povoamento regional, é apresentada por Rietveld¹⁰⁶ ao atribuir a escolha da padroeira da cidade da Prata, Nossa Senhora do Rosário, à influência dos escravos, considerando a afeição e devoção dos escravos a esta santa. A cidade da Prata, também pertencia ao vasto município de Monteiro.

Referindo-se à cidade de São João do Tigre, o autor também menciona um lugar denominado de Pátio do Roçado, onde existia uma antiga concentração de escravos. Essa denominação possibilita entender que as atividades ali desenvolvidas eram, sem dúvida, para própria subsistência dos negros. Percebendo a não

104 SÁ, Ariane Norma de Menezes; MEDEIROS, Maria do Céu. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

105 RIETVELD, Joao Jorge. **Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro**. João Pessoa: Imprell, 1999. p.199.

106 RIETVELD, Joao Jorge. **A herança de Manoel Monteiro: duzentos anos de Igreja Católica em Monteiro (1800-2000)**. João Pessoa: Imprell, 2002.

afeição desses descendentes negros à religião católica, Rietveld¹⁰⁷ comenta: “O povo daqui é conhecido por seus costumes diferentes. Esta gente tem pouca leitura e participa pouco da igreja. Eles são pretos e têm um complexo grande de inferioridade. [...] este povo, sendo paupérrimo, sempre foi pedir ajuda em Cacimbinha [sítio próximo]”.

A concentração e a permanência ainda de famílias negras naquela localidade, conforme atesta Rietveld mantendo ainda a posse de suas pequenas áreas de terras, é um indício da participação dos escravos na formação do campesinato regional.

No município de Serra Branca também podemos perceber a presença dos escravos na formação do campesinato regional, que não suportando os maus tratos dos senhores, procuravam fugir e constituir um espaço para subsistência, conforme se observa na seguinte descrição dos escravos, da fazenda Garrota, daquele município¹⁰⁸:

Muitos escravos fugitivos que tentavam se esconder dos seus donos, no longo percurso em busca de refugio, acabavam morrendo de fome e sede [...] assim um escravo ia enterrando o outro ale mesmo. A notícia era que este era um lugar de refugio para os escravos acabou chegando ao conhecimento de vários senhores de escravos que mandavam seus capitães do mato à busca e a captura dos negros.

Os escravos, dessa forma, resistiam como podiam, fugiam quando podiam, e assim iam estabelecendo comunidades,

107 RIETVELD, João Jorge. **A terra da mulher que rezava: fragmentos dos 100 anos de história de São João do Tigre – Paraíba, 1895 – 1995**. João Pessoa: Gráfica Jaraguá, 1995. p.24.

108 LIMA, Adelania Gouveia. et. all. Histórias e memórias de Serra Branca e seus distritos (Santa Luzia do Cariri e Sucuru). In: BATISTA, Francisco de Assis (Org.). **Traços históricos e culturais do Cariri paraibano**. Joao pessoa: 2002. p. 127-129.

mantendo seus costumes, sua cultura, contribuindo com povoamento e constituindo o campesinato regional.

CONSOLIDAÇÃO DO CAMPESINATO

Através da incursão na história, é possível formular uma abordagem sociológica que procure dar relevância às trajetórias sociais das pessoas pobres do campo, que deram origem ao campesinato regional; situando seu lugar histórico no processo de povoamento como uma expressão de resistência, criando espaços de subsistência, frente ao predomínio das plantações escravistas, bem como das atividades econômicas pecuaristas extensivas nas terras concedidas como sesmarias.

Considerando os critérios adotados pela Diretoria Geral de Estatística para o recenseamento de 1920, em que as pequenas propriedades que não alcançaram um determinado patamar de lucratividade não eram levadas em consideração e que só foram evidenciadas a partir no censo de 1940, leva a entender que nessas áreas de terras eram desenvolvidas atividades que apresentavam os traços característicos da produção camponesa.

Dada a dimensão das pequenas áreas de terras, conforme demonstrado, a força de trabalho era predominantemente a do grupo familiar. A produção destinava-se, também, em primeiro lugar à subsistência do grupo familiar, sendo cultivados prioritariamente produtos para o consumo. Confirma isto, o fato da não lucratividade encontrada pelo IBGE para caracterizar essas pequenas áreas como necessárias para serem recenseadas. É o que se denomina de “*lavoura de pobre*”, conforme explicação de Martins¹⁰⁹. O excedente da produção, quando acontecia, é que ia ao mercado, tornando-se mercadoria.

109 MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência. A questão política no campo**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

Considerando as drásticas consequências para esses camponeses, ocasionadas pelos períodos de estiagens e pela insignificante produção para o mercado, de acordo os dados do IBGE estes camponeses viviam em uma constante situação de escassez, sobrevivendo com o mínimo para satisfazer as necessidades básicas da subsistência.

Levando em consideração o censo agropecuário de 1985¹¹⁰, podemos constatar que a maioria dos estabelecimentos rurais se situava entre 1 a 50 hectares, ou seja, estabelecimentos com áreas inferiores a um módulo rural. Na região do Cariri, o módulo rural corresponde a 55 hectares. Estes constituíam, portanto, os pobres do campo, os camponeses que para efeito legal de sindicalização eram caracterizados como trabalhador rural, pois, para serem sindicalizados, segundo o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504/64, art.4º, era considerado como trabalhador rural o pequeno proprietário minifundista, considerando-se como minifúndio as áreas de terras inferiores a um módulo rural.

A existência destas pequenas áreas de terras e sua predominância quantitativa na estrutura agrária regional foi resultado de um processo de resistência cotidiana por parte desses pobres do campo, detentores de quando muito de um módulo rural, resistindo às práticas de expropriação promovidas por uma elite rural, detentora dos grandes latifúndios ávidos em aumentar seus domínios territoriais.

Historicamente, por suas especificidades mencionadas, essa região apresentava-se como uma alternativa possível de trabalho e vida para escravos foragidos, ex-escravos e pobres, sobretudo, porque possibilitava ficar longe do controle governamental dos latifundiários e, dessa forma, irem ocupando pequenas áreas de terras, constituindo-se essa atitude de procurar a invisibilidade

110 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.
Censo agropecuário - 1985.

das instituições e dos proprietários legais das terras, como um exercício de resistência possível naquele contexto.

Nessa perspectiva, considerando o papel dessas pessoas, que por motivos diversos para aquele recanto do estado se dirigiam como índios, fugitivos da justiça, brigas de famílias e escravos, serve como indícios para afirmar que o campesinato que se desenvolveu teve origem na ação desempenhada por diversas categorias sociais na luta pela terra, de modo a garantir condições de reprodução social. Semelhante ao entendimento de Palácios¹¹¹ quanto à formação do campesinato no Nordeste oriental, no início do século XVIII, à procura por estas localidades afastadas dos locais onde se verificavam os núcleos das plantações escravistas, a distância e o isolamento significava: “[...] mecanismos essenciais de uma estratégia de sobrevivência individual e coletiva [...]”. foram, portanto, esses pobres do campo e suas estratégias de resistência que garantiram seu lugar na estrutura agrária regional.

111 PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil**: Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p.26.

CAPÍTULO VI

A ELITE AGRÁRIA E OS CAMPONESES



Algumas das fazendas do antigo município de Alagoa do Monteiro¹¹² notabilizaram-se pela sua extensão e produção. Ireneo Joffily¹¹³, em uma viagem que fez ao município de Alagoa do Monteiro, em 1888, surpreende-se com a dimensão e opulência da fazenda Riachão, de propriedade do Major Saturnino Bezerra dos Santos, e assim faz a seguinte descrição:

Deixando São Tomé, e seguindo a estrada da vila do Monteiro, a uma légua está a fazenda Riachão [...] Riachão é incontestavelmente a melhor fazenda, que se encontra na estrada de Monteiro. Uma grande e confortável casa de vivenda, edificada em um pequeno outeiro, sobranceira a uma extensa várzea, cortada pelo riachão, que dá nome a fazenda.

112 O município de Alagoa do Monteiro era composto pelos atuais municípios de Sumé, Prata, Ouro Velho, São Sebastião do Umbuzeiro, Congo, São João do Tigre e Camalaú.

113 JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Livro I e II, Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro, em 1892, com prefácio de Capistrano de Abreu. Brasília: Thesaurus, 1977. p. 398.

Entretanto, para além de uma simples observação da comodidade da casa da fazenda, Joffily¹¹⁴ observa com atenção a infraestrutura da fazenda, destacando a qualidade da terra e das plantações, demonstrando, dessa forma, mais do que um olhar superficial, uma agudeza em perceber aspectos da produção que esta fazenda proporcionava e assim coloca:

A várzea é de uma fertilidade admirável tem uma plantação de algodão de cerca de um quilometro de extensão, talvez a maior da comarca [...] igual plantação vi somente na comarca de São João, fazenda de Santa Ana, do Dr. Domingos da Costa Ramos, um dos mais adiantados agricultores de algodão do Sertão. É ele [O major Saturnino] um amador dos cavalos de corrida. Há poucos dias comprara por 600 mil réis, no Pajeú, um afamado cavalo daquele sertão.

Ainda nessa mesma viagem, noticia a existência de outras fazendas e suas qualidades, ocasião em que se surpreende com a fartura que encontra naquelas paragens semiáridas, o que nos serve como elemento para comparar essa abundancia com a situação de pobreza dos camponeses. Assim se refere:

Causa a mais agradável surpresa ao viajante, que atravessa o sertão no rigor da seca, deparar repentinamente com um grande partido de canas e um engenho a moê-las. Foi o que me sucedeu ao chegar à fazenda Carnaíba. O capitão Marcolino, membro de uma família antiga e numerosa, é um dos principais habitantes da comarca de Monteiro [...] conta com

114 JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Livro I e II, Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro, em 1892, com prefacio de Capistrano de Abreu. Brasília: Thesaurus, 1977. p.399.

uma safra para cinqüenta milheiros de rapaduras, apesar da escassez das chuvas¹¹⁵.

Nos finais do século XIX encontra-se indícios diversos dessas grandes fazendas. Na tradição oral é recorrente ser mencionada a fazenda Bom Sucesso, no atual município de Camalaú, anteriormente, também, pertencente à Alagoa do Monteiro. Nessa fazenda, o proprietário Antônio Ferreira da Costa possuía, em média, seiscentas vacas de leite e o restante do gado chegava mesmo a milhares. Esse gado era negociado em Recife e Vitória de Santo Antão. Contava esse fazendeiro com mão de obra escrava, pois existia na fazenda uma senzala para abrigar os escravos¹¹⁶.

Essas fazendas também adentram ao século XX e se consolidam na produção do gado e do algodão. Em um discurso proferido em 1995, em Camalaú, e registrado pelo professor Antônio Mariano Sobrinho, por ocasião dos festejos de São José, padroeiro da cidade, o Sr. Cleômenes José de Oliveira, filho do tenente Isaias José de Oliveira, descreve suas lembranças da fazenda de seu pai, assim colocando:

[...] de um lado ficava a casa de residência de meu pai ligada ao armazém, capela, casa de morador e engenho. No lado oposto, completando um arruado, casa de residência, garagem, maquinismo de descaroçar algodão e armazém. Ao lado do arruado, duas fileiras de pés de avelozes [...] o prédio do engenho estava situado num elevado ponto estratégico, dominando as estradas, como se fosse uma fortaleza. Esse engenho tinha duas finalidades:

115 JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Livro I e II, Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro, em 1892, com prefácio de Capistrano de Abreu. Brasília: Thesaurus, 1977. p.399.

116 MARIANO SOBRINHO, Antônio. **Rio do Camará. A epopéia de (mais) um século**. João Pessoa: A UNIÃO Sup. de Imprensa e Editora, 1996.

uma a de fabricar rapadura e aguardente, a outra, de servir como um forte de defesa contra ataques de malfeitores¹¹⁷.

Algumas das grandes fazendas de Alagoa do Monteiro eram tão extensas e organizadas, que, para atender a contento as demandas da produção, se constituíam como vilas autônomas dentro do próprio município. A fazenda Feijão, de propriedade do Coronel Sizenando Rafael de Deus contava com uma média de trinta vaqueiros trabalhando, cotidianamente, entre outras pessoas em atividades diversas, mas, que faziam diariamente parte do complexo funcionamento dessas propriedades rurais.

Entre essas pessoas uma professora, um açougueiro, um bodegueiro, dois motoristas, um eletricista e dois soldados de polícia. Dada a quantidade de pessoas empregadas em atividades diversas e de outras que procuravam a fazenda para negociar produtos de utilidades variadas, foi organizada pelo Coronel Sizenando uma feira semanal que acontecia todos os domingos.

Além da fazenda Feijão que era onde ficava a residência do Coronel, este possuía diversas outras fazendas anexas entre as quais: Várzea do Meio, Gonçalo, Riachão, Quixaba, Cachoeirinha, Lages, Pinhões, Pau d'arco, Sincho, Roça Velha, Água Branca e Lagoa dos Pinhões. Totalizava essas áreas mais de seis mil hectares de terras.

Possuía, em média, seis mil cabeças de gado em suas terras e em seus currais junto à casa grande da fazenda; o leite que ia sendo tirado das vacas pela madrugada era encanado para cozinha onde uma equipe de pessoas atinha-se à atividade de fabricar

117 MARIANO SOBRINHO, Antônio. **Rio do Camará. A epopéia de (mais) um século.** João Pessoa: A UNIÃO Sup. de Imprensa e Editora, 1996. p.255.

queijos e coalhadas. Essa forma de encanar a produção do leite foi uma experiência única em toda a região do cariri paraibano¹¹⁸.

A dimensão e a estrutura da fazenda Feijão podem ser vistas na observação de Pedro Nunes¹¹⁹:

Ainda hoje, ao correr a fazenda, o que mais chama a atenção do visitante é o senso de organização e a praticidade do velho sertanejo. Todo o movimento da fazenda fluía para um grande pátio formado por um quadrado de casarões coloniais rústicos destinados aos vaqueiros e moradores [...] no mesmo conjunto arquitetônico, armazéns e galpões em posições estratégicas facilitavam a visualização do experiente fazendeiro [...] Na fazenda Feijão, luz elétrica era um luxo que a sede do município, na época, ainda não possuía.

Em 1920 já existia na fazenda Feijão energia elétrica gerada por um motor, enquanto que a cidade de Alagoa do Monteiro ainda não contava com esse serviço, chegando este tão somente quanto anos após, no ano de 1924, pelo empenho desse mesmo fazendeiro por ocasião de sua gestão como prefeito. Essa fazenda, até meados da década de 70, contava ainda com, aproximadamente, 200 famílias de moradores, que foram sendo expulsos progressivamente até a década de 80. Em 1999, por encontrar-se improdutivo, a fazenda também foi desapropriada para fins da reforma agrária, passando a ser denominada de Assentamento Mandacaru. Esta realidade demonstra, por sua vez, a centralização

118 BATISTA, Francisco de Assis. Tese de doutorado. UFCG. Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900-1950). Campina Grande, 2010.

119 NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro togado**: fatos históricos de Alagoa do Monteiro. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997. p.65-66.

de grandes áreas de terras pelas famílias tradicionais dos antigos coronéis que constituíam a elite rural.

Uma observação importante de quem conviveu nesta fazenda nos é apresentada por Rita Albino Rafael¹²⁰, uma nora deste coronel, que em suas memórias nos dá indícios da dimensão econômica e da efervescência no cotidiano dessa fazenda: “A casa era enorme, tinha nove dormitórios no primeiro andar, que antes se chamava de sótão, o piso e as vigas eram todas de cedro. Existia na casa grande uma mesa enorme, onde se sentavam trinta e duas pessoas. O coronel batia num ferro que tinha pendurado e todos sabiam que era hora de comer”.

Existia ainda na fazenda, junto à casa grande, uma capela para as celebrações religiosas, onde eram celebrados uma missa todos os domingos e, diariamente, os ofícios sagrados. As pinturas, representando temas religiosos, que adornavam essa capela foram de autoria de Miguel Guilherme, o mesmo pintor da catedral de Campina Grande-PB. Anualmente, se realizava um novenário em homenagem a São Sebastião, adotado pelo coronel como o padroeiro da fazenda.

Na fazenda morava um bispo aposentado de suas funções no estado do Rio Grande do Norte, o Dom Joaquim. Este, por motivo de saúde, atendeu ao convite do Coronel Sizenando para morar na fazenda, tornando-se responsável pelas atividades religiosas.

Nem todas as fazendas do município de Alagoa do Monteiro tinham essa infraestrutura, mas, todas se destacavam pelo tamanho de suas áreas de terras e produção. Pedro Nunes¹²¹ cita diversas fazendas que se destacavam entre as quais: fazenda Jatobá, Boa Vista dos Nunes, Firmeza, Areal, Carnaúba,

120 RAFAEL, Rita Albino. **Sumé que eu trago na memória**. João Pessoa: Imprima, 2003. p.67.

121 NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro togado: fatos históricos de Alagoa do Monteiro**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997.

Santa Catarina, Matarina, Mugiqui, Santana, Serrote Agudo, Paraguay, Formigueiro, Carrapateira, Amaro, Monconha, Garapa, Camaleão, Olho-d'água do Cunha, São Paulo dos Dantas, Mocó, Almas, Caxingó, Olho d'água do Neto e muitas outras.

A Fazenda Santa Catarina, no município de Alagoa do Monteiro, era de propriedade da família Santa Cruz. Tinha essa fazenda uma área de 4.500 ha. Ao ser desapropriada pelo INCRA, para fins de reforma agrária em 1994, ainda contava com 453 famílias de antigos moradores que lá moravam pagando foro. Essas famílias atravessaram gerações nesta propriedade.

O registro histórico dessas fazendas serve como indício para perceber o cenário de desigualdade que existia naquele contexto, uma vez que permite perceber a abundância em que viviam esses fazendeiros, donos de vastas extensões de terras, enquanto os camponeses se aglomeravam em pequenas áreas. Estes coronéis e os demais latifundiários constituíam a elite dominante regional que, para isto, contavam, evidentemente, com o trabalho de outras pessoas em funções definidas, mas, sobretudo para as atividades da agropecuária contavam com a mão de obra dos camponeses que, não possuindo terras suficientes para seu sustento procuravam trabalhos eventuais, temporários, junto a essa elite rural.

Consistia estes trabalhos temporários numa multiplicidade de atividades como fazer cercas, limpar açudes e barragens, construir casas, cultivar a terra, plantar e apanhar algodão, desmatar áreas de terras etc. sem entretanto manter vínculo empregatício permanente com os patrões.

Estes abastados fazendeiros tinham condições de manter como trabalhadores, em suas fazendas, certa quantidade de pessoas, contando, dessa forma, com uma mão de obra abundante e que os camponeses por sua vez encontravam na pessoa desses fazendeiros uma oportunidade de ganhar o mínimo necessário para complementar o suficiente apenas para suprir as suas necessidades imediatas.

CAPÍTULO VII

ALGODÃO: O OURO BRANCO



No cariri paraibano o povoamento foi sendo construído a partir da instalação das fazendas de gado, atividade que ocupava grandes áreas de terras, e pelos pobres do campo, constituindo o campesinato, por ocuparem pequenas áreas de terras, onde era possível, desenvolvendo atividades de subsistência.

Entretanto, entre as atividades desenvolvidas uma delas, especificamente, se transformou em atividade econômica, uma vez que passou a complementar as atividades pecuárias promovidas pelos grandes proprietários rurais e possibilitou aos camponeses uma produção para além da subsistência, inserindo-os como sujeitos econômicos no mercado regional: a produção e colheita do algodão.

Assim, com o desenvolvimento da cultura do algodão, no Cariri, estes sujeitos sociais passaram a interagir econômica e socialmente, desenvolvendo parcerias na perspectiva de um objetivo comum: o lucro. As interações desses sujeitos sociais, nesse contexto, se em alguns momentos aparentaram uma certa harmonia, essa nem sempre foi uma constante, mas, escondeu um universo de interesses contraditórios e conflituosos.

Se faz necessário uma breve análise do que significou o despontar do algodão no cenário nacional e sua articulação com a economia estadual e regional, no intuito de favorecer a

compreensão das atitudes dos sujeitos sociais que naquela área do estado sobreviviam das atividades agropecuárias.

Na Paraíba, o avanço da produção do algodão, nas áreas interioranas do estado, ocorre na segunda metade do século XIX, período em que esse produto se consolida como a principal fonte de renda da Paraíba, superando o principal produto que rendia dividendos ao estado, o açúcar.

O açúcar, na primeira metade do século XIX, constituía o principal produto de exportação da Paraíba. No entanto, nesse período, a economia agroexportadora passou a sofrer com os altos e baixos do preço do açúcar, bem como a sua baixa qualidade frente a seus concorrentes internacionais, de forma que na segunda metade desse século ocorre a decadência da indústria açucareira.

No Sertão, a cultura do algodão foi complementar à criação, pois parte da plantação servia de ração para o gado. Todavia, o aumento da exportação de algodão para suprir a demanda externa inglesa superou os lucros com o açúcar em 1850, e, na década de 60, deu-se o “boom” do algodão, por conta da Guerra Civil norte-americana.

Conforme observa Celso Mariz¹²², o algodão na Paraíba já era cultivado antes mesmo do século XIX, mas, não se tinha perspectivas de grandes lucros, permanecendo, portanto, uma cultura sem maior expressão. Entretanto, é só no século XIX, ocasião em que o açúcar apresenta diminuição de sua rentabilidade que o algodão passa a representar a maior fonte de renda da Paraíba, motivo pelo qual Celso Mariz afirmou que o algodão “tomou o caráter de ouro branco”.

Em Alagoa do Monteiro, nesse período, é intensificada a produção do algodão, ocasião em que os grandes proprietários rurais que detinham suas atividades econômicas, principalmente

122 MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: A União, 1978.

centrada na pecuária extensiva, vão utilizar cada espaço de terra possível para o cultivo do algodão. Este posicionamento se deu na busca dos lucros que o algodão poderia proporcionar, tendo em vista o aumento dos preços do algodão no mercado, em virtude da quebra da produção deste produto, nos Estados Unidos, por conta da guerra da Secessão.

Esse investimento, por parte dos latifundiários na plantação do algodão, se deu de tal forma que Alagoa do Monteiro tornou-se um núcleo de comercialização, exportando o algodão tanto para Paraíba quanto para o vizinho estado de Pernambuco, conforme descreve Pedro Nunes:¹²³ “Em decorrência dos elevados preços que o produto atingiu, surgiram grandes fazendas por todo o vasto município, que gozava de uma posição geográfica privilegiada, o que favoreceu o surgimento de um comércio próspero, mais ligado ao Recife que à capital paraibana”.

A produção do algodão em Alagoa do Monteiro, como em todo o Cariri, encontrou um clima propício para o seu desenvolvimento, uma vez que as condições favoráveis do solo e do clima seco proporcionavam a produção de uma das melhores variedades de algodão que apresentava resistência suficiente para sobreviver naqueles municípios entre quinze e vinte anos, conforme observações de José Américo de Almeida.

Conforme também observa Galliza¹²⁴, nas regiões do Alto Sertão e do Cariri paraibano, desenvolveu-se uma intensa produção de algodão, destacando-se mesmo de outras regiões do estado pela qualidade, sendo o algodão produzido nessas regiões classificados como um dos melhores do mundo.

Diante desse cenário, se por um lado se confirmava a qualidade do algodão produzido no Cariri, o denominado “mocó” era

123 NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro togado**: fatos históricos de Alagoa do Monteiro. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997. p.61.

124 GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930**. João Pessoa: Idéia, 1993. p.45.

a variedade mais procurada nos mercados externos, por outro, também, se verificava sua expansão em termos de áreas cultivadas, pois conforme comprovou Galliza, na análise do período de 1911 a 1922, foram as regiões do Alto Sertão e do Cariri que apresentaram a maior extensão de áreas cultivadas.

Tendo em vista o estímulo à produção a partir da elevação dos preços nos mercados externos e ao incentivo do emprego de técnicas mais adequadas, por parte de órgãos governamentais, o estado da Paraíba passou a situar-se entre os principais estados produtores de algodão e, em alguns momentos, no período compreendido entre 1915 a 1930, conforme analisado por Galliza¹²⁵, ocupou diversas vezes o primeiro lugar.

A partir do incentivo governamental o estado da Paraíba foi o primeiro estado do Nordeste a tomar a iniciativa de oficializar a classificação do algodão, de acordo com a qualidade de sua fibra. Outras atitudes, embora que lentas, já vinham sendo tomadas a exemplo do funcionamento do “Serviço de Defesa do Algodão” implantado em 1921¹²⁶.

Referindo-se a esse período, o poeta repentista, Pinto do Monteiro, presenciando toda a efervescência econômica e política que o algodão estava proporcionado no vasto município de Alagoa do Monteiro, dá pistas para compreender a importância do algodão, naquela região:

Antigamente aqui tinha
De cangaceiro uma aldeia
Quando José de Gouveia
Morava em cachoeirinha
Toda semana ele vinha

125 GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930**. João Pessoa: Idéia, 1993. p.60.

126 MOREIRA, José de Alencar Nunes; SANTOS, Robério Ferreira dos. **Origem, crescimento e progresso da cotonicultura no Brasil**. Campina Grande: EMBRAPA, 1994.

Chefiando cangaceiro
Hoje, daqui para Monteiro
Não existe nada à toa
São Thomé¹²⁷ é terra boa
De algodão e dinheiro¹²⁸.

Se a poesia expressa bem a percepção de quem vivenciou esse período, os dados estatísticos também fornecem uma dimensão da importância da produção do algodão na região. Esses dados permitem comparar o investimento na produção de algodão em Alagoa do Monteiro com outras cidades do estado. Observamos que Alagoa do Monteiro aparece em primeiro lugar, quanto à quantidade de máquinas a vapor, com um total de trinta máquinas e, entre elas, nenhuma de tração animal. O único município que ultrapassou Alagoa do Monteiro foi Picuí, totalizando trinta e sete máquinas, mas, destas, somente vinte eram a vapor e as outras dezessete restantes eram a tração animal¹²⁹.

Em Alagoa do Monteiro não se mediam esforços para ampliar a produção e o beneficiamento do algodão. Máquinas para beneficiar o algodão foram importadas do exterior e recebidas no porto do Recife, fazendo dali todo um trajeto para o interior da Paraíba, conforme coloca José Rafael de Menezes¹³⁰. “A pesada caldeira veio do porto do Recife, rumo ao Cariri paraibano, dois terços do trajeto de trem, e de Pesqueira, em uma semana nos carros de bois que se revezavam”.

127 São Thomé, atualmente a cidade de Sumé, era na época distrito de Alagoa do Monteiro.

128 Pinto do Monteiro apud NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro togado**: fatos históricos de Alagoa do Monteiro. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997. p.102.

129 GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930**. João Pessoa: Idéia, 1993.

130 MENEZES, José Rafael de. **O testemunho dos bem nascidos**. Recife: Bagaço, 1997. p.109.

Houve na região que compreendia o município de Alagoa do Monteiro um empenho e investimento na cultura do algodão. Este investimento, notoriamente, só podia ter sido feito pelos grandes latifundiários, detentores de vastas extensões de terras e de capital, pois os camponeses não desenvolviam uma produção que lhes rendesse dividendos que os permitissem adquirir tais equipamentos.

Essa situação leva a perceber que se por um lado a cultura do algodão favoreceu aos camponeses colocar no mercado parte de sua produção, fato que lhes rendia alguns dividendos econômicos, associado à cultura da subsistência que praticavam, por outro, permitiu aos grandes latifundiários aumentar seus capitais já provenientes das atividades pecuárias.

A importância econômica do algodão para os camponeses do Cariri paraibano na narrativa do Sr. Manoel Leite de Lima¹³¹ ao comentar:

Nós morava no sítio Varejão [município de Sumé] sempre trabalhei na agricultura [...] desde 1920, quando tinha sete a oito anos de idade. Plantava com meu pai o milho, feijão e algodão e mais outras coisas num pedacinho de terra que nos tinha [...] o algodão ajudava demais, em tudo, nós vendia a Bento Ribeiro e José Pequeno que levava para Campina Grande, com o dinheiro do algodão agente comprava roupa, remédios, sapatos [...] já o milho e o resto só era para casa mesmo, para fazer comida.

131 Entrevista realizada em novembro de 2008 com o Sr. Manoel Leite de Lima, camponês residente em Sumé. BATISTA, Francisco de Assis. Tese de doutorado. UFCG. Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900-1950). Campina Grande, 2010.

Considerando os fatos, constata-se que a posição geográfica ocupada por Alagoa do Monteiro, município que fazia fronteira com o vizinho estado de Pernambuco, favoreceu o seu desenvolvimento comercial, tendo em vista que boa parte da produção algodoeira ficou concentrada nos municípios vizinhos e que este município integrava a rota de acesso da produção de algumas cidades de Pernambuco com destino a cidade do Recife. Nesse sentido, Alagoa do Monteiro constituiu-se num entreposto comercial dessa produção, uma das razões que proporcionou o seu destaque frente a outras cidades do Cariri paraibano, conforme observa de Pedro Nunes: “Por causa de sua posição estratégica, a partir de 1861, Alagoa do Monteiro começou a crescer. Na sede havia casarões coloniais; nas fazendas, casas-grandes e igrejas com santos barrocos rivalizavam com a opulência da zona canavieira¹³²”.

José Rafael de Menezes¹³³ também apresenta indícios dessa opulência de Alagoa do Monteiro, ao comparar sua urbanização com outras localidades do vizinho estado de Pernambuco, argumentando que: “Nenhuma das cidades da Zona da Mata Sul de Pernambuco, nem Ipojuca, nem Serinhaem, nem Barreiros, apresenta o urbanismo de Monteiro”. Estes são alguns exemplos que permitem perceber a opulência dos grandes proprietários rurais de Alagoa do Monteiro.

132 NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro togado**: fatos históricos de Alagoa do Monteiro. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997. p.65.

133 MENEZES, José Rafael de. **O testemunho dos bem nascidos**. Recife: Bagaço, 1997. p.111.

CAPÍTULO VIII

CORONÉIS E CONFLITOS



Os dividendos econômicos, oriundos da associação da pecuária com a agricultura algodoeira, se por um lado foram servindo para ampliar e diversificar as próprias atividades econômicas, por outro lado foram também sendo investidos na formação acadêmica dos filhos da elite econômica em desenvolvimento. Nessa situação, os filhos dos grandes proprietários rurais e de outros comerciantes foram enviados para a capital pernambucana, Recife, com fins de obterem o título de bacharel em direito.

Formava-se, assim, dessa associação econômica com a aquisição dos títulos acadêmicos uma nova perspectiva da elite rural. Embora existissem conflitos internos, os filhos da vasta região de Alagoa do Monteiro que tiveram a possibilidade de adquirir o título de bacharel em Direito, na cidade do Recife, passaram a atuar na política partidária, não somente como coadjuvantes das determinações oriundas das oligarquias que dominavam o cenário estadual, mas, também, almejando maiores destaques no cenário político, tanto local quanto estadual.

Os irmãos Miguel Santa Cruz de Oliveira, Artur Santa Cruz e Augusto Santa Cruz, bacharéis em direito, formados na capital pernambucana, ilustram bem essa nova perspectiva.

O primeiro deles foi deputado provincial na Segunda Assembleia Constituinte e Legislativa da República, no período de 1892 a 1895, colega nessa gestão do Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo, tio do jornalista Assis Chateaubriand. Foi reeleito, novamente, como deputado provincial para quinta legislatura, no período de 1904 a 1907. Para além de suas atividades parlamentares foi também lente de História do Brasil, no Liceu Paraibano, na capital do estado.

O seu irmão Artur foi atuar na área jurídica, no vizinho estado de Pernambuco, sendo concursado para o cargo de juiz e atuou em diversas cidades daquele estado¹³⁴.

O mais novo dos irmãos, Augusto Santa Cruz, então promotor de Alagoa do Monteiro, vai fazer uma tenaz oposição ao então governador João Lopes Machado, tendo em vista as perseguições políticas impostas a este, conforme coloca Linda Lewin¹³⁵: “Cada um desses grupos de base familiar [Santa Cruz de Alagoa do Monteiro e Dantas de Teixeira] de antigos liberais tinha sofrido, em seu respectivo município, a perseguição de seus rivais ajudados pela Força Pública Estadual. Ambos haviam sofrido ataques armados e a destruição de propriedades valiosas, inclusive plantações e gado”.

Com as perseguições políticas promovidas pela oligarquia Machado-Leal, a família Dantas do município de Teixeira perde a liderança política que vinha mantendo desde os fins de 1860 e a família Santa Cruz perde, também, a liderança do vasto município

134 NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro togado**: fatos históricos de Alagoa do Monteiro. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997.

135 LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993. p.260.

de Alagoa do Monteiro, mas, que vinha mantendo de um período mais recente, ou seja, desde 1890¹³⁶.

A partir das contendas políticas, no âmbito municipal, Augusto Santa Cruz procurou criar um clima político para desestabilizar o governo do estado, com a perspectiva de demonstrar a incapacidade política do presidente João Machado em continuar a frente do governo e provocar uma intervenção federal, o que seria benéfico para eleger o candidato de oposição, notadamente, o candidato do seu grupo político. Nessa perspectiva, junto com aproximadamente duzentos homens armados, invadiu a cidade de Alagoa do Monteiro, no dia 6 de maio de 1911.

Nessa investida violenta, em que ficaram feridos e mortos, o coronel Augusto Santa Cruz prendeu o coronel Pedro Bezerra, então prefeito municipal, Victor Nunes de Oliveira, agente dos correios, o promotor de justiça Dr. Inojosa Varejão, o Major José Basílio, o Capitão Albino, o tenente Pedro Mendonça e mais dezoito policiais. Estes ficaram prisioneiros na casa paroquial, durante dez dias, e na iminência de uma invasão pelas tropas da polícia, o coronel Augusto Santa Cruz levou os prisioneiros para sua fazenda Areal, onde permaneceram por mais onze dias.

Não tendo se cumprido as expectativas, Augusto Santa Cruz foge para o Juazeiro no Ceará, pois ao ter feito uma consulta previa ao padre Cícero sabia que seria acolhido. Durante o trajeto vai, gradativamente, soltando os prisioneiros reféns, que já estavam totalizando trinta e um dias de prisão¹³⁷.

No ano seguinte, em 1912, retorna à Paraíba e com um exército particular, composto por aproximadamente quinhentos homens, associa-se a Franklin Dantas, também fazendeiro

136 LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993. p.260.

137 NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro togado**: fatos históricos de Alagoa do Monteiro. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997. p.191-203.

em Alagoa do Monteiro e na cidade de Teixeira e, juntos, tentam desestabilizar o governo de João Machado num movimento denominado de “Revolucionários da Salvação”. Na época desse movimento armado liderado por Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas, acompanhou o filho de Franklin Dantas, o então acadêmico por nome de João Dantas, que viria a assassinar João Pessoa no Recife em 1930.

O movimento Salvacionista advém do posicionamento de oficiais do exército em 1911, que contrários a influência das oligarquias agrárias na política nacional almejavam desestruturar essas oligarquias, entendidas como estruturas políticas retrógradas que deveriam ser substituídas por uma elite política em conformidade com os interesses nacionais. Esse movimento teve apoio do então presidente da república Hermes da Fonseca, ocasião em que ocorreram revoltas nas guarnições federais de Recife e Maceió que culminou com a instalação de governos nesses dois estados de acordo com seus objetivos, ocorrências estas, que encorajou a tentarem golpes em outros estados do Nordeste¹³⁸.

Conforme analisa Linda Lewin¹³⁹, a oligarquia Machado-Leal enfrentou uma insurreição promovida pelos antigos liberais insatisfeitos a partir de dois grupos familiares do sertão, conforme descreve “Um exército com bem mais de mil homens, organizado privadamente, ameaçou derrubar o governo de João machado [...] As famílias Dantas e Santa Cruz de Oliveira pegaram em armas após perderem o controle político dos respectivos municípios para seus rivais epítacistas, entre 1904 a 1908.”

138 LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

139 LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993. p.260.

Na perspectiva de recuperação de prestígio político, Santa Cruz e Franklin Dantas pegaram em armas e, acompanhados de seu exército particular, invadiram as cidades de Taperoá, Patos, Santa Luzia do Sabugi, Soledade e São João do Cariri.

Ao conseguirem invadir essas cidades, pela força das armas, faziam propaganda política com fins a obterem votos para Rego Barros, então candidato da oposição ao sucessor do governo. Por ocasião dessas invasões, saqueavam e extorquiam aquelas pessoas que compunham a base do governo naquelas localidades. A tentativa de invadirem a Vila Real de São João do Cariri, no dia 31 de maio de 1912, não foi bem sucedida pelos revoltosos, que viveram o fracasso desse intento e procuraram fugir para não serem presos e, conseqüentemente, não responderem judicialmente às suas atitudes.

As eleições ocorreram em 22 de junho de 1912 e Castro Pinto, candidato sucessor de João Machado, foi eleito obtendo 15.338 votos e Rego Barros, candidato da oposição, apenas 476, estava, assim, configurada a derrota dos oposicionistas.

De acordo com a análise de Linda Lewin, o período compreendido entre os anos de 1892 a 1912 significou um período de anarquia, conforme coloca¹⁴⁰: “Sob o domínio da oligarquia Machado-Leal, entre 1892 a 1912, a ‘anarquia’ significou especialmente a incidência crescente de tiroteios e assassinatos políticos. Mas a regularidade com que irromperam confrontações armadas em virtualmente em todos os centros comerciais da Paraíba e a frequência com que as emboscadas eliminaram vítimas políticas nas solitárias estradas rurais transcenderam a identidade da oligarquia no poder”.

Tendo fracassado, politicamente, a família Santa Cruz, em Alagoa do Monteiro, consolidou-se, dessa maneira, o domínio

140 LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993. p.89.

político da família Feitosa. Essa família demonstra a expressão do domínio oligárquico na região. O coronel Nilo Feitosa foi prefeito de Monteiro por diversos mandatos, suplente de juiz de direito, de delegado de polícia e adjunto de promotor público. Seu filho foi deputado estadual durante cinco legislaturas consecutivas e um de seus netos também foi deputado durante quatro mandatos consecutivos¹⁴¹

AMPLIAÇÃO DO O DOMÍNIO ECONÔMICO E POLÍTICO DA ELITE AGRÁRIA

É perceptível, dessa forma, que desta inserção na economia estadual com a produção do algodão, inserção esta com destaque frente a outras regiões do estado, decorreram consequências políticas em que se percebe o fortalecimento do poder oligárquico regional e a sua influência mais acentuada no cenário político estadual. Fato este que levou Galliza¹⁴² a partir de suas pesquisas fazer a seguinte afirmação: “[...] consolidou-se o deslocamento do poder oligárquico da zona litorânea para a sertaneja, isto é, da área canavieira para o complexo algodoeiro-pecuário. Esse fato ocorreu, a partir de quando a produção algodoeira se tornou o esteio da economia paraibana.”

Passado o período dos movimentos armados pelo domínio político municipal, Alagoa do Monteiro, em consequência do binômio boi-algodão vai proporcionando o estabelecimento de uma elite econômica que procura ampliar seus dividendos econômicos para além das atividades agropecuárias, de forma que, no início do século XX, Alagoa do Monteiro já contava com uma

141 NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro togado**: fatos históricos de Alagoa do Monteiro. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997. p.538.

142 GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930**. João Pessoa: Idéia, 1993. p.21.

agência de vendas de automóveis, comércio raro, mesmo nas cidades mais importantes economicamente do estado.

O termo “boi-algodão” foi um termo utilizado para denominar a associação da atividade econômica da pecuária com o algodão no Nordeste. Essa associação foi benéfica para os grandes proprietários rurais pois permitia a estes utilizarem as terras mais secas para situarem suas plantações de algodão, e da colheita do algodão, além dos dividendos econômicos comerciais ainda restava o pasto para os animais. Também, após a extração do óleo das sementes restava a “torta” considerado como um excelente alimento para os bovinos¹⁴³.

Capitais oriundos das atividades agropecuárias são empregados em outras atividades comerciais como farmácias e lojas que comercializavam produtos diversificados vindos, principalmente, da capital pernambucana. Acontece assim, a vinda de diversos profissionais para o município de Alagoa do Monteiro no ano de 1940 conforme a descrição que faz Rita Albino Rafael¹⁴⁴ de professoras que vieram do Recife e colocaram escola particular em São Tomé, bem como, outras pessoas com outras atividades como farmácia e até mesmo cinema.

Nesse período de efervescência econômica, profissionais que antes não viam perspectivas econômicas na região, nesse momento procuraram estabelecerem-se como advogados, médicos e odontólogos ao mesmo tempo em que são instaladas escolas particulares no município e intensifica-se o envio de jovens para o Recife com fins a ingressarem nas universidades, principalmente, almejando o curso de direito. Foram tantos os formandos na área

143 MOREIRA, José de Alencar Nunes; SANTOS, Robério Ferreira dos. **Origem, crescimento e progresso da cotonicultura no Brasil**. Campina Grande: EMBRAPA, 1994.

144 RAFAEL, Rita Albino. **Sumé que eu trago na memória**. João Pessoa: Imprima, 2003.

do direito que José Rafael de Menezes¹⁴⁵ demarca os bacharéis de Alagoa do Monteiro por geração, destacando-os pelas décadas em que cada um obteve seus títulos conforme descreve em dois livros seus intitulados “O testemunho dos bem nascidos” e outro, “A geração de 45” onde nomeia as gerações de bacharéis em direito todos de Alagoa do Monteiro.

Por outro lado, o capital não vai servir tão somente para novos investimentos, mas, também para o deleite da elite econômica, o que exemplifica bem esse novo procedimento ao se constatar que na capital pernambucana foram em diversas ocasiões requisitados profissionais do teatro e da música para apresentações de peças teatrais, não de caráter público, mas, particular, nas residências para atender seletos grupos de apreciadores. José Rafael de Menezes¹⁴⁶ descreve o investimento nessa área ao afirmar que: “Em alagoa do Monteiro, o padre Artur Cavalcanti, ficou famoso por suas iniciações barrocas [...] recomendou aos patriarcas das primeiras décadas do século XX, que adquirissem o piano, o mais completo instrumento musical e que as filhas fossem estudar em colégios onde solfejos e técnicas sonoras, incluíam-se no currículo escolar. Assim surgiu na casa do coronel Raphael a primeira orquestra doméstica: flauta, bandolim, soprano, piano [...]”.

Consolidava-se, portanto, em Alagoa do Monteiro, uma elite econômica e política a partir da concentração de vastas extensões de terras, voltadas, basicamente, para as atividades agropecuárias, para exportação e da expansão de diversas outras atividades comerciais locais, a partir dos dividendos de origem rural.

Enquanto se verifica a consolidação de uma elite econômica e política através das atividades econômicas, tendo por base a agropecuária, verifica-se, também, que os pobres do campo,

145 MENEZES, José Rafael de. **A geração de 45**. João Pessoa: A UNIÃO Editora, [s.d.]

146 MENEZES, José Rafael de. **O testemunho dos bem nascidos**. Recife: Bagaço, 1997.p.112.

trabalhadores não possuidores de terras e os camponeses, neste cenário, se por um lado obtiveram uma relativa melhora em suas condições de subsistência, por outro, não obtiveram uma independência econômica frente aos grandes proprietários rurais, conforme observou Diana Soares de Galliza em relação a Paraíba¹⁴⁷, concluindo que: “Era evidente a subordinação do produtor ao proprietário da terra, e a exploração deste ao primeiro. Os latifundiários detinham a terra, financiavam a produção e controlavam o trabalhador. Face as relações de produção existentes, o pequeno produtor não exercia o controle sobre sua própria produção”.

147 GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930**. João Pessoa: Idéia, 1993. p.63.

CAPÍTULO IX

AS FACES DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE OS CAMPONESES E A ELITE AGRÁRIA



É sem dúvida pertinente a compreensão da subordinação econômica que os latifundiários exerciam sobre os camponeses. Essa subordinação se dava considerando que, em função dos pobres do campo não possuírem os meios de produção se submetiam por necessidade as condições impostas pelos latifundiários. A “parceria” é um exemplo, traduzindo-se em formas diversas como a meia e a terça e na pecuária a quartiação conforme descreve Manuel Correia de Andrade¹⁴⁸ referindo-se às parcerias econômicas, e, atendo-se especificamente a região sertaneja faz a seguinte afirmação:

As terras em geral não são arrendadas, preferindo os proprietários entregá-las aos agricultores em regime de parceria. Dentre estas destaca-se a ‘meia’, na qual os proprietários fornecem as terras e as sementes[...] após a colheita, recebem como pagamento a metade da produção do algodão, ficando o agricultor com a outra metade [...] em algumas áreas sertanejas, em condições semelhantes

148 ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p.182.

à anterior usa-se a ‘terça’ em lugar da meia. Neste caso cabem dois terços da produção ao proprietário, ficando o agricultor com apenas um terço. Em relação a pecuária explica como se dava a quartiação: a sua remuneração [do vaqueiro] as vezes é feita pela quartiação, isto é, o vaqueiro recebe um quarto dos bezerros, potros e cabritos nascidos na fazenda [...]

Os camponeses, não deixaram de aproveitar a ocasião de ganhar algum dividendo econômico que a produção do algodão estava proporcionando, nesse sentido, vão abrindo brechas, nesse modelo de produção centrado nas grandes extensões de terras e também tentam desenvolver uma produção embora que pequena, mas que os possibilitou inserirem-se no mercado regional.

Antes do advento do algodão os camponeses sobreviviam, principalmente, das culturas para subsistência e, eventualmente, havendo sobras de algumas hortaliças, colocavam no mercado local, bem como pequenos animais como galinhas, porcos e caprinos, que lhes rendiam algum dividendo econômico não de forma regular, mas conforme as condições de produção permitiam.

Com o algodão o camponês pode contar com uma produção para um mercado certo e não perde essa oportunidade tanto para produzir, quanto para inserir sua produção no mercado. A princípio utilizava toda área possível de suas terras, considerando que a cultura do algodão podia ser consorciada numa mesma área, junto ao milho e ao feijão, consórcio este que não prejudicava a cultura para subsistência, mas, não se limitavam apenas a suas pequenas áreas, mas, buscando, expandir essa produção procuravam junto aos grandes proprietários concessões de áreas de terras para cultivar o algodão. Conforme coloca Rita Albino Rafael¹⁴⁹ em seu livro “Sumé [antigo distrito de Alagoa do Monteiro] que

149 RAFAEL, Rita Albino. **Sumé que eu trago na memória**. João Pessoa: Imprima, 2003. p.13.

eu trago na memória” escrito a partir de sua vivência naquele contexto, descreve a importância do algodão na década de 1940 para o camponês: “[...] a vida era mais tranquila, especialmente no período da safra do algodão, quando cada trabalhador, ao vender a sua colheita, recebia um bom dinheiro para as despesas do final do ano”.

Percebe-se a importância econômica do algodão para os camponeses e a forma de relação entre estes e os grandes proprietários rurais denominada de “meação” na seguinte descrição que faz o Sr. Inácio Ribeiro¹⁵⁰ ao afirmar que:

Eu seguia meu pai no trabalho. naquela época [1940-1950] chovia mais, o lucro era maior. O patrão fornecia a terra e o dinheiro ao meeiro, e ele pagava com o lucro do algodão porque o feijão e o milho eram livres [...].

Nessas relações econômicas dos camponeses com os grandes proprietários rurais, os possibilitavam tirar alguns dividendos econômicos e se afirmarem naquele contexto, como produtores também para o mercado, tornando-se parceiros imprescindíveis para os grandes proprietários, os quais se livravam do assalariamento da mão-de-obra.

Nesse sentido, da efervescência econômica que o algodão proporcionou, é evidente a consolidação de uma elite de base rural que vai dominar politicamente a região e reivindicar um lugar no cenário político estadual. Também, tendo o algodão assumido um lugar de destaque econômico na região a pressão sobre a terra e os conflitos, vão se ampliarem uma vez que a terra o principal meio de produção, vai ser motivo de disputas cada vez mais acirradas.

150 Entrevista realizada em novembro de 2008 com o Sr. Manoel Leite de Lima, camponês residente em Sumé. BATISTA, Francisco de Assis. Tese de doutorado. UFCG. Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900-1950). Campina Grande, 2010.

Nesse contexto se por um lado os camponeses conquistaram uma forma para se inserirem no mercado mediante as relações de produção estabelecidas com a elite, por outro lado, é evidente que essa relação não se deu sem conflitos, em que os camponeses foram duramente subordinados.

ESTRATÉGIAS DE RECIPROCIDADE E DOMINAÇÃO DA ELITE: AS TERRAS EM CAMPO

As formas de dominação empregadas pelos latifundiários para manter os camponeses dependentes de seus recursos econômicos, eram diversificadas e circunstanciais, porém seguindo algumas pistas se percebe a existência das formas mais tradicionais. Entretanto, também é possível perceber que as formas de dominação tanto podiam ir sendo legitimadas quanto questionadas pelo costume tradicional. Algumas regras do costume serviam como instrumentos de dominação, no intuito de proibir os camponeses de retirarem das terras sem cercas aquilo que tinham em abundância e que lhes faltava no cotidiano.

Uma prática dos latifundiários para dominar várias extensões de terras, sem fazer uso de contenção como, por exemplo, a construção de cercas, se dava através de um acordo comum entre estes, mantendo a criação de animais em áreas não cercadas, possibilitando, assim, a entrada dos rebanhos soltos em áreas de parentes e proprietários vizinhos e vice-versa, sem causar constrangimentos; salvo quando rompiam uma área cercada e destruíam o que se preservava especificamente nessa área. Nessas ocasiões, dava-se início, se reincidente, caso proprietário do animal não tomasse as devidas providências, a grandes conflitos, mas, geralmente, só o fato de o animal entrar nas áreas sem cercas não constituía nenhum motivo para querelas.

Em suas memórias, Raimundo Suassuna¹⁵¹, referindo-se à ausência de cercas no sertão paraibano, assim descreve este costume:

[...] naquele tempo, nossas terras não eram todas cercadas; grande porção fazia parte do **campo comum**, aberto aos rebanhos de todos os vizinhos. A gente andava horas a fio pelas campinas sem avistar uma cerca, sem encontrar uma cancela sequer. Existiam até criadores que não tinham cercados onde prendessem seus animais.

Este costume de não cercar as áreas de terras, principalmente no Seridó e Cariri paraibano, por aquelas famílias detentoras de vastas extensões destinadas à pecuária é descrita, também, por Aderaldo Ferreira¹⁵² da seguinte forma:

Naqueles tempos, isso até os anos trinta desse século [XX], os rebanhos eram soltos em grandes mangas, **campos abertos pertencentes a vários donos** [...] só as terras tidas como agrícolas, nas quais se plantavam o algodão mocó, a cana-de-açúcar, o milho, o feijão e algumas outras culturas de subsistência, eram delimitadas por divisórias [...] as maiores mangas nos limites das grandes fazendas, quase sempre englobando terras de dois a três municípios vizinhos, cobriam léguas.

Essas descrições servem como pista para afirmar que tanto entre os grandes proprietários rurais quanto os camponeses a

151 SUASSUNA, Raimundo. **Memórias**. João Pessoa: GGS Gráfica e serviços, 1979. p.19.

152 FERREIRA, Aderaldo. **Tradições ruralistas: marcas de gado, experiências, clima e outras histórias**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.p.31.

ausência de cercas em suas terras, naquelas áreas denominadas de terras “em campo ou terras de campo” era um costume comum.

Eric Sabourin¹⁵³ pesquisador visitante na UNB, Departamento de sociologia, em seu artigo “Camponeses e fundos de pasto no Nordeste da Bahia” numa região denominada de Massaroca, constata essa forma de apropriação comunitária de áreas de terras entre os camponeses, denominada naquele contexto como terras de “fundo de pasto ou fecho de pasto” entretanto essas áreas, semelhantes as terras “em campo ou de campo” afirma que essa prática está vinculada tradicionalmente a pecuária extensiva considerando o pastoreio aproveitando os recursos naturais como a caatinga¹⁵⁴.

Ainda com relação ao sertão nordestino, Alfredo Wagner B. de Almeida¹⁵⁵ analisa que a utilização comum da terra para o desenvolvimento das atividades pecuárias foi uma prática bastante empregada, na qual se verificava a ausência de cercas nas grandes propriedades rurais: “No sertão nordestino as grandes propriedades jamais foram cercadas e mesmo seus limites, quase sempre imprecisos [...] as aguadas eram de uso comum e o gado permanecia sendo criado solto”.

Com relação a essas áreas de “campo”, conforme se constata a sua existência no Cariri paraibano, se percebe semelhanças

153 SABOURIN, Eric. Camponeses e fundos de pasto no Nordeste da Bahia. In: GODOI; Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias – Construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: UNESP, 2009.

154 SABOURIN, Eric. Camponeses e fundos de pasto no Nordeste da Bahia. In: GODOI; Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias – Construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: UNESP, 2009.

155 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI; Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias – Construções identitárias e sociabilidades**. V. II. São Paulo: UNESP, 2009. p. 54.

dessa forma comum de aproveitamento das terras, com as descritas por Alfredo Wagner B. de Almeida, como situa: “pastos comuns ou campos” na Ilha do Marajó e na Baixada Maranhense, afirmando que: “[...] guardam maior proximidade com as regras da pecuária extensiva do sertão nordestino [...] Prevalecem nestas regiões expressões como **fundo de pasto**, áreas comuns mais afastadas dos locais onde se erguem as sedes das fazendas, ou **terras soltas**, isto é que não conhecem cercamento, ou **campos** ou **pastos comuns** ou **abertos** [...]”.

Para os grandes latifúndios, considerando evidentemente suas grandes quantidades de áreas de terras, a entrada de alguns animais não fazia tanta diferença, de forma que se criavam mesmo misturados com os animais dos vizinhos. Conforme constata Alfredo Wagner B. de Almeida¹⁵⁶, no sertão nordestino: “A inexistência de cercas para o criatório levava a que reses de diferentes proprietários se mantivessem juntas e aparentemente indiferenciadas pelos campos”.

Dessa forma mesmo não havendo cercas, estes pastos em “campo”, como se chamava, eram protegidos por normas costumeiras observadas por aqueles que deles se utilizavam. A principal delas era o princípio do direito costumeiro de utilização desses campos, sendo permitido, primordialmente, àqueles que também possuíam terras naquelas confluências que davam origem a essas terras de “campos” ou que possuíam também áreas de terras não cercadas que possibilitavam aos animais de seus vizinhos também se beneficiarem dessas áreas.

Esse costume de criar os animais soltos deu origem à prática da apartação considerando a quantidade de animais nas terras em

156 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOL; Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias – Construções identitárias e socialidades**. V. II. São Paulo: UNESP, 2009. p. 54.

campo de diversos donos, fazendo-se necessário de tempos em tempos identificá-los. Com o objetivo de realizar a identificação das reses eram marcados alguns dias do ano determinados previamente para se fazer o recolhimento; a separação desses animais e a entrega aos seus respectivos donos, atividade esta denominada de “apartação”. Nesse sentido, Aderaldo Ferreira¹⁵⁷ esclarece:

Chamava-se ‘apartação’ período no qual se procedia a separação dos rebanhos após o inverno, geralmente nos meses de São João e Sant’Ana, pelas identificações das marcas e ribeiras [...] **essa prática de apartação**, em total desuso no Nordeste, perdurou até os anos vinte, quando só se usavam as cercas de pedras, de varas, de pau-a-pique e raramente de arame farpado, apenas para limitar roçados. A partir daí foi criado o habito de cercar toda a propriedade, para confinar melhor o rebanho.

Referindo-se aos campos da Ilha do Marajó e a Baixada Maranhense, Alfredo Wagner B. de Almeida¹⁵⁸ identifica nessas localidades essa prática de apartação, conforme coloca: “Aí também o ato de apartar ou separar o gado criado solto para ser entregue aos seus respectivos donos acontece antes da invernada e recebe igualmente a denominação de *apartação*”.

A apartação, ou festa de apartação, podia ter mesmo esse caráter de festa, pois era um momento de reunião de diversos vaqueiros de diversas fazendas, fato este que, sem dúvida, servia

157 FERREIRA, Aderaldo. **Tradições ruralistas: marcas de gado, experiências, clima e outras histórias**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.p.25.

158 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI; Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias – Construções identitárias e socialidades**. V. II. São Paulo: UNESP, 2009. p. 55.

como momento de confraternização, ocasião em que os vaqueiros se reencontravam e falavam da vida que levavam tanto do âmbito familiar quanto dos espaços sociais mais amplos como a fazenda e a região.

Aderaldo Ferreira¹⁵⁹ observa que a atual festa de vaquejada advém desse costume de apartação, pois reproduz a técnica de correr atrás do gado com fins a dominá-lo, como se fazia nas apartações. Tornando-se uma festa de fato, apenas com fins de divertimento, e para a qual algumas regras foram sendo elaboradas, mas, em essência, consiste na tradicional corrida para pegar o animal.

Mas, a finalidade primordial desse encontro era pegar o gado que se encontrava solto nessas áreas e, de forma lícita sem deixar dúvidas, separar e marcar cada um com a marca dos seus respectivos donos. Por essa razão, essa reunião de vaqueiros, profissionais do trato com o gado, era mais do que simplesmente separar esses animais, tinha a força simbólica de legitimar essa ação, chancelando-a como justa perante seus patrões os proprietários desses diversos animais.

Essa prática se por um lado era cômoda para os criadores, por outro gerava também compromissos com os demais criadores ao compartilhar essas terras de forma comunal, de forma que alguns compromissos pela tradição adquiriam força de lei. Necessitava-se, assim, que ela ocorresse de forma satisfatória para garantir a continuação de sua existência e, dessa forma, se fortalecia a vigilância quanto a alguns princípios a serem observados. Algumas ocorrências, de acordo com o encaminhamento dado, tanto podiam servir para reafirmar os laços de reciprocidade quanto como motivos de intrigas.

A manutenção de alguns benefícios comuns, como fonte de água e cacimbas para o gado beber, era esperado como contribuição

159 FERREIRA, Aderaldo. **Tradições ruralistas: marcas de gado, experiências, clima e outras histórias**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

de todos que possuíam animais naquela área, de forma que a negação nessa participação também gerava descontentamentos, pois, não se cumpriam com as expectativas enraizadas no costume. Descrevendo o trabalho com essas fontes de água para o gado, nos períodos secos, Suassuna¹⁶⁰ informa: “Os bebedouros do gado davam um trabalho enorme, pois com a profundidade das águas no subsolo, as rampas tinham que ser extensas, para suavizarem a subida das reses magras”.

Observando essa forma de reciprocidade entre os grandes latifundiários em que tinham o controle das terras, mesmo na ausência de cercas, entende-se que este costume em que todos se sentiam responsáveis por estas áreas abertas, para além de favorecer a utilização comum dessas áreas, também, constituía-se, como um mecanismo de ampla vigilância para impedir a utilização dos recursos que essas áreas apresentavam, por outras pessoas, notadamente, os que não tinham terra.

Em 1996 uma entrevista concedida a Pedro Nunes Filho¹⁶¹, natural do município da Prata, anteriormente pertencente à Alagoa do Monteiro, um camponês com cento e seis anos de idade por nome de Pedro Paulo da Silva fez uma narrativa sobre essas áreas em campo, destacando a diversidade de espécies animais que serviam como caça e que podiam auxiliar a subsistência:

Nasci em 1890. Meu pai era morador antigo dos Santa Cruz. Me criei nas terras deles. Vivia feito um índio, um bicho brabo, caçando por riba das serras e pelas mangas que não tinham mais fim. Mocó, peba, tatu, juriti, jacu, siriema, veado, gato maracajá, gato assu, pato verdadeiro. Nas serras da fazenda Santa Catarina tinha de tudo até onça [...] eu conhecia

160 SUASSUNA, Raimundo. **Memórias**. João Pessoa: GGS Gráfica e serviços, 1979. p.20.

161 NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro togado**: fatos históricos de Alagoa do Monteiro. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997. p.124

tudo aquilo como a palma da mão. Na época tinha 21 anos de idade e fui trabalhar com o doutor que estava juntando gente para brigar com os grandões de Alagoa do Monteiro.

O procedimento de responsabilidade comum entre os fazendeiros, com vistas a preservar os recursos naturais das áreas em campo, leva a pensar que esta forma de controle dos campos abertos era um dos pontos principais a partir do qual se estruturava todo um sistema de dominação, uma vez que a vigilância desses campos e a privação da utilização dos recursos naturais contidos nestes, não utilizados totalmente por seus proprietários, mantinham os camponeses em constante necessidade e dependência aos latifundiários, dando origem, dessa forma, às relações de poder em que os camponeses para terem acesso aos recursos desses campos em determinados momentos, se submetiam, mesmo que aparentemente, aos caprichos dos latifundiários.

Um ofício do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro-PB à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG-PB) constitui-se como um documento significativo quanto às formas da ocupação da região, no qual se pode perceber a forma de dominação dos latifundiários. Nesse ofício, encontram-se indícios de que os latifundiários expandiram suas áreas de terras, em determinadas ocasiões, expropriando pela violência as áreas de posse dos camponeses. Segundo as colocações a seguir, as terras eram soltas, em “campo”, bem antes da utilização dessa forma de utilização pelos latifundiários, forma também pela qual os camponeses as utilizavam, antes de serem expropriados¹⁶²:

Em referência a problemática histórica e atual do trabalhador rural de São Sebastião do Umbuzeiro, computado através do conhecimento adquirido em 21 anos de trabalho no

162 BATISTA, Francisco de Assis de. **Movimentos Sociais no Campo**. O caso do STR de São Sebastião do Umubzeiro-PB. Joao Pessoa: Imprell, 1997. p.97.

campo neste município, contando dos meus 10 anos de idade quando comecei a trabalhar para ajudar meus pais na manutenção da família. Aproveitando também histórias de pessoas idosas, e no presente, completando com as experiências sindicais [...] Histórias contadas pelas pessoas idosas dão conta de que, a sessenta anos as terras eram soltas, ocupadas mais por pequenos proprietários e parceiros, que fixavam suas residências cercando apenas as terras de trabalho. Com a chegada de alguns burgueses que tinham patentes compradas com dinheiro, como por exemplo; Coronel Nilo Feitosa, Coronel Arcelino de Brito, Major Sátiro Feitosa e outros, foram os maiores grileiros do município. Acabaram com varias glebas expulsando os pequenos proprietários e parceiros, aonde começavam uma cerca chegavam ate onde queriam, muitas vezes usando a policia ou cabras armados, conhecidos hoje como pistoleiros, fazendo as maiores barbaridades, escravizando os habitantes e os que não se sujeitavam eram mortos ou tinham que se retirarem.

Estas informações que constam nesse ofício reforçam a compreensão de que mesmo antes da chegada dos grandes proprietários, algumas áreas de terras foram sendo ocupadas por pessoas que se destinavam àquela região em busca da subsistência, e estabeleciam a posse de suas áreas cercando apenas as áreas destinadas as atividades agrícolas, o que permite perceber pistas de como se dava o apossamento dessas áreas e a sua legitimidade mediante o trabalho. Por outro lado, também permite compreender que a manutenção dessas áreas por estas pessoas pobres do campo que constituíram o campesinato regional, se deu mediante um exercício cotidiano de resistência frente às práticas de dominação violentas dos grandes proprietários rurais.

CAPÍTULO X

REGRAS DE UMA ECONOMIA MORAL



Comparando as práticas costumeiras pelas quais a elite rural e os camponeses faziam uso para utilização das terras e também para a preservação dos seus limites, encontram-se alguns pontos comuns. Para ambos, um critério que norteava a utilização dessas áreas de terras comuns era necessariamente ser um possuidor também de terras e colocá-la a disposição de todos e atender as exigências quanto às necessidades comuns como manutenção das cercas, das fontes de água e outras coisas que beneficiavam o conjunto daqueles se utilizavam. Os conflitos também tinham motivação semelhante, pois geralmente ocorriam, quando alguma ameaça a propriedade era feita, sendo mais frequente, pela penetração de animais que destruíam as lavouras ou plantações com fins diversos, causando assim prejuízos.

Se por um lado as regras costumeiras eram semelhantes para latifundiários e camponeses, por outro lado dizia respeito a condições bastante diferenciadas, pois os grandes proprietários rurais possuíam terras de tal forma extensas que alguns animais que a estas terras adentrassem só eram percebidos por ocasião da aparação dos animais que ocorria anualmente. Os camponeses, dado suas pequenas áreas de terras não tinham o hábito, nem tinham condições de criar animais de grande porte, mas, pequenos, como cabras, bodes ovelhas, raramente criavam um

boi ou vaca. Sendo esses espaços reduzidos mesmo aos campos comuns, era fácil a vigilância, considerando a quantidade de pessoas que residiam próximos e se utilizavam daquelas áreas, de forma que nada passava despercebido nem mesmo um animal de outra região que lá chegasse.

Mesmo as áreas da elite rural não possuindo cercas, a entrada de pessoas nestas, não era livremente permitida, para se entrar numa determinada área desta se fazia necessário pedir o consentimento e explicar o motivo. Caso isto não acontecesse, era considerado um gesto suspeito ser encontrado andando nessas terras, o que levava a supor por parte dos proprietários que essa pessoa estava a procura de retirar algum benefício, como pegar lenha, caçar animais, retirar mel de abelhas, cascas de árvores com utilidades diversas para vendas ou mesmo frutas para o consumo. Não era costume se negar a entrada a essas terras tendo uma explicação plausível, mas, a entrada sem consentimento podia ter drásticas consequências de forma que o direito costumeiro se norteava pelo pedido do consentimento e também pela punição caso não se observasse esse preceito.

A aproximação dos camponeses com a elite rural, em todo o contexto sertanejo, favorecia uma relação face a face, em que todos se conheciam levando ao desenvolvimento de determinadas relações de reciprocidade entre essas categorias em condições tão diferentes.

Mesmo nas áreas cercadas pelos latifundiários um costume bastante arraigado era a permissão da entrada nas propriedades rurais para retirar água para o consumo humano, bastando para tanto pedir autorização.

Negar o acesso a água tinha uma conotação bastante negativa naquele contexto rural, pois numa região drasticamente atingida pelo fenômeno da seca era inconcebível não dar água a quem tivesse necessidade. A mesma disponibilidade não se verificava com os animais, pois se, porventura, algum camponês possuísse algum animal e não tivesse como sustentá-lo com

comida e água, não encontrava de forma tão fácil quem permitisse a manutenção desses em suas propriedades. A condução de um animal por parte de alguma pessoa para um pasto desses fazendeiros era uma afronta de tal forma que podia resultar até em espancamento ou mesmo morte.

Também na insuficiência de terras para desenvolver atividades para subsistência, se costumava pedir aos grandes proprietários rurais áreas para colocar roçados, nesses casos havia o costume de ceder temporariamente partes de terras para aqueles camponeses que precisassem, principalmente, próximos aos açudes, locais em que se favorecia uma rápida produção de hortaliças. A existência dessa relação pode ser constatada, na seguinte colocação de um dirigente sindical¹⁶³, do município de São Sebastião do Umbuzeiro, ao se referir a esta prática da seguinte forma:

Em face do grande interesse pela pecuária, e o abandono da agricultura, por parte dos grandes proprietários [...] os empregadores rurais davam melhores condições seus parceiros que se chamava de parceiros e moradores. Pois, açudes a estes eram entregues, que por sua vez cultivavam milho, feijão, abóbora, batata doce, tomate e hortaliças, que servia para sua própria alimentação [...] os açudes agora são usados para o plantio do capim, não pagam mais aos vaqueiros com a produção do gado.

A forma pela qual os grandes fazendeiros cediam suas terras, principalmente para o cultivo do algodão tanto para os camponeses que não possuíam terras se davam atendendo a alguns princípios. Uma deles consistia, no compromisso daquele que recebia a terra do grande proprietário rural, já cercada, pronta para o plantio, comprometer-se em vender-lhe a colheita,

163 BATISTA. Francisco de Assis. **Movimento Sociais no Campo**. O caso do STR de São Sebastião do Umbuzeiro. João pessoa: Imprell, 1997.

não tendo o direito assim de procurar outro comprador, mesmo que o preço fosse mais lucrativo. Em outra forma, mas respeitando o princípio do compromisso, o proprietário rural, cedia a terra e adiantava certa quantia em dinheiro para o trabalhador desenvolver o plantio e atender suas necessidades da subsistência, nessa modalidade o trabalhador, devia pagar a quantia que recebeu em sacas de algodão. Se porventura houvesse algum contratempo na colheita a dívida passava para o ano seguinte, sendo neste caso, acrescida de mais algumas sacas de algodão de acordo com a dívida já contraída. Também era comum o proprietário da terra fazer o adiantamento de dinheiro para o agricultor mediante o compromisso de ressarcimento da quantia na época da colheita em algodão, sendo esta quantia pré-estabelecida na época da entrega do dinheiro o que garantia ao proprietário rural lucros certos.

Era uma prática recorrente na região a venda na folha, ou seja, a venda dos produtos antes de colher, isso acontecia diante a necessidade do camponês, que não tendo outra condição para atender as necessidades urgentes se submetia a tal expediente, pois consistia em receber o dinheiro adiantado e se responsabilizar a entregar a colheita na época prevista.

Estando algum camponês trabalhando numa área de terra de um determinado proprietário, esperava-se que esse, dependendo da necessidade, emprestasse dinheiro para suprir alguma necessidade, servindo, assim, o roçado do algodão como garantia, fato esse não dito nem escrito, mas aceito.

Esta prática adquiriu tal amplitude na Paraíba que encontramos referências à sua existência nas diretrizes administrativas do governador José Américo de Almeida¹⁶⁴ nos anos 50, ao colocar como meta de governo: “Combate à agiotagem e à destruição da lavoura [...] Pelo financiamento nos moldes já enunciados, o Governo proporcionará o meio mais eficaz dessa assistência,

164 José Américo de Almeida. **Um trimestre de Administração**. 1951.

inclusive pela repressão da agiotagem, desde a sua forma mais extorsiva que é a venda dos produtos ‘**na folha**’ [...]”. Proposta esta enviada à Assembleia Legislativa no dia 1 de junho de 1951.

Nessa realidade rural os direitos e deveres a partir da posse da terra, tanto por parte dos latifundiários quanto por parte dos camponeses, pode se observar que mesmo vivenciando condições diferentes quanto à subsistência estes se pautavam por normas semelhantes e compartilhadas em que se evidenciava a prática da reciprocidade. Os camponeses possuíam a expectativa quanto a observação por parte da elite rural de algumas normas no tocante a facilitar suas subsistências, como doar água, acesso a terra e outras concessões, conforme colocadas.

Vivendo assim, os camponeses, unicamente do mínimo para subsistência em que a compra de gêneros alimentícios e outros era fato raro, observa-se que os camponeses dependiam quase que exclusivamente dos recursos naturais e entre esses recursos o mais importante naquele contexto era sem dúvida, a terra, em torno da qual se estruturaram estratégias produtivas e sociais, tanto entre os próprios camponeses quanto entre estes e a elite rural.

Nesse contexto quanto as expectativas em relação ao cumprimento de algumas normas pelos próprios camponeses e a expectativa destes em relação à elite rural do cumprimento do direito costumeiro que favorecia a subsistência, compreende-se que antes de qualquer outro tipo de regras legais, as relações produtivas e sociais eram norteadas pelas noções e princípios do que podemos denominar de uma economia moral, específica, e legitimada pelo costume naquele contexto rural.

O UNIVERSO MORAL CAMPONÊS: TERRA, TRADIÇÃO E COSTUME

As famílias camponesas, em sua larga maioria, encontravam-se aglomeradas em uma determinada localização, fato que

caracterizava aquela área pelo seu conjunto como uma área de camponeses, vivendo das atividades voltadas para subsistência, diferenciando-se das localidades em que predominavam as grandes áreas nas quais se estabeleciam as fazendas de gado.

Essa disposição espacial, de forma ainda bastante evidente, é vista nas áreas onde predominavam os latifúndios e as áreas onde se aglomeravam as pequenas áreas ocupadas pelos camponeses no atual município de São Sebastião do Umbuzeiro, anteriormente, pertencente ao município de Monteiro. Encontram-se indícios dessa forma de ocupação, por ocasião do censo de 1920, quando se registram diversos núcleos de pessoas com o mesmo sobrenome numa mesma localidade. Se este censo não tivesse os critérios voltados apenas para as propriedades que se destacaram economicamente é possível que comprovasse de forma mais evidente essa forma de aglomeração das pequenas áreas de terras. Mesmo assim, este censo se analisado os indícios apresentados pelos nomes dos proprietários, aponta para essa aglomeração¹⁶⁵.

Esta forma de apropriação dessas áreas ocupadas, e a proximidade entre as áreas por parte de familiares, é possível de ser compreendida a partir da perspectiva apresentada por Alfredo Wagner B. de Almeida¹⁶⁶ ao colocar que apropriações semelhantes ocorreram como estratégia de autodefesa dos camponeses conforme esclarece: “Emergiram, enquanto artifício de autodefesa e busca de alternativa de diferentes segmentos camponeses, para assegurarem suas condições materiais de existência [...] Foram se constituindo em formas aproximadas de corporações territoriais,

165 BATISTA, Francisco de Assis. Tese de doutorado. UFCG. Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900-1950). Campina Grande, 2010.

166 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI; Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias - Construções identitárias e socialidades**. V. II. São Paulo: UNESP, 2009. p.45.

que se consolidaram, notadamente em regiões periféricas, meio a múltiplos conflitos, num momento de transição em que fica enfraquecido e debilitado o poderio do latifúndio sobre populações historicamente submissas (indígenas, escravos e agregados)”.

A tendência dessas áreas camponesas de situarem-se próximas umas das outras, eram motivadas por diversas razões. Primeiramente, uma família, ao ocupar determinada área, abria a possibilidade para os seus parentes se situarem nas proximidades e, com o passar do tempo, os seus descendentes iam ocupando frações dessas áreas ou até mesmo iam ocupando novas áreas adjacentes, conforme é possível constatar pela aglomeração de famílias em determinadas áreas dos municípios da região, chegando mesmo algumas áreas serem conhecidas pelo sobrenome das famílias conforme demonstrou as pesquisas de Rietveld¹⁶⁷ e Antônio Mariano Sobrinho¹⁶⁸.

Dessa maneira, a ocupação de determinadas áreas próximas, num mesmo município, aconteciam como estratégia, talvez não planejada, mas, pensadas como úteis e necessárias no momento da ocupação, no tocante a favorecer a subsistência, uma vez que, contavam nas proximidades com os próprios familiares e com outras famílias em condições semelhantes, situação favorecia, por um lado, um arranjo nas relações produtivas e, por outro, também nas relações sociais.

Sendo assim, os camponeses compreendendo suas insuficiências quanto as suas áreas de terras e a ausência de uma infraestrutura satisfatória para suas atividades, sobreviviam numa situação limite de forma que qualquer alteração climática

167 RIETVELD, João Jorge. **A terra da mulher que rezava: fragmentos dos 100 anos de história de São João do Tigre – Paraíba, 1895 – 1995**. João Pessoa: Gráfica Jaraguá, 1995. RIETVELD, João Jorge. **Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro**. João Pessoa: Imprell, 1999.

168 MARIANO SOBRINHO, Antônio. **Rio do Camará. A epopéia de (mais) um século**. João Pessoa: A UNIÃO Sup. de Imprensa e Editora, 1996.

em consequência de períodos de estiagens, como anteriormente mencionado, colocava em risco sua sobrevivência. Dessa forma, entendendo esse desafio constante quanto à subsistência, desenvolveram meios para enfrentar essa situação, criando alternativas tanto para o desenvolvimento da produção quanto para o arranjo social com seus vizinhos.

A princípio, para organizar a produção, adotavam, quanto ao uso da terra, a mesma prática dos grandes latifundiários, ou seja, as suas áreas de terras não eram cercadas, sendo cercados tão somente, aqueles pedaços que eram destinados à prática da agricultura, a área dos roçados.

Uma diferença fundamental nessa prática de não cercar as terras entre os grandes latifundiários e os camponeses, é que para os grandes possuidores de terras essa prática de cercar as terras se tornava onerosa e sem necessidade, uma vez que, a existência da cerca não apresentava diferença para melhor utilização da terra. Quanto aos camponeses, o fato de não cercar, em princípio atendia a uma imposição das circunstâncias, pois era impraticável cercar suas pequenas áreas, considerando o aglomerado de áreas próximas e de formas geométricas diversificadas, fato este que mesmo que quisessem e tivessem condições econômicas para cercar todas as áreas, a maioria destes, ficaria sem possibilidade de acesso às suas áreas, o que os obrigaria a construir cercas adicionais com a única finalidade de permitir o acesso, ação impraticável dada a realidade de suas condições econômicas. Assim sendo, a ausência de cercas demonstra uma forma de acesso e uso da terra que fundamenta uma organização social no tocante a beneficiar o conjunto dos familiares e vizinhos.

Entretanto o ato de não cercar as áreas que ocupavam favorecia o desenvolvimento da produção dos camponeses, considerando que todos tinham acesso a alguns recursos naturais de uso comum como água para animais e para o consumo e outros recursos. A ausência das cercas se, por um lado, favorecia a produção, por outro, respeitando-se os limites impostos

pelo costume, servia como forma para reafirmar, no cotidiano, os laços de sociabilidade entre os vizinhos. Dessa forma, é possível compreender que a utilização de cercas nessas pequenas áreas, se ocorresse, ao invés de beneficiar, serviriam mais como um empecilho, pois, atrapalhariam o acesso a recursos naturais comuns como água, pastos e outros, dos quais eles tanto necessitavam para a sua sobrevivência.

Enquanto que para os latifundiários havia terras em abundância e pouca gente para habitá-las, para os camponeses havia pouca terra e um quantitativo alto de pessoas em relação a terra, de modo que a pressão sobre essas áreas camponesas era bastante evidente, verificando-se, assim, uma densidade demográfica diferenciada das áreas das fazendas. Essa condição obrigava, necessariamente, um arranjo na utilização dessas terras por parte do campesinato de forma a possibilitar um convívio satisfatório, pois tinham que sobreviver confinados nesses estreitos limites de suas áreas.

As divisas que limitavam essas áreas eram apenas demarcadas fazendo uso dos mais diversos recursos geográficos naturais que por lá eram encontrados, como rios, riachos, pedras, serras, e até mesmo árvores; neste caso aquelas mais resistentes ao tempo. Essa maneira de demarcação espacial demonstra a existência de vínculos de confiança entre os vizinhos que, mutuamente, respeitavam essas delimitações, e iam passando essa informação dos limites pela tradição oral de geração em geração. Essas demarcações simbólicas não tinham a força física de resistência à invasão dessas áreas como uma cerca podia apresentar, essa força estava arraigada mais nas relações de confiança e respeito que estruturavam os laços de reciprocidade entre os camponeses, no cotidiano.

O desrespeito a esses limites de terras era motivo para o desencadeamento de conflitos que perduravam por anos conforme descreveu Sebastião Moreira Duarte¹⁶⁹ referindo as contendas

169 DUARTE, Sebastião Moreira. **Do miolo do Sertão**: a história de Chico Rolim contada a Sebastião Moreira Duarte. João Pessoa: Grafset, 1988. p.30.

entre famílias de camponeses por questões de delimitações de áreas de terras no Sertão da Paraíba. Em relação às cercas que eram feitas propositalmente desrespeitando os legítimos limites das áreas coloca: “[...] **cercas que andam** [alusão a cercas que são deslocadas com o propósito de tomar áreas de terras do vizinho e que dão origem a contendas] são problemas que, dada a dureza da luta pela sobrevivência [...] chegam às vezes a dizimar famílias”.

Semelhante a prática dos grandes proprietários, os camponeses, também, só cercavam as áreas destinadas às lavouras de subsistência, de forma que os animais de pequeno porte, como caprinos e ovinos, eram criados soltos em terras de uso comum, sendo estes animais geralmente trancados ao final do dia, ocasião em que seus donos juntavam todos e os conduziam aos pequenos cercados próximos as suas residências. Uma vez que os animais eram criados soltos e utilizavam os pastos comuns de propriedades de todos os vizinhos, a manutenção dos recursos, naturalmente cabia a todos, como os cuidados com as fontes de água, as cercas de uso comum, e outros recursos utilizados por todos.

Emília Pietrafesa de Godoi, a partir de sua pesquisa no sertão do Piauí, identifica referências sobre a utilização da terra de forma comum e registra que esta forma de utilização da terra se pautava pelo princípio da utilização dos recursos naturais conforme descreve¹⁷⁰: “A terra de uso comum é pensada como fonte de recursos naturais como a madeira (para cerca e a cozinha), o mel, a caça e os corpos d’água (tanques, barreiros, cacimbas) indispensáveis para a reprodução do grupo”.

A utilização dessas terras comuns, à qual se refere, não se dava de maneira desordenada, mas a partir da observação de um conjunto de normas costumeiramente estabelecidas, conforme

170 GODOI, Emília Pietrafesa. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. p.58.

explicita¹⁷¹: “São recorrentes as afirmações de que antigamente a terra era comum [...] sem que isso implicasse, entretanto, na ausência de direitos precisos e definidos do indivíduo sobre o solo[...]”.

No Cariri paraibano, uma regra costumeira estabelecida dizia respeito ao cercamento das pequenas áreas de terras, no qual se, porventura algum camponês pretendesse cercar toda a sua área, ao tomar essa iniciativa este perdia o direito de criar seus animais soltos. Este costume regulamentava as formas de reciprocidade a serem observadas, pois, aquele camponês que cercasse suas terras, conseqüentemente não permitiria a entrada de animais e a utilização dos recursos naturais que nelas existiam pelos animais de seus vizinhos, quebrando, assim, os laços de reciprocidade. Ao fazer isto, a ação orientada pelo costume o proibia de soltar seus animais sob pena de sofrerem maus tratos e até serem mortos, demonstrando, claramente, a quebra dos laços de reciprocidade.

Quando acontecia de uma pessoa ou família pretender construir uma cerca nos limites de sua área de terras, se fazia necessário, conforme o costume, antes de iniciar os trabalhos, consultar o vizinho e saber do seu consentimento e se este se dispunha a arcar com a metade das despesas da construção da cerca, considerando que esta teria utilidade para ambos. Havendo o devido consentimento e ajustando-se as despesas a cerca tinha início com a participação efetiva das famílias que participavam do trabalho desde o momento do delineamento por onde ia passar a cerca, até o momento final.

De acordo com a tradição, não havendo a concordância do vizinho quanto à construção da cerca, por motivo deste não ter condições econômicas de colaborar com a metade das despesas, ficava a critério do outro se realizava o trabalho ou não, mas, com

171 GODOI, Emília Pietrafesa. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. p.58.

o consentimento do outro. Por outro lado, podia o dono da área que estava sem condições na ocasião de colaborar, dar liberdade que se construísse a cerca, assumindo um compromisso de permitir futuramente a utilização de uma cerca sua já existente servir como encosto a outras cercas de seu vizinho se, porventura, acontecesse essa necessidade. Diante desse acordo costumeiro, sendo a cerca construída, denominavam-se esses vizinhos de “vizinhos de cercas”.

Por outro lado, não havendo o consentimento do cercamento por parte de um dos vizinhos, devia aquele que pretendia construir sua cerca fazê-la afastada da divisa das terras, ou seja, dos limites entre as duas áreas de terras. Futuramente, aquele que na ocasião não tendo consentido a construção da cerca resolvesse também construir a sua, tinha que construir obedecendo à uma certa distância. Esta sendo construída, obedecendo a essas condições, ficava quase que uma cerca em cima da outra, separadas apenas por uma estreita faixa de terra. De acordo com o costume, quando se presenciava uma cerca nessas condições se sabia de antemão que se tratava de questões de intrigas entre vizinhos.

Ao se respeitar essas regras costumeiras, os camponeses como também os latifundiários, reforçavam seus laços de reciprocidade, pois, inibiam atitudes de afronta aos costumes do uso comum dos recursos naturais. Se fossem retalhadas as pequenas áreas de terras e cercadas para cada um, tornava impraticável retirar dali sua subsistência. Sobrepunha-se, assim, à vontade e a necessidade coletiva de preservar uma norma costumeira que favoreceu a esses camponeses subsistirem frente aos desafios climáticos e às pressões das formas produtivas praticadas pelos grandes latifundiários, que restringiam cada vez mais o acesso a terra por parte desses camponeses.

Vivendo próximos, os camponeses se auxiliavam nas mais diversas ocasiões. Uma prática utilizada na localidade era o mutirão, mais conhecido, na região do Cariri, como adjunto, sendo este utilizado para fins diversos que iam desde as atividades da

roça, com o preparo da terra, a manutenção do roçado até o momento da colheita, ocasiões estas em que se mobilizava um número considerável de pessoas, parentes e vizinhos, que iam até ao roçado daquele que solicitasse a ajuda e, juntos, distribuía e realizavam as tarefas. Cabia ao dono do roçado dar a comida e, geralmente, no final do dia, se fazia uso da bebida, ocasião em que se confraternizavam numa festa improvisada e na qual, também, eram reatados os laços de reciprocidade.

CAPÍTULO XI

AS MÚLTIPLAS FACES DAS PRÁTICAS DE DOMINAÇÃO E DA RESISTÊNCIA



Havia, por parte dos latifundiários e dos camponeses, expectativas quanto ao cumprimento do direito costumeiro, no tocante ao reconhecimento da legitimidade das suas áreas de terras. Assim, entre a própria elite e entre os próprios camponeses o respeito ao princípio da legitimidade de propriedade das áreas de terras era um fator primordial para se estabelecer relações não conflituosas entre estes.

Em um contexto em que o principal meio de produção era a terra, o respeito a legitimidade da propriedade das áreas de terras assumia uma condição primordial a partir da qual se estruturava outras relações de reciprocidade tanto entre a própria elite quanto entre os camponeses e entre essas duas categorias.

Todavia, nem sempre o respeito à legitimidade em relação à posse da terra, era devidamente reafirmado na prática cotidiana pela elite rural, pois não era raro acontecer naquele contexto a prática de alguns grandes proprietários aumentarem seus domínios territoriais, tomando as terras, principalmente, de seus vizinhos camponeses que detinham a posse de pequenos pedaços de terras.

Nem sempre era tão evidente perceber ocorrências desse tipo de ação em que a elite rural desrespeitava essas normas costumeiras, uma vez que, na época pouco se falava e não havia registros explícitos desses fatos.

Os livros de tombo da igreja católica é uma fonte de informação dessa natureza, considerando que este tipo de livro era privativo daquela instituição e tão somente os membros do clero a ele tinham acesso, constituindo-se, assim, numa fonte onde encontram-se referências a situações que esses párocos registravam, mas, não ousavam falar em público.

Quanto às práticas de resistência dos camponeses frente a ações deste tipo também não encontram-se registros tão evidentes, sendo necessário, portanto, interpretar sinais e pistas de atitudes do que foram prováveis ações de resistência.

Naquele contexto para um membro da elite rural que se preocupava em adquirir e manter um certo status no meio social não era nada agradável ser acusado publicamente, de se apropriar de algo pertencente a outros, principalmente terras. Com essa compreensão, se em algum momento agiam com este intuito, procuravam formas sutis para não transparecer seu envolvimento nessas ações.

Por outro lado, esses integrantes da elite rural não mediam esforços para demonstrar suas qualidades e, em certas ocasiões, apareciam como distintos contribuintes para as instituições religiosas como igrejas e associações de caridade a estas associadas, principalmente aquelas em que suas ações se tornavam bastante evidentes para população, mesmo que estas ações lhes custassem significativos dividendos monetários. Este posicionamento pode ser constatado de forma bastante evidente nas ações do Coronel Sizenando Rafael de Deus que aparece nos registros do Livro de Tombo da Igreja Católica de Alagoa do Monteiro¹⁷² como um dos principais contribuintes para a construção da igreja, conforme anotação no livro de tombo que o vigário faz da seguinte forma:

Todos generosamente com as suas respectivas contribuições, salientando-se entre todos, o coronel Joaquim Manoel Rafael, que abriu a lista das contribuições assinando a importância

172 Livro de Tombo da Igreja Católica de Alagoa do Monteiro.

de três contos de reis [...] terminando o pagamento das primeiras contribuições, muitos daqueles iniciadores de tamanha empresa, continuaram a dar, entre outros o coronel **Sizenando Rafael** [nomeia diversos outros coronéis] cercado desses heróis monteirenses, se assim me devo expressar, dei começo naquele referido ano de 1920, os trabalhos da construção da matriz nova [...].

Entretanto, enquanto os registros da Igreja descrevem este coronel como um dos bem feitores e “herói” do município, a tradição oral apresenta outras ações desse coronel em que este não aparenta ser tão solidário assim com seus vizinhos, ao contrário, sendo mesmo temido e ficando conhecido por desrespeitar os limites de terras dos seus vizinhos, camponeses donos de pequenas áreas. Antônio Mariano¹⁷³ que se deteve a escrever diversos acontecimentos sobre o município de Camalaú, referindo-se aos rumores que se fazia na região a respeito do Major Sizenando Rafael de Deus, assim coloca: “Segundo alguns, parte da propriedade teria sido ‘tomada’ dos mais pobres pelo coronel que sempre vivia preocupado em aumentar seus domínios”.

Esse resgate feito por Antônio Mariano, a partir das conversas com as pessoas mais idosas da região, demonstra que se não houve nenhum registro dessas ações nos meios jurídicos, assim mesmo essas ações não deixaram de ser percebidas permanecendo, todavia, lembradas pela tradição oral, o que permite entender que essa característica do Major era conhecida e também comentada entre populares e camponeses nos espaços seguros onde se exercitavam uma crítica à elite, prática essa, vivenciadas nesses espaços que caracterizam o discurso oculto.

173 MARIANO SOBRINHO, Antônio. **Rio do Camará. A epopéia de (mais) um século.** João Pessoa: A UNIÃO Sup. de Imprensa e Editora, 1996. p.51.

O discurso oculto, aqui mencionado, é compreendido de acordo com a formulação de Scott¹⁷⁴ como sendo uma expressão da resistência cotidiana, desenvolvida a partir daqueles em situação de subalternidade, traduzindo-se numa prática contestatória ao poder nos espaços fora da ação desse poder. Esse tipo de discurso não se revela em público, mas tem como característica ser produzido e partilhado em espaços seguros, fora do alcance dos dominantes, proporcionando assim que os dominados expressem seus sentimentos em relação às ações dos dominantes. O discurso oculto não é constituído tão só da linguagem, mas de gestos, ações e de uma extensa gama de práticas.

Em outra ocasião, os registros da Igreja mais uma vez não poupam elogios ao referido Coronel proprietário da fazenda Feijão, em função deste ter doado a estátua da padroeira da matriz. Esta estátua foi comprada em Portugal pela quantia de novecentos mil reis e transportada de navio até a cidade do Recife, sendo daí transportada de trem para cidade de Rio Branco, atual cidade pernambucana de Arcoverde e dali, foi transportada em carro particular para Alagoa do Monteiro.

O coronel Sizenando Rafael de Deus, como doador da imagem, numa demonstração de reconhecimento dos seus préstimos por parte da igreja, teve o privilégio de receber a imagem no porto do Recife e acompanhá-la durante todo o trajeto. Para receber a imagem em Rio Branco, final da linha ferroviária, foi feita uma comitiva composta da elite local, conforme registra o pároco¹⁷⁵:

[...] comissão previamente convidada pelo Reverendíssimo vigário, composta das seguintes pessoas: vigário da freguesia padre Antônio Ramalho, Dr. Octavio de Novaes, Juiz de direito da comarca, coronel Joaquim

174 SCOTT, J.C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Tradução de Jorge Aguilar Mora. México, D.F.: Edições Era, 2000.

175 Livro de Tombo da Igreja Católica de Alagoa do Monteiro.

Lafayette, coronel Joaquim Branquinho e coronel Napoleão Santa Cruz, os dois primeiros negociantes e o último fazendeiro.

Contrariando essa compreensão do pároco quanto ao julgamento de bondade que este fazia do Major Sizenando Rafael a partir tão somente de suas contribuições para a igreja, a tradição oral no meio dos camponeses guardou referências a algumas ações desse coronel bastante diferente, conforme coloca Antônio Mariano¹⁷⁶: “Entre outros, coronéis como Sizenando Raphael, da Fazenda Feijão, e Pedro Bezerra da Silveira Leal, da Fazenda Floresta, ficaram conhecidos como tomadores de terras”.

Ainda de acordo com o resgate feito por Antônio Mariano de fatos diversos da história local, este demonstra a percepção que parte da população tinha de outras características desse coronel, diferente daquela feita pelo pároco local. Um fato bastante comentado nos meios populares dizia respeito ao motivo pelo qual o Major expulsou de sua fazenda o bispo que lá residia e prestava os seus serviços religiosos. De acordo com a tradição oral o motivo teria sido uma resposta que o Major recebeu do bispo ao lhe perguntar o que faltava em sua fazenda, se referindo a infraestrutura da fazenda. O bispo tinha lhe respondido na ocasião que só faltava caridade. Diante de tal resposta, o Major Sizenando não demonstrou nenhuma tolerância e este foi imediatamente mandado embora conforme coloca Mariano¹⁷⁷: “Um dia, porém, o bispo falou demais [...] a conversa terminou por aí no dia seguinte o bispo Dom Joaquim foi mandado embora”.

Estes acontecimentos não registrados pelas fontes documentais, mas, guardados pela tradição oral dão pistas para perceber que havia uma compreensão por parte dos camponeses e populares das

176 MARIANO SOBRINHO, Antônio. **Rio do Camará. A epopéia de (mais) um século.** João Pessoa: A UNIÃO Sup. de Imprensa e Editora, 1996. p.51.

177 MARIANO SOBRINHO, Antônio. **Rio do Camará. A epopéia de (mais) um século.** João Pessoa: A UNIÃO Sup. de Imprensa e Editora, 1996. p.151.

ações daquele coronel, contrariando o julgamento que fazia a própria elite e a igreja. Especificamente neste caso, se percebe que se a saída do bispo não foi por esse motivo, conforme guardado pela tradição oral, o que importa é perceber a forma da apropriação de possíveis elementos do desentendimento entre aqueles e a elaboração construída por parte da população para expressarem, a partir deste fato, as suas compreensões da intransigência daquele coronel.

Evidenciam-se assim, que a compreensão dos populares não era a mesma da elite quanto ao julgamento que os membros dessa elite fazia de suas próprias ações que procuravam demonstrar e convencer. Conforme anteriormente demonstrado, os camponeses sabiam muito bem o comportamento utilizado por alguns componentes da elite para ampliar seus domínios e, naturalmente, sabiam os espaços sociais em que podiam comentar as ações desses sem correr riscos de represálias. Compreende-se assim, que se as notícias sobre esses comportamentos chegaram até atualidade não foi por força dos registros nos meios utilizados por essa elite, mas, da socialização dessas informações no cotidiano entre os camponeses em espaços sociais alternativos favoráveis a um posicionamento crítico fora do alcance da vigilância dos dominantes.

O conhecimento dessas ações e a fama que este coronel adquiriu de ser “tomador de terras” serve como indício para entender que havia entre os camponeses o conhecimento dessas ações. Mas, para que este conhecimento se transformasse num julgamento a respeito do coronel e esse julgamento permanecesse nos meios populares, se pode admitir a existência de uma crítica velada a este coronel socializada nos espaços fora dos domínios da elite. Considerando a existência desses espaços sociais fora do alcance do domínio dessa elite em que se exercitava a crítica a essas ações e, provavelmente, a muitas outras, que contrariavam as expectativas ao cumprimento dos princípios da economia moral permite entender a existência de expressões de um discurso oculto, utilizado pelos dominados com fins a elaborarem um discurso contestatório a elite.

FORMAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA

Na ausência de possibilidades de enfrentarem a elite abertamente, tendo em vista a certeza das represálias, os camponeses desenvolviam estratégias para se protegerem lhes permitindo formular ações de resistência às afrontas feitas pela elite dominante. Os castigos dos coronéis eram bastante conhecidos¹⁷⁸:

Na fazenda Ipueiras de Francisco Chaves Ventura – que também desempenhou a função de sub-delegado de Camalaú – uma prensa de preparar fardos de algodão servia como instrumento de ‘disciplina’, entre outras técnicas utilizadas. Às vezes pendurava-se o castigado de cabeça para baixo, causando-lhe sérios problemas. Foi o que aconteceu, por exemplo, com certo cidadão conhecido como ‘Zé Tapera’ que teve de passar uma noite em tais condições [...].

Outro exemplo semelhante do emprego da violência por parte desses coronéis é apresentada por Pedro Nunes¹⁷⁹ ao fazer um comentário sobre o capitão José Pereira de Gouvêa, proprietário da fazenda Cachoeirinha em São Tomé, distrito de Alagoa do Monteiro, no qual exercia o cargo de delegado de polícia. José de Gouvêa veio para Alagoa do Monteiro após ter cometido assassinatos no município de Bezerros, em Pernambuco, sua terra de origem. Sobre este, Pedro Nunes¹⁸⁰ comenta: “Era um homem que costumava castigar seus empregados, deixando-os uma noite

178 MARIANO SOBRINHO, Antônio. **Rio do Camará. A epopéia de (mais) um século.** João Pessoa: A UNIÃO Sup. de Imprensa e Editora, 1996. p.222.

179 NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro togado:** fatos históricos de Alagoa do Monteiro. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997. p.100.

180 NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro togado:** fatos históricos de Alagoa do Monteiro. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997. p.100.

inteira no tronco, como se fossem escravos, vinte anos depois da abolição da escravatura”.

Essa era uma prática corriqueira de forma que é perfeitamente compreensível que os camponeses conhecendo bem o perfil dos dominantes desenvolvessem formas de enfrentar essas práticas de dominação sem, no entanto, fazerem isso abertamente, mas, protegendo-se pelo anonimato.

Ainda referindo-se as torturas Antônio Mariano¹⁸¹ coloca: “Os castigos eram diversos em Camalaú onde, atualmente, se situa a rua Nominando Firmo, na qual existia um tronco, que mesmo depois de extinta a escravidão, ainda era utilizado para amarrar aqueles que por algum motivo desobedeciam aos coronéis, servindo para expor a humilhação pública àqueles que caíssem no desagrado das autoridades [esse tronco existiu até 1912]”.

Demonstrando ainda o medo que o capitão José Pereira de Gouvêa impunha aos camponeses, Pedro Nunes¹⁸² coloca:

Zé de Gouvêa impunha tanto terror a população de São Tomé, [atual cidade de Sumé] que quando botava um adjunto, compareciam mais de cinquenta pessoas para trabalhar. No final da jornada, ele trazia uma bacia cheia de moedas para fazer o pagamento. Quando chamava o primeiro para receber o sujeito dizia ‘tá doido, capitão! Nem fale nisso que eu não recebo dinheiro do senhor não.

Essa informação dá pistas que permite entender que tanto os camponeses quanto o capitão entendiam muito bem as relações de poder naquele contexto, de forma que a maneira desse capitão em pagar aos camponeses pode até não ser fielmente da forma

181 MARIANO SOBRINHO, Antônio. **Rio do Camará. A epopéia de (mais) um século.** João Pessoa: A UNIÃO Sup. de Imprensa e Editora, 1996. p.222.

182 NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro togado:** fatos históricos de Alagoa do Monteiro. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997. p.100.

descrita, mas, revela o quanto este era temido e o quanto os camponeses teatralizavam seus gestos na presença deste, como forma de passar uma determinada imagem de respeito e subserviência.

O autor refere-se à população que trabalhava para o capitão. Ressaltamos, entretanto, que o autor não está fazendo uma análise sociológica, mas descrevendo fatos, por ele lembrado ou que tinha conhecimento, de forma que o que ele denomina de população se tratava de camponeses que ocasionalmente trabalhavam para o referido capitão.

Utilizamos a noção de ação teatralizada de acordo com a compreensão de Scott¹⁸³ como sendo uma expressão do discurso público em ocasiões que os dominados utilizam-se da teatralização para esconder dos dominantes seus reais interesses, demonstrando assim por meio de uma forma teatralizada uma suposta deferência de acordo com as expectativas dos dominantes.

Se por um lado os camponeses teatralizavam seus gestos para demonstrar certa deferência ao capitão, considerando o temor que tinham aquele, por outro lado o capitão também sabia do medo que causava aos camponeses e teatralizava também seu gesto por ocasião do pagamento dos serviços com o intuito de demonstrar seu poder e inibir os camponeses de receber o pagamento.

Um caso específico no município de Alagoa do Monteiro é útil para demonstrar dois comportamentos distintos ao mesmo tempo. Por um lado, a prática dos coronéis de tomar terras dos camponeses e de outro os artifícios que esses desenvolviam para resistirem sem, entretanto, afrontar diretamente o coronel, conforme demonstra o registro que fez Antônio Mariano¹⁸⁴:

183 SCOTT, J.C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Tradução de Jorge Aguilar Mora. México, D.F.: Edições Era, 2000.

184 MARIANO SOBRINHO, Antônio. **Rio do Camará. A epopéia de (mais) um século**. João Pessoa: A UNIÃO Sup. de Imprensa e Editora, 1996. p.196.

O coronel Pedro Monteiro cercou uma área que pertencia a uma viúva e seus cinco filhos. Depois a cerca apareceu queimada. Então, a viúva e um filho foram presos e levaram uma grande surra. Ela morreu vomitando sangue, e o filho ficou aleijado de um braço. José Cardoso [compadre da viúva] levou os órfãos a capital do estado, para pedir providências, mas o governo estava do lado do coronel [...] os cinco órfãos famintos foram para São Sebastião do Umbuzeiro.

Verifica-se assim, a prática de tomar terras dos camponeses, mas, por outro lado, o que este caso revela é a resistência possível que foi feita por aquela família de camponeses. A ação de resistência consistiu em queimar a cerca feita pelo coronel e mesmo assim, não foi imediatamente após esta ser feita, mas, algum tempo depois e utilizando-se do anonimato.

O anonimato conforme compreende Scott¹⁸⁵ consiste numa estratégia que os grupos subordinados exercitam a resistência de forma disfarçada. Esses grupos ao entenderem que podem ser alvos de represálias, usam do anonimato para proteger suas identidades e desenvolverem ações diretas contra os dominantes.

É pertinente entender que aquela família sabia que corria riscos se tentasse uma afronta direta, tanto é que a queima da cerca foi feita de forma anônima. Porém o que chama a atenção é a possibilidade de serem sabedores que a ação de queimar a cerca não intimidaria o coronel, de forma que aquela ação, longe de apresentar um obstáculo aos intentos do coronel, representava mais a manifestação de indignação daquela família do que mesmo uma forma de resolver a questão.

Aquela ação de queimar a cerca talvez não fosse promovida tão somente por aquela família, no entanto, é possível mesmo ter

185 SCOTT, J.C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Tradução de Jorge Aguilar Mora. México, D.F.: Edições Era, 2000.

contado com a ajuda de outros camponeses, que indignados com aquela ação, prestaram auxílios para colocar fogo na cerca.

Tomando como exemplo um conflito no município de Pombal no sertão da Paraíba no ano de 1924, realidade não tão distante nem diferente da estabelecida em Alagoa do Monteiro, se percebe mais uma vez, essa face de tensão entre os latifúndios e os camponeses, ocasião em que José Gregório¹⁸⁶ a partir de suas lembranças sobre aquela região descreve os artifícios de um coronel para tomar um pedaço de terra de um camponês seu vizinho:

Severino Rodrigues começou invejando aquela pequena propriedade, e fez varias propostas de compra, mas pela importância que ele mesmo arbitrava. Como Pedro Gomes [o camponês vizinho] recusasse a oferta descabida, Severino Rodrigues começou a abrir as cercas para que o seu gado invadisse as vazantes do vizinho.

Essa tentativa de tomar o pedaço de terras levou tempo, mesmo o coronel contando com a colaboração das autoridades policiais e jurídicas da comarca. Essas autoridades subservientes aos coronéis fizeram uso da força para intimidar aquela família, de forma que, os filhos daquele camponês foram presos sob acusações falsas, apenas com o intuito de pressionar o pai deles, a vender o pedaço de terra e ir embora da região.

Nesse contexto de opressão os camponeses, diante do isolamento e da não isenção dos poderes públicos constituídos, procuravam, por vezes estes mesmos coronéis para mediar as questões vivenciadas, ocorrendo assim o fortalecimento do poder privado, legitimando a autoridade daqueles e perpetuando a relação de apadrinhamento e patronagem no meio rural.

186 GREGÓRIO, José. **Sertão perverso**. Campina Grande: Editora e Gráfica Santa Fé, 1967. p.257.

O USO PRIVADO DAS INSTITUIÇÕES POLICIAL E JURÍDICA PELOS CORONÉIS

A prática de se utilizar das instituições públicas para uso privado, pode ser vista em uma ação do coronel Nilo Feitosa, onde se demonstra como o poder de mando era exercitado pela elite dominante naquele contexto rural e como os coronéis personificavam este poder. O coronel Nilo Feitosa ao sofrer um atentado nos meados do mês de dezembro do ano de 1928 tenta descobrir quem fora o responsável. Nesse intuito, mandou prender uma pessoa da qual suspeitava. Entretanto, não mandou que o conduzisse a cadeia pública, conforme prescreve as normas jurídicas, mas, mandou levá-lo a sua fazenda para ser interrogado.

Este interrogatório, foi, portanto, realizado na fazenda do coronel Nilo. Não se faz necessário pensar muito para compreender os meios violentos empregados para obter as informações do preso. Só após as devidas informações prestadas na fazenda do coronel é que o preso foi entregue a polícia.

O suspeito foi levado pelo delegado de polícia e lá na presença dele e do suplente do Juiz da comarca o suspeito foi interrogado. Esta subserviência do delegado e do juiz às ordens do coronel Nilo demonstram a força política que ele tinha no município e região, bem como a apropriação das instituições públicas pela elite servindo, todavia, como sustentáculo a estrutura de poder das oligarquias.

Mesmo sendo uma prática da elite, este episódio foi denunciado pelos opositores do coronel, que mesmo também fazendo uso desse expediente, aproveitou para fazer denúncias ao governo do Estado.

Nessa época, no ano de 1928, estava João Pessoa iniciando seu mandato no governo. Todavia, pressionado por uma parcela da elite rural que compunham a oposição política local o promotor

foi responsabilizado e punido por não tomar uma atitude de formalizar uma denúncia dessa ação do coronel¹⁸⁷.

Este episódio serve para ilustrar como se dava a instrumentalização das instituições públicas, e é de se supor que este caso em particular só chegou a ter visibilidade por conta dos conflitos entre a própria elite agrária, e não pelo aspecto da ilegalidade que essa ação apresentou. Sendo uma prática exercitada pela elite, punia-se mais as pessoas que cometiam dependendo das circunstâncias políticas e das relações de poder, do que a prática e si mesma levando em consideração seu aspecto ilegal e arbitrário.

O coronel Nilo Feitosa conseguiu manter e liderar uma facção política em Alagoa do Monteiro. Entretanto o espaço político era uma arena de disputa e conflitos. Etelvino Lins de Albuquerque, que chegou a ser governador de Pernambuco, natural de Alagoa de Baixo, atual cidade de Sertânia, vizinha a Monteiro, evidencia as inimizades do coronel Nilo Feitosa ao fazer uma narrativa sobre sua vida e as atividades profissionais que desenvolveu.

Disse que não foi bem-sucedido como corretor de seguros, isto nos idos dos anos de 1927, pois ao iniciar suas atividades na empresa “Sul América” os primeiros clientes que conseguiu na região foram o coronel Nilo Feitosa de Alagoa do Monteiro e Arcelino de Brito de Rio Branco, atual cidade de Arcoverde, e, estes não foram aprovados pela empresa, por conta de possuírem muitos inimigos e estarem ameaçados de morte¹⁸⁸.

Esse contexto em que se desenvolveu o coronelismo é responsável pela conhecida cultura do apadrinhamento e da dependência. O relacionamento entre a elite e os camponeses dificultou a estes a compreensão da situação de exploração a que

187 MELO, Fernando. **João Pessoa**. Uma biografia. 2.ed. João Pessoa: Ideia, 2000, p. 116.

188 LINS, Etelvino. **Um depoimento político**. Episódios e observações. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1977, p. 8.

são submetidos, uma vez que a figura do explorador encontra-se personificada em seu compadre, seu padrinho etc.

Vale aqui mencionar o entendimento de Celso Furtado¹⁸⁹ ao abordar aspectos relacionados a essa cultura coronelesca:

Na grande plantação o homem que sai ou entra na sua casa está saindo ou entrando em uma parte da propriedade. Assim, nenhum aspecto de sua vida escapa ao sistema de normas que disciplina sua vida de trabalhador. Desta forma, a experiência da vida prática não lhe permite desenvolver-se como cidadão e ganhar consciência de responsabilidade com respeito ao seu próprio destino. Todos os atos de sua vida são atos de um agregado, de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos, integra a grande unidade econômico-social [...]. Esses homens pouca ou nenhuma consciência têm de integrar um município ou um distrito, que são a forma mais rudimentar de organização política; mesmo quando suas habitações estejam agrupadas em alguma aldeia, esta encontra-se implantada dentro de uma 'propriedade', em razão pela qual a vinculação impessoal com uma autoridade pública perde nitidez em face da presença ofuscante da autoridade privada.

Essa análise de Celso Furtado demonstra como a estrutura econômica tendo por fundamento a concentração fundiária favorece a ascensão da autoridade privada e conseqüentemente as práticas autoritárias exercitadas pela elite agrária.

189 FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964. P.141-142.

CAPÍTULO XII

EXERCÍCIOS DE RECIPROCIDADE ENTRE CAMPONESES



O camponês José Fragoso da Costa¹⁹⁰ ao fazer uma narrativa de diversos momentos de sua vida nas suas atividades na agricultura, no livro intitulado “À margem do meu riacho verde: tempos de fé e de paixão nas terras da Paraíba” descreve uma das ocasiões em que o mutirão ou adjunto, uma prática frequentemente utilizada pelos camponeses na região:

Como eu vivia de agricultura no Riacho Verde, a mais ou menos uma légua distante da, hoje cidade do Teixeira, minha situação dependia do inverno. Se 1919 fosse um ano de inverno, estaria aberta uma estrada mais larga para mim, porque seria o ano do meu casamento. [referindo a necessidade de ajuda na roça] Cheguei a propor a tio Macacheira uma semana de trabalho, de graça, que os agricultores chamavam de adjutório.

190 COSTA, José Fragoso da. **À margem do meu riacho doce**: tempos de fé e de paixão em terras da Paraíba. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora TVJ, 2000. p.10.

Outro exemplo dessa prática do “adjunto” mais uma vez é mencionado pelo mesmo camponês, desta vez referindo-se ao adjunto não para atender as dificuldades de uma pessoa, mas, de um bem de uso comum, conforme coloca: “O inverno de 1924 começo bom e terminou bom. Chovia muito, mas a colheita foi boa. A chuva arrombou todos os açudes pequenos. O açude de Poços ameaçou arrombar. Mas, o povo se uniu, com enxadas, picaretas, carroças de mão e, com a mesma fibra que havia construído o açude em 1877, salvou-lhe a vida em 1924”.

Se o mutirão era uma forma de cooperação entre os camponeses bastante recorrente, não podemos negligenciar outras formas de cooperação, não tão evidentes, mas bastantes significativas no tocante a favorecer a produtividade e os laços sociais entre familiares e vizinhos.

Um exemplo bastante elucidativo de como se dava essa cooperação entre a própria família é apresentada por Sebastião Moreira Duarte¹⁹¹, a partir da narrativa feita por Francisco Rolim, ocasião em que este narra suas lembranças da infância e juventude, descrevendo a experiência de suas atividades na roça com a família, em 1933, no município de Cajazeiras no sertão paraibano, costume esse também corriqueiro no Cariri:

Puxados pela minha mãe, que nos dava o exemplo de coragem e perseverança, cedo da manhã fazíamos fila, enxada as costas, em procura da roça. A orientação e o trabalho mais duros estava a cargo do nosso cunhado Ciço Moreira [...] brocar o mato, queimar roça, encoivarar, abrir as covas, fazer as cercas, eram tarefas dele. Nós ficávamos com o serviço maneiro, semear, tanger passarinho, passar a enxada, trazer o almoço [...].

191 DUARTE, Sebastião Moreira. **Do miolo do Sertão**: a história de Chico Rolim contada a Sebastião Moreira Duarte. João Pessoa: Grafset, 1988. p.37.

Com o passar do tempo, e as crianças que iam se tornando adolescentes começavam a colocar em prática o aprendizado das tarefas na roça e tocaram por conta própria as atividades. Relembrando esse momento de transição na década de 1930, Francisco Rolim¹⁹² narra como foram sendo arranjadas as formas produtivas no seio da família:

Minha mãe podia agora ficar em casa cuidando do panelão fervente. De então em diante, os seus filhos adolescentes responderiam pelo encargo de abastecer a casa [...] Os quatro irmãos nos reunimos num esforço concentrado. **Mesmo tendo cada um as suas tarefas plantadas**, o que nos levava a tirar proveito do espírito de emulação próprio de nossa idade, **nós organizávamos roças em conjunto, numa só área**, dividida apenas por balizas e, nos dias de trabalhos mais exigentes, fazíamos o mutirão: na segunda -feira, ajudando a Valdemar, na terça a Francisco, na quarta a Micena, na quinta a Matias, até reiniciarmos o rodízio.

Observa-se, assim, um típico exemplo da divisão do trabalho familiar e a relação de cooperação entre os membros da família em uma mesma área de terra, onde trabalhavam, conjuntamente, além da mãe e seus quatro filhos, mais um cunhado destes, que, dado a idade mais avançada e a experiência coordenava as atividades a serem realizadas.

Essa forma de cooperação se constituía como um costume e permanecia a sua prática no âmbito familiar não pela imposição de algum membro da família, mas, pelo reconhecimento de cada um dos participantes dos resultados positivos dessa forma de cooperação no trabalho agrícola.

192 DUARTE, Sebastião Moreira. **Do miolo do Sertão**: a história de Chico Rolim contada a Sebastião Moreira Duarte. João Pessoa: Grafset, 1988. p.41-42.

O costume compreende os usos que são asseverados na prática, mas que não são regulamentados por qualquer registro documental normativo. O costume é mantido pela prática, mediante a qual se garante, e se reivindica direitos.

Uma observação quanto a esse arranjo na produção agrícola familiar é possível perceber na colocação referida em que afirma “Mesmo tendo cada um as suas tarefas plantadas, o que nos levava a tirar proveito do espírito de emulação próprio de nossa idade” é que cada um dos irmãos possuía uma área individual, mas também mantinham uma área trabalhada, coletivamente, “nós organizávamos roças em conjunto, numa só área” e que não havia incompatibilidade entre essas formas de produção.

As formas diferentes de organizar a produção são orientadas por perspectivas diferentes. No caso da roça conjunta, essa era orientada pela responsabilidade com a subsistência do conjunto familiar, constituindo-se esta atividade como primordial, e que a ela todos atendiam orientados pelo sentimento de pertencimento e compromisso com o grupo familiar. Estabelecia-se, assim, um princípio de reciprocidade que permitia as famílias camponesas enfrentar as diversificadas adversidades.

Se por um lado se percebe formas de cooperação no âmbito familiar, através do uso comum da terra, por outro lado também se observava outras formas de cooperação entre os vizinhos, como anteriormente mencionado. Entretanto, para além dessa forma de cooperação, outras mais, se exercitavam no universo camponês. Vivendo próximos, estes, encontravam-se regularmente e era corriqueiro mesmo numa ocasião de visita a residência dos vizinhos aproveitarem para realizar alguma atividade, sendo algumas delas bastantes conhecidas como a atitude de debulhar feijão à noite depois de um dia de trabalho na roça, ocasião em que se reuniam pequenos grupos de pessoas e palestrando sobre o cotidiano iam desenvolvendo essas atividades.

Nesses momentos, sentados em frente à residência de um deles, na medida em que iam palestrando sobre os mais diversos

acontecimentos, iam debulhando o feijão de forma que, essa prática além de sociabilizar os vizinhos, tinha um resultado prático, considerando que adiantava uma tarefa que se fosse feita por uma única pessoa, com certeza, tomaria muito do seu tempo.

Essa atividade não era considerando como trabalho, mas, como um momento de descontração, em que na casa de um amigo se comia, bebia e tinha uma característica de divertimento. Acontecia também, de forma semelhante, com outras atividades como debulhar milho, tratar e armazenar.

Nestas ocasiões, sobretudo também pelo seu clima festivo, em que eram realizadas essas atividades partilhadas pelos camponeses, se comia e bebia muito por conta do dono da casa. Durante esses acontecimentos recebiam-se mais pessoas na residência onde ocorriam as atividades do que haviam sido convocadas, certamente, movidas, pela socialização que este momento proporcionava conforme coloca a Sra. Maria Eva de Jesus¹⁹³:

Eu lembro era eu... meu pai né e meus irmãos, agente tudo ainda era pequeno, mas eu lembro [...] quando tinha feijão para bater [debulhar para armazenar] a casa enchia [...] de gente que vinha, dos vizinhos sabe, daqueles que moravam no redor da gente que vinha para ajudar, chegava um, chegava outro era assim [...] era de noite nos sábados era na luz dos candeieiros e quando o povo terminava de debulhar o feijão tinha o forró [dança] era tocado por Zé Mago de Laurindo em um harmônico.

Assim, os camponeses sempre recorriam aos vizinhos quando necessitavam de alguma coisa desde utensílios para o trabalho, como ferramentas diversas, quanto animais para trabalho,

193 BATISTA, Francisco de Assis. Tese de doutorado. UFCG. Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900-1950). Campina Grande, 2010.

como junta de bois e até mesmo animais de montaria para viagens, conforme podemos perceber nas colocações da Sra. Maria Eva de Jesus:

Naquele tempo era assim [década de 1940] os vizinhos ajudava [...] assim numa precisão não é? A gente pedia emprestado as coisas quando precisava... uma foice... uma enxada, até jumento pai emprestava para aquele povo [vizinhos] viajar, ir para feira, era assim sabe?

Esses arranjos facilitavam o desenvolvimento da produção e estruturavam as relações de sociabilidade entre os vizinhos. Nesse contexto de ajuda mútua, a reciprocidade era uma expectativa, se não cobrada, esperada que acontecesse por parte daquele que, de alguma forma ou em alguma circunstância, prestou uma colaboração ao outro.

Encontram-se outros registros da relação de cooperação entre os membros da família, no manuscrito de João Chaves Ventura¹⁹⁴, natural do município de Alagoa do Monteiro, em que este trata de descrever sua trajetória de vida a partir de 1911. Em determinadas ocasiões, descreve as relações de cooperação que se davam entre os membros de sua família e é enfático ao afirmar a importância daqueles parentes que eram solidários aos outros membros da família nos momentos de necessidades, assim, expressando: “Vou dar alguns dados da vida do meu primo Miguel Bezerra Chaves [...] em 1927 o conheci em Alagoa de Baixo, hoje Sertânia, tanto ele como o pai eram pobres demais,

194 Esclareço o que denomino como manuscrito, trata-se de um relato já datilografado a partir do original manuscrito feito por João Chaves Ventura que se detém a narrar alguns acontecimentos de sua vida e de alguns membros de sua família. Nesse manuscrito deixa claro que sua atividade principal foi de vaqueiro em diversas fazendas da nos limites dos municípios de Alagoa do Monteiro e Alagoa de Baixo atual cidade de Sertânia - PE, conforme podemos perceber ao longo da narrativa que faz.

porem honrados e trabalhadores, moravam no Jerimum na propriedade que tinha sido do seu bisavô, e naquela época era dos tios de seu pai [...] para mim ele era de muitas boas qualidades, ***primeiro de ser amigo dos seus parentes***, e procurava sempre ajudar aos seus”.

No referido manuscrito, João Chaves Ventura, ao escrever sua própria trajetória, apresenta pistas de formas de reciprocidade vivenciada com família. Este ao ser obrigado a fugir de Alagoa do Monteiro em 1912 por ter se envolvido com seus irmãos em conflitos armados, demonstra a importância dos vínculos de reciprocidade familiar para subsistir, assim descrevendo:

Eu, sendo um dos mais complicados da família não confiando no que poderia suceder resolvemos retirarmos para Pernambuco [...] em Alagoa de Baixo hoje Sertânia dormimos na casa de um nosso parente, então ele convidou agente para tomar conta de uma fazenda dele que estava abandonada [...] Estende voltou a Paraíba e **eu fiquei tomando conta da fazenda** em dias de fevereiro deste dito ano de 1913 [...] **em 1916, resolvi de acordo com Estende, tomar conta de uns gados** de seu Izaías de Oliveira, Ivo Galdino e Francisco Chaves [...] em 1919 já não era mais vaqueiro, já havia comprado uns fundos de terras ao velho Davi Freire, no boqueirão do Cágado, na minha chegada compramos outra propriedade para mim e meu parente Paulo Manoel de Sales, um lugar de nome Sanharal.

Este são alguns casos que demonstram como os vínculos sociais se mantinham e consolidavam através do exercício da reciprocidade vivenciada no cotidiano pelos camponeses naquela região.

No livro “O diário no tempo (Memórias)” de Yonne Rabello de Santana¹⁹⁵, esta descreve aspectos das formas de reciprocidade. Yonne Santana é natural de Recife, de origem humilde, sua família sempre viveu em dificuldades, devido às condições financeiras. Veio residir, em Alagoa do Monteiro, atual cidade de Monteiro em meados da década de 1930 e escreveu este livro como uma forma de narrar não apenas fatos individuais, mas de acontecimentos que fizeram parte de um dado tempo em Alagoa do Monteiro, e, que constitui uma rica fonte de informações sobre o contexto social da época.

Assim comenta sobre o costume de “doar” por parte dos camponeses, e que lhe chamou a atenção:

Uma coisa achei engraçada: no dia da feira, as siteiras traziam ovos, milho verde, melancia, jerimum etc. para me presentear. Ficava muito encabulada, mas Ruy me disse que era para darmos um agrado, numa maneira de forçar a compra (p. 157).

[...] Ela gostava de nos presentear com produtos do sítio. Foi uma das coisas que me chamou atenção quando aí chegamos: a facilidade com que as pessoas presenteavam os que vinham de fora, e chamavam forasteiros (p. 161).

Percebe-se nessas descrições que a escritora fica surpresa com a atitude de ser presenteadada por pessoas estranhas, pois ela sendo do Recife, de outra realidade no tocante aos relacionamentos entre as pessoas, essa prática não era vivenciada.

Se existia essa prática de presentear uma pessoa estranha, de fora, é de se supor que os camponeses entre eles exercitavam essa atividade como uma frequência cotidiana, principalmente, porque quase sempre existiam laços familiares, ou seja, o gesto

195 SANTANA, Yonne Rabello A. de. **O diário no tempo (memórias)**. Recife: Editora Universitária, 1988.

de dar e retribuir eram comuns para eles. Constituindo-se assim uma relação de dádiva, como é expresso por Mauss¹⁹⁶ de que “[...] a prestação total não implica somente a obrigação de retribuir os presentes recebidos, mas supõe duas outras igualmente importantes: obrigação de dar, de um lado, obrigação de receber, de outro.”

Em “Retrato escrito” de Zezé do Amaral França¹⁹⁷ há relatos de relações recíprocas. Os relatos de Zezé do Amaral retratam suas lembranças a partir de sua vivência na zona rural da cidade de São Sebastião do Umbuzeiro-PB. Em suas narrativas descreve episódios de cooperação e conflitos por ela guardados na memória.

Já fizemos três reuniões em São Sebastião do umbuzeiro. [...] por ocasião da festa de Santa Clara, em Capitão-Mor, na aprazível residência da prima Sinhá Fernandes, pessoa de minha estima e onde almoçamos um saboroso bode guisado. (p. 81)

São João – o som da bandinha de pífanos e zabumba me fascinava. [...] Fogueiras crepitantes esquentavam as noites juninas e as rodas, em torno das mesmas, indispensáveis. Delas, firmavam-se os compromissos com as madrinhas e padrinhos, abençoados por São João Batista. (p. 106)

Quantas vezes ouvíamos uma voz, alta hora da noite: ‘Ou de casa’, e tio Germano ou seu Lorenço Maranhão, casado com minha tia Joana, respondiam: ‘Ou de fora’; e a pessoa que estava do lado de fora, dizer: ‘é de paz’, e por causa dessa simples expressão: ‘é de paz’, abriam a porta com a maior confiança. Eram

196 MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p.201.

197 FRANÇA, M. J. A. **Retrato escrito**. Recife/CEPE, 1993. p.100.

pessoas viajando de um município para outro. Não se sabendo quem, davam janta e dormida.

Nas primeiras narrativas descreve como aconteciam as relações entre as pessoas que se encontravam por ocasião de visitas nas residências uns dos outros, momento em que matavam um animal e se reuniam para festejar, manter a amizade, construindo e consolidando assim espaços de sociabilidade. Aproveitavam também as festas da cidade, como no caso das festas de São João, para fortalecer os vínculos através dos compromissos de madrinhas e padrinhos de fogueira, essa prática comum naquele contexto.

Ajudar as pessoas, mesmo sendo desconhecidas, era uma prática constante entre as pessoas, conforme descreve José Frago da Costa¹⁹⁸ em seu livro “À margem do meu Riacho Verde: tempos de fé e de paixão em terras da Paraíba” onde se encontra diversas passagens que deixa evidente isso. José Frago da Costa era natural de Vila do Teixeira, no interior da Paraíba, não estudou, vivia da agricultura e relata que sua situação dependia do inverno.

[...] Nossa mesa já era pobre. A gente sentia que ela se tornava mais pobre vendo a pobreza de velhinhas e velhinhos implorando um pouco de comida. A primeira reação de Maria José era dar a mão a todos. Nunca um pobre saía de nossa casa sem comer alguma coisa. A gente dividia a pouca comida com eles.

Essa fala demonstra a cooperação existente no cotidiano dessas pessoas, mesmo quando não se tinha recursos suficientes nem mesmo para a própria sobrevivência da família.

198 COSTA, José Frago da. **À margem do meu riacho doce**: tempos de fé e de paixão em terras da Paraíba. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora TVJ, 2000. p.19.

Na construção o Cônego Bernardo não teve nenhuma retribuição, não teve auxílio dos políticos. Planejou, aliou-se com o povo faminto, e, da fome do povo, extraiu o trabalho que ajudou a matar a fome de grande parte do povo.

Verifica-se aqui uma referência a prática de cooperação, pois mesmo sem receber auxílio dos poderes públicos, as pessoas se uniram em prol de um benefício que seria para todos, mesmo diante das dificuldades, como a fome, não desistiram e juntos conseguiram alcançar o objetivo maior do trabalho¹⁹⁹.

[...] Em conversa com meu pai, ele me autorizou a construir uma casa nas terras dele e me deu o terreno à margem da estrada que ia de Teixeira para Desterro. E fez mais. Deu-me as telhas para fazer a casa. Tia Lelé me deu as portas e os caixilhos. Ugolino, irmão de meu pai, combinou comigo que daria a colaboração dele, batendo a massa para fazer os tijolos em troca de três cargas de milho.

Essa descrição reforça ainda mais a ideia de cooperação existente entre essas pessoas, uma vez que se uniram para construir um benefício que seria individual, cada um contribuiu da forma como podia, alguns cooperaram com bens materiais e outros com a força física²⁰⁰.

[...] Eu não conhecia o que era a febre tifo, o povo sempre dizia que o melhor remédio

199 COSTA, José Fragoso da. *À margem do meu riacho doce*: tempos de fé e de paixão em terras da Paraíba. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora TVJ, 2000. p.19.

200 COSTA, José Fragoso da. *À margem do meu riacho doce*: tempos de fé e de paixão em terras da Paraíba. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora TVJ, 2000. p.80-81.

para tifo era laranja lima. Eu não tinha lima na minha terra. Foi aí que se deu comigo um fato que mais marcou minha amizade com um velho amigo, que já morreu: João Ferreira Campos, [...] quando soube que Domingos e Luiz estavam com febre tifo, foi bater na minha casa. Levava consigo um saco cheio de laranja lima. Entregou e disse a Maria José: 'Se precisar mande-me avisar que trago mais'. Nossa amizade cresceu de uma maneira, que hoje eu tenho dois filhos casados com duas filhas de João Campos, e um deles é exatamente Domingos, para quem ele foi levar lima durante a doença.

Esse gesto exemplifica como as pessoas exercitavam a solidariedade umas com as outras, e, no momento da necessidade, não mediam esforços para ajudar. A relação de cooperação é tão intensa que pode ocasionar até mesmo outros laços de amizade ou parentais, como foi nesse caso, em que houve até casamento, unindo e fortalecendo ainda mais a amizade das famílias.

Apareceram outras pessoas amigas. Nós tínhamos crédito na casa comercial de Maria Cordeira Lacet, prima segunda de Maria José. Comprávamos lá, quando o dinheiro era pouco. Numa das vezes em que demorei a mandar dinheiro, por falta de portador, Maria José passou algum tempo sem comprar na casa comercial de Cordeira. Num dia de Missa, Cordeira foi falar com ela e perguntou por que deixara de comprar lá. Ela respondeu que estava acanhada de incomodar daquele jeito. Cordeira Lacet reclamou e disse que tudo o que ela precisasse era só mandar buscar. Guardo uma grande gratidão para com essas pessoas amigas que chegavam nos momentos mais difíceis de nossas vidas.

Essa colocação pode ser considerada com um exemplo de reciprocidade, pois diante da situação difícil que a família se encontrava, a dona da casa comercial em meio a tanta gratidão se sentiu na obrigação de ajudá-los.

Pedro Nunes Filho²⁰¹ confirma essas relações de reciprocidade e a forma como se relacionavam os indivíduos, na sua obra “Cariris Velhos: passando de passagem”. Pedro Nunes criou-se na Fazenda Mugiqui, município da Prata, no Cariri paraibano, onde passou sua infância. Nesse livro, Pedro Nunes, descreve a trajetória de uma viagem ao Cariri. O autor argumenta que essa obra é uma tentativa de resgate e recomposição de fragmentos dos Cariris Velhos, rica em fatos, pobre em registros documentais. Se não houver esse apelo corre-se o risco da cultura local cair em descaso e esquecimento.

[...] Veja que ainda hoje, em toda a extensão das caatingas, há pobreza estrutural que atinge os sertões. Por conta dessa realidade social, as almas das pessoas abrem-se para a solidariedade universal e para a disposição em servir. Como são dependentes da natureza, embora não tenham espírito associativo, as pessoas ajudam-se umas às outras para suprir as necessidades do cotidiano. É essa troca de favores e esse esforço de construção coletiva que contribuem para que a vida não perca qualidade, nem substância ética e cultural, na aparente precariedade das caatingas.

Mesmo diante de um cenário de pobreza e de tantas dificuldades para sobreviver, as pessoas mostram exercitar a cooperação umas com as outras diante de determinadas situações, como o exemplo acima citado. Sabem que essas dificuldades fazem parte

201 NUNES FILHO, Pedro. **Cariris Velhos: passando de passagem**. Recife: Liber, 2008. p.42.

do cotidiano, por conseguinte, para superá-las compreendem que é necessário trabalhar em conjunto, para que dessa forma consigam ir sobrevivendo nessa região tão castigada pela seca²⁰².

Apesar do individualismo provocado pelo isolamento, em caso de doença, morte ou no flagelo das secas, entre eles não faltavam gestos de solidariedade. Dos momentos de provação, surgiam laços de amizade, casamentos e relações de compadrio. Tais vínculos ajudavam na hora de superar as grandes dificuldades que o meio lhes reservava.

[...] Em anos de inverno, todos vivem fartos. É uma terra onde não se morre de fome, porque quem possui alimentos não os nega a quem precisa. Quando se mata um boi ou mesmo um animal miúdo, é prova de amizade mandar um pedaço para o vizinho, para um parente ou compadre.

O quadro de seca e as consequências trazidas pela mesma poderiam provocar um espírito individualista entre os camponeses, no entanto, não é o que se verifica, pois nessas ocasiões se mostra mais ainda a solidariedade e cooperação.

No livro de Aderaldo Ferreira²⁰³ “Tradições ruralistas: marcas de gado, experiências, clima e outras histórias” nossa ênfase foi a seguinte passagem:

Essa obra aborda diversas temáticas ligadas ao campo, como: a Heráldica Ruralista com seus sistemas de marcação de animais, as experiências para prever invernos, entre outras. Essas

202 NUNES FILHO, Pedro. **Cariris Velhos: passando de passagem**. Recife: Liber, 2008. p.86-160.

203 FERREIRA, J. A. M. **Tradições ruralistas: marcas de gado, experiências, clima e outras histórias**. Editora Universitária/UFPB. João Pessoa, 1999. p.150.

temáticas apesar de serem retratadas num determinado tempo passado, indicam a existência de práticas da cooperação.

A solidariedade, a amizade sincera e desinteressada, o sentimento fraterno afluyente em pessoas sem nenhum parentesco, o desprendimento e a profunda lealdade entre pessoas, foram muitas vezes demonstrados ao longo de toda a história da humanidade. E tudo isto aflui com mais força e mais vigor na adversidade, nos tempos difíceis de guerra, de fome, de epidemias e de secas.

Nessa colocação os sentimentos de amizade, solidariedade, cooperação e relação de reciprocidade parecem fluir mesmo em tempos de adversidade, quando as pessoas se encontram basicamente na mesma situação, tendo um ao outro para se ajudar e garantir a sobrevivência de todo

CAPÍTULO XIII

DA RECIPROCIDADE AO CONFLITO NO UNIVERSO CAMPONÊS



A forma como se dava a observância das normas estabelecidas entre os proprietários vizinhos servia para aproximá-los, todavia, o não cumprimento dessas normas davam origem a sérios conflitos.

Conforme demonstrado, era costume as áreas não possuírem cercas, cercando-se, apenas, aquelas destinadas às atividades agrícolas para subsistência onde se plantavam diversos gêneros alimentícios.

Os animais sendo criados soltos, por vezes entravam num desses roçados e destruíam parte das lavouras de subsistência. A primeira providência neste caso era prender o animal e devolvê-lo ao seu dono, este por sua vez tratava de solucionar a questão e prender aqueles animais que como se dizia “furava a cerca” conforme o comentário da época.

Uma vez tomada estas providências por parte do dono dos animais que furavam a cerca, ou seja, que entrava no roçado do vizinho, os laços de reciprocidade eram mantidos e o vizinho gozava do status de ser “bom vizinho”. Mas não acontecendo essa providência, quando esses animais entravam novamente nos roçados eram bastante maltratados, alguns tinham as caudas cortadas, tinham as ancas perfuradas e outros maus tratos;

em seguida, como aviso de que algo pior podia acontecer eram esses devolvidos nessas condições aos seus donos. Havendo reincidência, matavam-se esses animais no local onde encontrassem dentro do roçado. Isto acontecendo rompiam-se todos os laços e instalava-se o conflito em que não raro matavam-se membros de ambas as famílias.

Esses casos de animais entrando em roçado dos outros requeria providências urgentes sob pena de desencadear em conflitos. Nesse sentido, Suassuna²⁰⁴ esclarece: “Naqueles tempos, só as terras mais férteis eram isoladas por cercas, como os baixios, reservados ao cultivo do milho, do feijão, da mandioca, do arroz e de outras lavouras cujo clima lhes era propício”.

Acontecendo de um animal entrar em uma área desta, a regra básica a ser observada consistia em prender este animal e comunicar ao seu dono para vir pegá-lo e não mais soltar naquela área. O dono do animal ao tomar esta providência cumpria com as expectativas esperadas, e não dava margem para questões, mantendo, assim, o arranjo da utilização dos pastos de forma comunal.

Não tomando esta providência e este animal ou outro desse mesmo proprietário, sendo reincidente por falta dos cuidados esperados de seus donos, procurava-se uma forma de compensação da destruição causada por este. Caso não houvesse compensação satisfatória, dava-se por esta razão, origem a contendas entre famílias nas quais a utilização da violência e assassinato era corrente, causando intrigas que perduravam por diversas gerações.

Um caso ilustrativo, que ocorre em todo sertão do Brasil, onde se desenvolveu o criatório de gado, nos é apresentada por Abdon Monteiro de Lima²⁰⁵ quanto ao tratamento dado

204 SUASSUNA, Raimundo. **Memórias**. João Pessoa: GGS Gráfica e serviços, 1979. p.20.

205 LIMA, Abdon Monteiro de. **Memórias de um vaqueiro cearense**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1982. p.37.

a esses animais que entravam nas áreas dos outros proprietários. Descrevendo o tratamento que deu a alguns animais, que entraram em áreas pertencentes ao seu pai, assim rememora: “Um belo dia de sol escaldante do verão de 1911, fomos retirados, eu e ele, da escolinha, para retirar cabras e bodes ladrões que penetraram na nossa roça estragando as plantações [...] o bode pulou a cerca fugindo ao castigo merecido e a companheira [cabra] ficou. Pegamo-la, sangrando-a devagarzinho, como fazia os cangaceiros com os inimigos [posteriormente pegando o bode que fugiu] Fizemo-lo o pior, cortei-lhe os testículos com escroto e tudo por inteiro. Capamo-lo violentamente e o jogamos por cima da cerca”.

Demonstrando o quanto podia ser grave uma questão desta, uma vez tendo sido iniciada pela não observação das normas costumeiras, Sebastião Moreira Duarte²⁰⁶ assim rememora as questões entre vizinhos que culminaram em diversos assassinatos:

É uma longa história que recua ao começo de 1927. **Os muitos minifúndios** em que se dividiam as terras do sertão são sempre cheios de questiúnculas entre vizinhos. Cercas que andam, porteiras abertas, animais em plantação alheia, são problemas que, dada a natureza da luta pela sobrevivência, se amplificam até o exagero e[...] chegam as vezes a dizimar famílias e tornar homens fortes em jagunços.

Neste contexto em que a área de terra era insuficiente para satisfazer a contento aos camponeses que habitavam, desenvolveram-se deveres e direitos costumeiros orientados para favorecer a subsistência. A princípio a reciprocidade, constituía-se desses deveres e direitos, sendo um costume bastante exercitado pelos camponeses em diversas circunstâncias conforme descrito e a não

206 DUARTE, Sebastião Moreira. **Do miolo do Sertão**: a história de Chico Rolim contada a Sebastião Moreira Duarte. João Pessoa: Grafset, 1988. p.30.

correspondência dessas expectativas desses direitos e obrigações, dava origem a retaliações e aos conflitos.

Conforme coloca Jansen Filho²⁰⁷ em Alagoa do Monteiro esses conflitos eram bastante corriqueiros e descreve esses conflitos e suas causas da seguinte forma:

Geralmente as grandes desavenças flamejavam por questões de terras e para que o estopim das desarmonias começasse a arder, bastava os animais de um penetrarem na propriedade do outro, provocando sérios prejuízos na lavoura. Aí começava o pandemônio, as rixas não tinham mais fim e eram homens se entredivorando numa digladição satânica, numa ferocidade apavorante.

A imprecisão dos limites dessas áreas de uso comum, conforme coloca Alfredo Wagner B. de Almeida²⁰⁸, motivava o estabelecimento de diversos conflitos: “No sertão nordestino as grandes propriedades jamais foram cercadas e mesmo seus limites, quase sempre imprecisos, sempre **se confundiram gerando disputas entre seus proprietários.** [...]”.

Um exemplo dessas contendas entre famílias por conta de animais é apresentada por Ulysses Albuquerque²⁰⁹, filho de um fazendeiro em Alagoa de Baixo, atual cidade de Setânia, cidade pernambucana vizinha a Alagoa do Monteiro. O conflito foi

207 JANSEN FILHO. **Uma vida vivida em poesia.** Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1989. p.426.

208 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI; Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias - Construções identitárias e socialidades.** V. II. São Paulo: UNESP, 2009. p. 54.

209 ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. **Moxotó brabo: Aspectos histórico-sociológicos de uma região sertaneja – Pernambuco.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979. p.49.

entre um irmão do seu avô e um fazendeiro vizinho e se deu por conta de dúvidas quanto a propriedade de alguns animais que se encontravam nos pastos comuns, ocasião em que dois fazendeiros reclamavam para si a posse dos animais, estabelecendo-se, assim, o conflito no ano de 1888 e prolongando-se por vários anos, terminando em agressões de ambos os lados, conforme descreve Albuquerque:

E, por isto despachou seu filho Vitor, rapaz de 18 anos, com alguns vaqueiros [...] incumbindo-os de dizer ao capitão Antonio de Góis que ao pegar aquelas reses, verificasse, com eles, as que lhe pertenciam, a fim de serem recambiadas para a sua fazenda [...] ao receber o recado, o capitão julgou-se ofendido, e em dado momento esbordoou um dos vaqueiros, havendo reação de parte de um deles [...] e o resultado é que tombaram na luta o irmão do capitão por nome de Joaquim de Góis e o filho deste de apelido Cazé. Dos vaqueiros, dois saíram feridos.

Mas o conflito não parou nesse acontecimento, havendo retaliações e vingança por parte da família dos assassinados: “Dias depois um filho de Cazé [que fora assassinado] com um tio e várias pessoas armadas, foram à fazenda Poção, e dirigindo-se onde morava o vaqueiro Tomé, não o encontrando em casa, mataram-lhes dois filhos pequeninos, a punhal²¹⁰.”

Outro exemplo desses conflitos motivados por animais que entravam nas terras dos vizinhos é apresentado por José

210 ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. **Moxotó brabo**: Aspectos histórico-sociológicos de uma região sertaneja – Pernambuco. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979. p.50.

Gregório²¹¹, um sertanejo paraibano da cidade de Pombal, ao rememorar algumas contendas entre famílias sertanejas. O autor descreve com detalhes um conflito ocorrido no ano de 1918 naquela região, por conta da invasão de um roçado por ovelhas de um vizinho de terras, assim discorrendo:

Acontece que as ovelhas de João Forte encontraram uma brecha na cerca e foram aproveitar o pasto da fazenda [...] o proprietário da fazenda ao tomar conhecimento da invasão de seus pastos pelos caprinos do vizinho, enfureceu-se: mandou arbitrariamente os vaqueiros pisarem as ovelhas a pata de cavalo”. Diante dessa atitude violenta o proprietário dos animais tomou algumas atitudes: “mandou recolher os animais abatidos brutalmente e, também, reparar as cercas estragadas.

Aconteceu que tempos depois, o gado do vizinho que havia matado a criação do outro dessa vez, invadiu as terras daquele, e, sofreu as mesmas consequências: “juntou sua turma e ordenou a matança de seis bezerros e garrotes, poupando os bichos mais graúdos que passavam de vinte”.

Além dessa providência, mandou um bilhete ao seu vizinho, que pelo seu teor elucidativo da quebra das regras merece ser transcrito na íntegra, conforme podemos ver²¹²:

Sr. Mizael, estou lhe pagando com a mesma moeda; venha ou mande retirar sua carniça de minha vazante. Somente abati seis garrotes em troca de minhas ovelhas. Outrossim, mande consertar a cerca, que, segundo estou

211 GREGÓRIO, José. **Sertão perverso**. Campina Grande: Editora e Gráfica Santa Fé, 1967. p.209.

212 GREGÓRIO, José. **Sertão perverso**. Campina Grande: Editora e Gráfica Santa Fé, 1967. p.211.

informado, foi aberta por gente de sua casa. Aviso-lhe, também, que não sou de peia. Querendo provas, o canto quem marcará é você. Estamos entendidos. João Forte.

Nessas contendas em que as normas costumeiras eram desobedecidas, geralmente não progrediam no sentido de se restabelecer os laços de sociabilidades, mas, de vingança que atravessavam gerações. Diante da questão, antes referenciada, esta vai terminar com agressões físicas de ambos os lados, por ocasião do encontro desses dois fazendeiros em que ocorre o assassinato de um deles, conforme narra Gregório²¹³: “ João Forte não ficou parado, sacou do punhal, com uma rapidez surpreendente. As testemunhas viram Mizaél arriar a um canto de parede, com duas espetadas no baixo ventre [...] João Forte foi refugiar-se em Cajazeiras em meio a parentela”.

Em Alagoa do Monteiro aconteceram também diversos conflitos por conta de animais que entravam nas áreas cercadas, Antônio Mariano Sobrinho²¹⁴ assim descreve um desses conflitos:

O tenente Isaias José de Oliveira, de Camalaú Velho desentendeu-se com o seu parente Manoel José. A situação tornou-se mais grave, quando as cabras do tenente Isaias passaram a entrar no roçado de Manoel José. Por ordem deste, Pedro Fernandes matou noventa cabras, à bala de rifle, e ainda mandou Isaias ir buscar as cabras mortas”. Por conta desse conflito uma pessoa foi assassinada.

Ainda em Monteiro ocorreu um conflito, entre outros, que se diferenciou dos demais por sua proporção. Ocorreu entre

213 GREGÓRIO, José. **Sertão perverso**. Campina Grande: Editora e Gráfica Santa Fé, 1967. p.215.

214 MARIANO SOBRINHO, Antônio. **Rio do Camará. A epopéia de (mais) um século**. João Pessoa: A UNIÃO Sup. de Imprensa e Editora, 1996. p.201.

duas famílias também por conta de animais entrando no roçado e danificando as plantações. Em um dia de feira no mercado da cidade pessoas dessas famílias entraram em confronto, ocasião em que terminou com o assassinato de quatro pessoas, sendo três irmãos de uma família e um de outra²¹⁵. Tendo o conflito se iniciado da seguinte forma:

Tudo começou quando um membro de uma das famílias foi fazer uma queixa sobre uma criação de bode. Ele disse que se a criação de bode entrasse em suas terras, ela a mataria. O dono da criação revoltado, respondeu que ele não era homem para isso e foi logo sacando uma faca.

Em São Tomé anteriormente distrito de Alagoa do Monteiro, Rita Albino Rafael²¹⁶ em seu livro “Sumé que eu trago na memória” relata um conflito entre o seu pai e um irmão dele tendo por motivo, entre outros, a passagem de animais ser feita pela frente da casa daquele que, sentindo-se incomodado, deu origem a um conflito na família.

No município de Amparo-PB, anteriormente pertencente a Sumé-PB, um conflito motivado por conta de animais entrando em roçados e destruindo a plantação, teve como protagonistas dois irmãos terminando um por assassinar o outro; acontecimento este ainda lembrado e guardado pela tradição oral²¹⁷.

215 SILVA, Maria Genilda da et. all; Monteiro. In: BATISTA, Francisco de Assis Batista. (Org.). **Traços históricos e culturais do Cariri paraibano**. Joao Pessoa: 2012. p.30.

216 RAFAEL, Rita Albino. **Sumé que eu trago na memória**. João Pessoa: Imprima, 2003. p.70.

217 OLIVEIRA, Claudia dos Santos; BATISTA, Ionete; PEREIRA, Maria das Graças. Amparo. In: BATISTA, Francisco de Assis Batista. (Org.). **Traços históricos e culturais do Cariri paraibano**. Joao Pessoa: 2012. p.30.

Uma constatação da incidência dessas questões pode ser percebida na colocação que faz um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro, em um ofício enviado à Federação da Agricultura da Paraíba, ao argumentar que²¹⁸: “[...]. Entre os quais: problemas de limites de propriedades, tempos de serviços, destruição de lavouras por animais, problemas de parceria, arrendamento e outros”.

O compromisso da responsabilidade de um criador perante o outro, quanto aos estragos feitos pelos animais em áreas indevidas, era um ponto significativo que estruturava essas relações de sociabilidades entre esses criadores. A não observância dessa regra era compreendida como uma atitude injusta, quebrando as expectativas de reciprocidade, dando origem ao conflito.

Nesse sentido, as questões das cercas e dos animais demonstram o quanto essas noções de direitos e deveres costumeiros eram vigiadas e na ausência de sua observância como se exercitava até de forma violenta a cobrança desses. Os conflitos estabelecidos demonstravam antes de tudo, não uma tendência a desagregação social dos camponeses, mas, a forma de vigilância dessas normas costumeiras que se apresentavam naquele cenário como condições essenciais à manutenção da sociabilidade.

O ROMPIMENTO DO CÓDIGO MORAL: O DESENVOLVIMENTO DOS CONFLITOS

Na obra de Zezé do Amaral França²¹⁹, “Retrato escrito”, esta demonstra que os conflitos entre as pessoas podiam acontecer por causa de uma palavra dada, como ilustra a colocação a seguir:

218 BATISTA, Francisco de Assis de. *Movimentos Sociais no Campo: o caso do STR de São Sebastião do Umbuzeiro-PB*. João Pessoa: Imprell, 1997. p.76.

219 FRANÇA, M. J. A. **Retrato escrito**. Recife/CEPE, 1993. p.14.

[...] ligada ao culto da palavra, ao fio da barba que valia mais do que papel assinado: esse derradeiro espécime de uma raça extinta, José Paizinho de Souza, que acertou vender uma casa por cinco mil cruzeiros, mas logo recebe uma proposta superior de dez mil cruzeiros e como fosse instado a rever a decisão responde irritado. ‘Não e não, porque já havia dito que vendia por aquele preço e palavra era palavra, e que seu pai havia dito antes de morrer: “Meu filho, tenha cuidado quando for fazer um negócio; porque palavra de homem não volta atrás”.

Outros motivos, como: fugir para casar, criação de bodes, etc., também levavam ao início de conflitos, como mostram as colocações que se seguem²²⁰:

[...] Que um rapaz do Sertão do Cariri Paraibano, raptou uma moça e colocou-a na casa do Coronel Chico Antônio. No dia seguinte, o pai do rapaz convidou-o para ir falar com o pai da moça, e ao abrir a porteira, que dava entrada à fazenda do referido sr., que ele não soube o nome, foram os dois assassinados, [...]

[...] Sumiram-se uns chocalhos das criações de bode de tio Pedro Lima, e esses apareceram nas criações de D. Maria, que eram vizinhos. [...] Tio Pedro foi buscar os chocalhos, então ela disse: os chocalhos vão, mas os badalos ficam, porque ela tinha mandado colocar uns badalos nos chocalhos. Ficaram daquela data em diante, intrigados, e a família de Pedro Lima, chamando-a de Maria Badalo. Houve insultos, a ponto de Raimundo e Maria Badalo

220 FRANÇA, M. J. A. **Retrato escrito**. Recife/CEPE, 1993. p.66-76.

contratarem ‘cabras’, para matarem Pedro Lima.

Essa colocação mostra que por um motivo aparentemente simples quase ocorreu à morte de uma pessoa. Nesses casos, a “lei” que rege é a da tradição moral, ou seja, esta é contida de princípios de normas e obrigações sociais, com valores morais, regras sócias e noções de justiça.

Certa ocasião o Sr. Antônio Virgínio [...]. quando foi passando em frente à casa de tio Pedro, pois o terreiro era a estrada, a muleta que ele trazia na frente da cela caiu. Tio Pedro estava sentado, justamente no terreiro, em um banco de madeira, e o coitado do homem não tinha como apanhar a muleta. Se descesse, seria difícil voltar à cela. Pedro Lima vendo aquela situação, chama o seu neto Sérgio Santana, e manda apanhar a muleta e entregar a Antônio Virgínio. Morreram intrigados²²¹.

Na obra “Retrato escrito II” de Zezé do Amaral França²²² há duas situações que retratam a questão do conflito de domínio da localidade e pela posse de terras, sendo elas:

Quando o capitão João José da Silva Lima se instalou naquelas bandas do Cariri, lá encontrou, em Umbuzeiro, um cidadão por nome Mariano Clemente das Neves, real fundador dessa localidade. [...] Daí nasceu uma grande rivalidade entre os dois pelo poder e domínio da localidade.

[...] O seu pai Pedro Lima, por questões de terra, teve um sério desentendimento com

221 FRANÇA, M. J. A. **Retrato escrito**. Recife/CEPE, 1993. p.78.

222 FRANÇA, M. J. A. **Retrato escrito II**. Recife/CEPE, 1998. p.23-29.

o sobrinho Cícero, onde houve ameaças de morte. Joana disse: se você matar meu pai eu levo uma lata de querosene (20 litros) e jogo nos quatro cantos de sua casa e toco fogo; [...].

Essas situações apresentam indícios de exercícios de sociabilidade em um contexto em que prevalecia uma “economia moral” pautada no direito costumeiro e na tradição existente na região.

CAPÍTULO XIV

**EXERCÍCIOS DE COOPERAÇÃO E
RECIPROCIDADE NA
FAZENDA SANTA CATARINA**



A fazenda Santa Catarina no município de Monteiro era uma área de terra composta de diversos sítios, ou seja, a referida fazenda era a denominação total da área, mas, dentro dessa havia subdivisões. Assim sendo, compunham a referida fazenda os seguintes sítios: Macapá, Batizal, Lagoa do Caititu, Ribeira, Louro, Barro, Tungão, Olho D'água de Santa Catarina (sede da fazenda), Matarina e Gabriel²²³.

A área da fazenda é de 4.500 hectares, onde viviam 453 famílias na época em que o INCRA desapropriou para fins da reforma agrária em 23 de dezembro de 1993. A a emissão de posse no dia 21 de julho de 1994.

A fazenda era de propriedade da família Santa Cruz, entretanto, há depoimentos de antigos moradores que pessoas já habitavam partes daquela terra antes da referida família adquirir,

223 SILVA, Lígia Maria Tavares da. **Terra de morada**: diagnóstico sócio-cultural do assentamento Fazenda Santa Catarina, Monteiro-Paraíba. Joao Pessoa: Para'íwa, 1997.

conforme coloca o Sr. João Irineu da Silva²²⁴, ao afirmar que obteve essas informações através de conversas com o seu pai.

A denominação “Santa Catarina” para fazenda foi adotada pelos proprietários, entretanto, antes dessa denominação partes daquela área era denominada de Olho D’ água e Macapá. Existia um certo povoamento disperso naquela área, e até mesmo com outras denominações, anterior a chegada da família santa Cruz. Com a chegada dessa família e o seu apossamento da área, esta passa a ter uma denominação de “fazenda” o que representou a subordinação de todos os sítios que porventura lá já se encontravam ao proprietário da fazenda.

Essa hipótese da existência de famílias de camponeses que lá viviam é bastante plausível, uma vez que, já se registra denominações de locais anterior a instalação da fazenda, tais como Lagoa dos Caititús e Olho D’ água.

O primeiro dono foi João Santa Cruz, e após o seu falecimento passou para o filho Arthur Santa Cruz, e deste, para o último dono Edson Santa Cruz.

A sede da fazenda ficava no sítio denominado Olho D’ água de Santa Catarina, local onde no ano de 1918 o Dr. Artur Santa Cruz, filho de João Santa Cruz e herdeiro deste, construiu uma casa e passou a morar na fazenda com a família. Essa casa ficou denominada, como chalé, tendo em vista a sua arquitetura e dimensões diferenciada das demais, que consistiam apenas em casas de barro, denominadas de casas de taipa.

A área da fazenda foi sendo cedida por seu proprietário a diversas pessoas que sem local para trabalhar buscavam com alternativa conseguir uma área de terras junto aos grandes proprietários rurais. A relação que se estabelecia era de aforamento, ou seja, o proprietário delimitava uma área para determinada

224 SILVA, Lígia Maria Tavares da. **Terra de morada**: diagnóstico sócio-cultural do assentamento Fazenda Santa Catarina, Monteiro-Paraíba. Joao Pessoa: Para’iwa, 1997.

pessoa, e dependendo das dimensões dessa área, era estipulado a quantia que devia pagar anualmente pelo seu uso. O foro, o valor a ser pago, era estipulado e pago uma vez por ano conforme a determinação do proprietário.

O valor do aforamento cobrado pelo dono da fazenda Santa Catarina, de acordo com alguns moradores, era inferior ao valor cobrado por outros latifundiários da região, motivo este pelo qual estimulou a procura por parte das pessoas a adquirirem permissão para morar e trabalhar na área.

Também se constituía como atrativo procurar uma “morada” na fazenda, a perspectiva que se tinha de permanecer na área, constituindo assim a possibilidade de uma certa estabilidade, uma vez que, o proprietário não costumava expulsar seus moradores.

O proprietário associava duas atividades, na pecuária atinha-se a criação de gado e na agricultura a produção do algodão. Enquanto os moradores criavam mais animais de pequeno porte, denominados de “miunças”, ou seja, bodes, cabras, ovelhas etc. raramente criavam um boi, quando podiam criavam uma vaca, com fins a obter o leite para o sustento da família.

Aos moradores não era permitido construir casas de tijolos, mas, só de barro, as denominadas casas de taipa. Esta atitude do proprietário era uma forma de dificultar ao camponês criar direitos na área. Só com a instituição do assentamento é que essas casas de taipa vão sendo demolidas, e construídas outras de alvenaria, mesmo assim, algumas ainda não foram demolidas sendo ainda utilizadas para guardar utensílios diversos.

Em voltas das casas dos moradores existem plantas diversas, sejam ornamentais ou mesmo frutíferas, como também, pequenas áreas cercadas para criação de pequenos animais, demonstrando assim, a permanência dessas famílias na área. Essa organização espacial e produtiva indica uma organização que teve início com as gerações passadas, uma vez que, determinadas tipos de plantas e usos da terra se traduz num processo que se constrói cotidianamente, assim sendo, a organização que se encontra na atualidade

é apenas uma síntese da atividade produtiva de várias gerações dessas famílias naquela área.

Existia antes do assentamento, uma infraestrutura construída por aquelas famílias de camponeses, tais como pequenas cacimbas de água, plantações de árvores frutífera, plantio de palma, criações de bodes, de galinhas etc. elementos estes que diferenciam esse assentamento dos demais da região, pois, os que foram instituídos com pessoas vinda de diversos locais não apresentam esta infraestrutura.

O uso da terra tinha a finalidade da subsistência da família e não o mercado, essa característica observa-se a partir da narrativa de Expedito Pedro da Silva²²⁵ ao rememorar o que ouviu de seus pais, colocando que “Aqui morreu gente com mais de setenta anos sem nunca ter visto um conto reis”.

Referindo-se aos desafios no tocante a retirar da terra a subsistência familiar João Irineu²²⁶ comenta referindo-se aos seus antepassados:

[...] eu me admiro como aquele povo não morreu de fome, porque tinha época que não tinha nada, vivia de uma caça, de uma frutinha do mato, umbu, juá. Tinha ano que chovia que lucrava umas coisinhas [...] naqueles anos não morreu ninguém de fome não, mas a minha mãe falava que muita gente esmorecia, aí depois resistia ninguém sabe como, assim como o índio no mato, não resiste, né? [...] e assim vivia o povo daqui.

Os habitantes da fazenda Santa Catarina apresentavam os traços característicos do campesinato²²⁷, considerando que

225 Entrevista com o agricultor Expedito Pedro da Silva em setembro de 2013.

226 SILVA, Lúcia Maria Tavares da. **Terra de morada**: diagnóstico sócio-cultural do assentamento Fazenda Santa Catarina, Monteiro-Paraíba. João Pessoa: Para'iwa, 1997. p.67.

227 SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

habitavam uma pequena área de terra tendo como objetivo a produção para subsistência familiar, sendo a família uma unidade de produção e de consumo.

A desapropriação da fazenda ocorreu após o falecimento do seu último dono Edson Santa Cruz, este era neto do primeiro dono João Santa Cruz. Edson Santa Cruz não foi casado, nem teve descendentes, motivo este pelo qual não deixou herdeiros diretos.

Conforme colocam alguns moradores, a relação de Edson com os moradores da fazenda se dava sem conflitos, pois, este proprietário não cobrava abusivamente o valor da renda da terra, como também não era violento, nem costumava expulsar seus moradores. De acordo com o presidente da Associação dos produtores e agricultores do Assentamento Antônio Alves da Silva²²⁸ e outros entrevistados, a família Santa Cruz não cobrava exageradamente pela área arrendada.

Lígia M. Tavares da Silva²²⁹ ao referir-se a relação entre o proprietário da fazenda e os seus moradores coloca:

Segundo o Sr. João Irineu, a fazenda foi rapidamente povoada porque a renda cobrada sempre foi pouca, comparada a outras fazendas da região, e por isso, as pessoas ficavam bem melhor que em outros lugares, onde a renda cobrada era maior e por qualquer coisa se mandava embora os moradores. Na fazenda Santa Catarina não se mandava morador embora, sendo esse um dos motivos da fama do lugar, que o tornou atrativo para varias famílias, que para lá se dirigiram.

228 Entrevista com o agricultor Antônio Alves da Silva em setembro de 2013.

229 SILVA, Lígia Maria Tavares da. **Terra de morada:** diagnostico sócio-cultural do assentamento Fazenda Santa Catarina, Monteiro-Paraíba. Joao Pessoa: Para'íwa, 1997. p.14.

A relação de arrendamento entre o proprietário e seus moradores, era na percepção destes, justa. A partir dessa percepção dos próprios moradores podemos compreender que existiam traços de uma de economia moral, uma vez que a relação pautava-se em uma noção de que era o valor justo pela posse da terra.

Dessa forma mesmo se verificando a relação assimétrica entre proprietário e posseiros se verificava a existência de uma relação pautada na noção de justiça em relação a posse da terra e o valor a ser pago.

Falando sobre a fazenda, Antônio Alves da Silva enfatiza que “Santa Catarina era o apoio de quem não tinha terra”.

Tendo em vista as áreas de terras não possuírem fontes de água suficiente para atender as necessidades humanas e do criatório animal, essa fontes diversas, tais como tanques feitos em pedra, cacimbas, barreiros e até mesmo açude, eram utilizados por todos. Assim, o uso era comum e por sua vez responsabilidade de todos conforme coloca o agricultor Ozael Rodrigues de Freitas²³⁰.

Necessitando-se de manutenção todos se sentiam no dever de ajudar a fazer os serviços como limpar, cavar, cercar etc. essa prática da responsabilidade coletiva e da responsabilidade com essas fontes naturais, revela a prática de uma economia moral, uma vez que, todos se sentem no direito de viver utilizando os recursos naturais disponíveis e estabelecem relações que asseguram a estrutura desses meios para subsistência coletiva.

A BATALHA: EXERCÍCIOS COTIDIANOS DE RECIPROCIDADE

Ao se referirem ao trabalho na terra e as relações sociais que se estabeleciam os trabalhadores faziam menção a forma cooperação exercitada. Descreviam que por ocasião do preparo

230 Entrevista com Ozael Rodrigues de Freitas em julho de 2013.

da terra, momento em que antecedia o plantio, se fazia necessário preparar a terra com agilidade, assim recorriam a ajuda dos vizinhos, que mediante um convite feito previamente compareciam no dia programado e todos juntos realizavam a “limpa do mato”, ou seja, o preparo da terra. Essa forma de ajuda coletiva era denominada de “batalha”, conhecida em outras regiões rurais do país pelo nome de “mutirão”, mas que tem o mesmo sentido. Nessa forma de cooperação denominada “batalha” não tinha um número determinado de pessoas, variando de acordo com a necessidade, mas, em determinadas ocasiões chegava a ter quarenta pessoas trabalhando.

A iniciativa de realizar uma “batalha” partia geralmente do camponês que estava precisando da ajuda, que recorria aos vizinhos e os chamava para participar. No dia da realização aqueles que compareciam iniciavam o trabalho sob a orientação do dono do “roçado”, nome dado a área ser plantada. A responsabilidade da alimentação era do dono do roçado que se encarregava de preparar junto com a família da alimentação daquelas pessoas. Nessas ocasiões, sempre tinha uma bebida alcoólica, que conforme esclareciam servia para “animar”²³¹.

Por ocasião da colheita também se utilizavam da “batalha”, pois, se fazia necessário certa agilidade para realizar a colheita na época certa, assim, recorriam aos vizinhos.

Se realizavam “batalhas” para atender a necessidades de uma família, tendo em vista necessidades diversas, entre as quais as enfermidades, que impossibilitavam os responsáveis pela produção de realizar as devidas atividades. Para atender essas necessidades recorriam a “batalhas” tanto para planta quanto para colher conforme coloca o agricultor Manoel Amaro do Nascimento²³².

231 Entrevista com o agricultor Antônio Alves da Silva em setembro de 2013.

232 Entrevista com o agricultor Manoel Amaro do Nascimento em julho de 2013.

Não era raro uma “batalha” ser organizada para outros fins, pois, até mesmo para construir moradias recorriam a este tipo de ajuda. Rememoram assim, que diversas casas foram construídas como a ajuda dos vizinhos organizados na forma da “batalha”. Um exemplo bastante conhecido foi gravado por Luiz Gonzaga, com o título “Sala de rebouco”, composição de Zé Marcolino, um caririzeiro que conhecia os costumes da região e soube expressar muito bem na referida música.

Nessas ocasiões para além do trabalho, outras dimensões existiam, até mesmo como um momento lúdico, uma vez que os trabalhadores rememoram aquelas ocasiões das “batalhas” como momentos alegres.

Aquele camponês que foi beneficiado com a “batalha” ficava por sua vez, grato, aqueles que o vieram ajudar. Assim, se coloca a disposição para também ajudar a outros se necessário fosse em outras ocasiões. Essa relação dava origem a uma dívida por gratidão da ajuda recebida, se não obrigatória, mas esperada, norteadas pelo costume.

Existia na fazenda uma casa de farinha, local onde se fabricava a farinha a partir da mandioca. Todos os camponeses quando precisasse, podiam utilizar esse espaço, bastando para isso pagar um taxa de acordo com quantidade de farinha produzida. Essa taxa era denominada “conga” e era paga com uma parte da produção. Também por estas ocasiões a família era a principal mão-de-obra, entretanto também se recorriam a ajuda de vizinhos se necessário fosse.

Essa maneira de socialização, não acontecia tão somente em relação as atividades produtivas, mas, essa forma de reciprocidade acontecia também em outras esferas. Assim, no tocante a colheita, também essa troca se verificava, pois, em determinadas ocasiões um camponês sempre presenteava outros com os produtos do seu “roçado” tais como melancias, milho, feijão etc. Era costume quando algum camponês matava um bode, ou porco, presentear um vizinho com uma parte da carne. Aqueles que recebiam tais

coisas, sempre correspondiam em outros momentos, nem sempre com as mesmas coisas, mas, retribuíaam.

Essa forma de retribuição não estava tão somente associada à prática do trabalho ou coisas materiais, assim é, que falando sobre a relação com a vizinhança Expedito Pedro da Silva²³³ demonstra compreender como bom vizinho aquele que ajuda quando necessário. Mas, sobretudo aquele que age preservando a amizade. Assim se refere ao falar sobre os conflitos motivados pela criação de bodes e ovelhas que entravam nos roçados e destruíam a plantação. Expedito coloca, ainda, que o bom vizinho tomava a iniciativa de prender os animais e, em seguida, avisava ao vizinho para que este tomasse as devidas providencias.

Conforme colocou “o bom vizinho não ofende a ninguém”. Aqueles que não avisavam e de imediato maltratavam os animais, ou mesmo matava, não era considerado um bom vizinho, pois, não cumpriu as expectativas de avisar primeiramente. Isto demonstra a existência expectativa do comportamento amigável do vizinho, ao mesmo tempo em que essa expectativa se colocava como norteadora da reciprocidade. Assim, o comportamento era compartilhado e movido pela ação do outro, consolidando-se uma prática de troca não só de materialidades, mas, sobretudo de atitudes.

Para enfrentar suas dificuldades cotidianas esses camponeses desenvolveram formas de cooperação mediante as quais supriam suas necessidades no trato com as atividades produtivas. Essas formas de cooperação se exercitavam desde o espaço da produção, ocasião em que se envolviam grupos de camponeses e até mesmo, atitudes isoladas, momentos em que membros de uma família colaborava com outras seja com alimentos, empréstimo de animais e utensílios diversos.

A cooperação era norteadora pela noção de obrigação moral, a partir da qual estes camponeses se sentiam obrigados, pelo

233 Entrevista com Expedito Pedro da Silva em julho de 2013.

costume, a retribuir quando se fizesse necessário. Aqueles camponeses exercitavam formas diversas de cooperação e reciprocidade, o que contribuiu para sua organização comunitária e a sua reprodução social enquanto camponeses.

REFERÊNCIAS



ABREU, J. Capistrano de. 1853-1924. **Capítulos de história colonial:1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ABREU, Daisy B. de Lacerda. **A terra e a lei**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1983.

ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. **Moxotó brabo**: Aspectos histórico-sociológicos de uma região sertaneja – Pernambuco. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979.

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro et.al. (Org.). **Na memória da tradição**: fontes de informação em literatura de cordel. Campina Grande: EDUEPB, Editora da UFPB, 2016.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Tomo I e II, 3.ed., João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1997.

ALMEIDA, Eliene Amorim. (Org.). **Xucuru filhos da mãe natureza: uma história de resistência e luta**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 1997.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI; Emilia

Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias - Construções identitárias e sociabilidades**. V. II. São Paulo: UNESP, 2009.

ALMEIDA, José Américo de. **Um trimestre de Administração**. 1951.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p.163.

ANTONIO FILHO, Fadel Davi. Sobre a palavra “Sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). **Ciencia Geografica** – Bauru- XV. Vol. XV- jan/dez. 2011.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região**: Tramas político-econômicas. Campina Grande: EDUEFCG, 2006.

ATAS DO CONSELHO DE ESTADO. Segundo Conselho de Estado, 1823 – 1834. v. II. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1973.

BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana: subsídios para a história do agreste e sertão** – v.I. Recife: CEHM/FIAM, 1982.

BARBALHO, Nelson. **Caboclos de Urubá**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1977.

BARROSO, G. a origem da palavra ‘sertão’. **Boletim geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, V.52:401-403, junho de 1947.

BATISTA, Francisco de Assis. Tese de doutorado. UFCG. **Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900-1950)**. Campina Grande, 2010.

BATISTA, Francisco de Assis de. **Movimentos Sociais no Campo: o caso do STR de São Sebastiao do Umbuzeiro-PB**. Joao Pessoa: Imprell, 1997.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Coleção Nordeste em evidência. Recife, Editora ASA Pernambuco, 1985.

CAVALCANTI, A. Leite. **História de Garanhuns**. Recife: CEHM/FIAM, 1983.

CELSO MARIZ. **Apanhados Históricos da Paraíba**. 3.ed. Joao pessoa: gráfica a união, 1994.

COSTA, José Frágoso da. **À margem do meu riacho doce: tempos de fé e de paixão em terras da Paraíba**. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora TVJ, 2000.

CUNHA, A. G. (Org.). **Vocabulário da carta de Pero Vaz de Caminha**. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1964.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Ministério da agricultura, indústria e comércio. Recenseamento do Brasil, 1920.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA – 4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias, 1920.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1898.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1900.

DUARTE, Sebastião Moreira. **Do miolo do Sertão: a história de Chico Rolim contada a Sebastião Moreira Duarte.** João Pessoa: Grafset, 1988.

FERREIRA, Aderaldo. **Tradições ruralistas: marcas de gado, experiências, clima e outras histórias.** João Pessoa: Editora Universitária, 1999.p.31.

FERREIRA, Josué Eusébio. **Ocupação humana do agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru.** João Pessoa: Idéia, 2001.

FRANÇA, M. J. A. **Retrato escrito.** Recife/CEPE, 1993.

FREIRE, Antônio. O rio e o mar na formação da capitania. In: Mello, José Octavio de Arruda; Nobrega, Evandro; Aguiar, Wellinton; Rodrigues, Gonzaga. (Orgs.). **Capítulos de História da Paraíba.** João Pessoa: O Norte, 1987.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888.** João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930.** João Pessoa: Idéia, 1993.

GODOI, Emília Pietrafesa. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

GRAZIANO, J. *et al.* **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

GREGÓRIO, José. **Sertão perverso**. Campina Grande: Editora e Gráfica Santa Fé, 1967.

HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da capitania da Paraíba**. Apresentação e atualização ortográfica feita por Wellington Aguiar. João Pessoa: A União, 1982.

HERCKMAN, Elias. **Descrição geral da capitania da parahyba**. Revista do instituto archeologico e geographico pernambucano. Junho de 1886. Recife. Typographia industrial.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico e econômico de 1940.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo agropecuário – 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Recenseamento geral – Censos econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos serviços. 1940.

JANSEN FILHO. **Uma vida vivida em poesia**. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1989.

JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977.

JOFFILY, Geraldo Irineu. **Um cronista do sertão no século passado**. Campina Grande: Comissão Cultural do Município, 1965.

LEAL, José. **Vale de Travessia**. 2. ed. Campina Grande: Gráfica Santa Fé, 1993.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Adelândia Gouveia. Histórias e memórias de Serra Branca e seus distritos (santa Luzia do Cariri e Sucuru). In: BATISTA, Francisco de Assis Batista. (Org.). **Traços históricos e culturais do Cariri paraibano**. Joao Pessoa: 2012. p.127-129.

LIMA, Abdon Monteiro de. **Memórias de um vaqueiro cearense**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1982.

LINS, Etelvino. **Um depoimento político**. Episódios e observações. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1977.

MACIEL, José de almeida. **Pesqueira e o antigo termo de Cimbres**. Recife: Biblioteca pernambucana de historia municipal, Centro de Estudos de historia municipal 1980.

MARIANO SOBRINHO, Antônio. **Rio do Camará**. A epopéia de (mais) um século. João Pessoa: A UNIÃO Sup. de Imprensa e Editora, 1996.

MARIZ, Celso. **Através do Sertão**. Edição Fac-Similar. Mossoró: Fundação Vigt-un Rosado, 1999. (Col. Mossoroense, Série C).

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: A União, 1978.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência. A questão política no campo**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec. 1982.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora**. São Paulo: Ed. Camargo Soares, 1990.

MELO, Fernando. **João Pessoa**. Uma biografia. 2.ed. João Pessoa: Ideia, 2000.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina e outros poemas para vozes**. 34. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

MENEZES, José Rafael de. **O testemunho dos bem nascidos**. Recife: Bagaço, 1997.

MENEZES, José Rafael de. **A geração de 45**. João Pessoa: A UNIÃO Editora, [s.d.]

MOREIRA, José de Alencar Nunes; SANTOS, Robério Ferreira dos. **Origem, crescimento e progresso da cotonicultura no Brasil**. Campina Grande: EMBRAPA, 1994.

NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro togado: fatos históricos de Alagoa do Monteiro**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997. p.65-66.

NUNES FILHO, Pedro. **Cariris Velhos: passando de passagem**. Recife: Liber, 2008.

OCTÁVIO, José. **História da Paraíba. Lutas e resistência.** João Pessoa: UFPB,1996.

OLIVEIRA, Claudia dos Santos; BATISTA, Ionete; PEREIRA, Maria das Graças. Amparo. In: BATISTA, Francisco de Assis Batista. (Org.). **Traços históricos e culturais do Cariri paraibano.** Joao Pessoa: 2012. p.30.

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil: Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817).** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PINTO, Luís. **Síntese histórica e cronológica da Paraíba (1501-1952).** Rio de Janeiro: Minerva, 1953.

RAFAEL, Rita Albino. **Sumé que eu trago na memória.** João Pessoa: Imprima, 2003.

RIETVELD, Joao Jorge. **A herança de Manoel Monteiro: duzentos anos de Igreja Católica em Monteiro (1800-2000).** João Pessoa: Imprell, 2002.

RIETVELD, João Jorge. **Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro.** João Pessoa: Imprell, 1999.

RIETVELD, João Jorge. **Centenário de Camalaú, 1895-1995.** João Pessoa: Gráfica Jaraguá, 1996.; NUNES FILHO, Pedro. **Cariris Velhos: passando de passagem.** Recife: Liber, 2008.

RIETVELD, João Jorge. **A terra da mulher que rezava: fragmentos dos 100 anos de história de São João do Tigre – Paraíba, 1895 – 1995.** João Pessoa: Gráfica Jaraguá, 1995.

SÁ, Ariane Norma de Menezes; MEDEIROS, Maria do Céu. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

SÁ, Ariane Norma de Menezes; MEDEIROS, Maria do Céu. **Escravos, livres e insurgentes Parahyba (1850-1888)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

SABOURIN, Eric. Camponeses e fundos de pasto no Nordeste da Bahia. In: GODOI; Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias – Construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: UNESP, 2009.

SANTANA, Yonne Rabello A. de. **O diário no tempo (memórias)**. Recife: Editora Universitária, 1988.

SCOTT, J.C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Tradução de Jorge Aguilar Mora. México, D.F.: Edições Era, 2000.

SILVA, Maria Genilda da et. all;. Monteiro. In: BATISTA, Francisco de Assis Batista. (Org.). **Traços históricos e culturais do Cariri paraibano**. Joao Pessoa: 2012.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. **Terra de morada**: diagnóstico sócio-cultural do assentamento Fazenda Santa Catarina, Monteiro-Paraíba. Joao Pessoa: Para'iwa, 1997.

SOARES, Luiz Eduardo. **Campesinato: ideologia e política**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

SUASSUNA, Raimundo. **Memórias**. João Pessoa: GGS Gráfica e serviços, 1979.

SZMARECSANYI, Tamás; QUEDA, Oriosvaldo. **Vida rural e mudança social**. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

TAVARES, João Lira. **Apontamentos para a história territorial da Paraíba**. Volume CCXLV, (edição fac-similar). Mossoró: Centro gráfico do senado federal, 1982. (Col. Mossoroense).

TERRINCA, Frei Bento de. **Um anjo do Brasil: Frei Caetano de Messina**. Recife: [s.n.], 1939.

WELLEN, Aloys I. **O Regresso: o caso do povo Xucuru do Ororubá**. João Pessoa: Editora Manufatura, 2002.

WILSON, Luís. **Ararobá, lendária e eterna: notas para história de Pesqueira**. Pesqueira: Prefeitura Municipal, 1980.

ANEXO

**RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS
DE ALAGOA DO MONTEIRO E
SUB-REGIÃO EM 1920**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO
DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

RECENSEAMENTO DO BRAZIL

Realizado em 1 de Setembro de 1920

Relação dos proprietarios
dos
ESTABELECIMENTOS RURAES RECENSEADOS
NO
ESTADO DA PARAHYBA



RIO DE JANEIRO
TYP. DA ESTATISTICA
1920

Foram recenseados no Estado da Parahyba 18 378 estabelecimentos ruraes, assim distribuidos pelos seus 39 municipios :

MUNICIPIOS	Numero de estabelecimentos
Alagôa do Monteiro	702
Alagôa Grande	247
Alagôa Nova	586
Araruna	263
Areia	654
Bananeiras	348
Brejo do Cruz	374
Cabaceiras	699
Cabelello	25
Caiçara	383
Cajazeiras	267
Campina Grande	1 374
Catolé do Rocha	675
Conceição	215
Espírito Santo	160
Guarabira	798
Ingá	461
Itabayanna	472
Mamanguape	164
Misericórdia	472
Parahyba	202
Patos	414
Pedras de Fogo	65
Piancó	1 175
Picuí	1 157
Pilar	289
Pombal	351
Princeza	644
Santa Luzia do Sabugv.	553
Santa Rita	56
São João do Cariry	988
São João do Rio do Peixe	142
São José de Piranhas	474
Serraria	330
Soledade	327
Souza	428
Taperoá	280
Teixeira	445
Umbazeiro	709

Alagôa do Monteiro

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
1 Francisco Candido de Mello Falcão	Sítio Limão
2 Rogaciano de Alcântara Guerra	São João
3 Alípio de Alcântara Guerra	Caçarinha
4 Feliciano José dos Santos e outros	Mulungú
5 Amancio Ferreira e outros	Espírito Santo
6 Antonio Moreira da Silva	Catolé
7 Manoel F. da Silva e outros	Serra Branca
8 Joaquim H. Villela e outros	»
9 Seveiano José Cordeiro e outros	Queimadas
10 Ignacio Ferreira da Costa	Militão
11 Epaminondas da Silva Azevedo	Sítio Delicias
12 Manoel Felix da Silva	Cacimba deCima
13 José Geraldo de Lima	Queimadas
14 Pedro Moreira da Silva e outros	Pocinhos
15 Aristides Pessoa da Silva	Barra Verde
16 João Francisco Gomes	Mirador
17 Manoel Teixeira Dias	Barreiros
18 Joaquim Alves Pereira	Aroeiras
19 João Tenorio da Silva	»
20 José Ferreira da Silva	»
21 Vicente Gomes Monteiro	»
22 José Francisco Ferreira	Tapagem
23 Jeronymo Raphael Soares	Barra Verde
24 Abílio Pereira Lima	Espírito Santo
25 João Muniz de Farias	Olho d'Aguinha
26 Luiz Henrique	Serrote
27 Miguel Francisco	»
28 Manoel Mauricio	»
29 Manoel Ferreira e herdeiros	»
30 Francisco Raphael Soares	»
31 Cosme Ferreira da Costa	»
32 Silvino Pires	Juremas Pretas
33 Francisco Felix Barbosa	Cacimba de Cima
34 Joaquim Felix Barbosa	» » »
35 José Remigio	» » »
36 João Remigio	» » »
37 Joaquim Pereira	Olho d'Aguinha
38 João Francisco do Nascimento	Limpo Branco
39 Romualdo Mendes de Andrade	Angico
40 Manoel Raphael Soares	»
41 Miguel Pedro da Silva	Alagôa Grande
42 Vicente Ferreira Lins.	» »
43 Manoel Monteiro da Silva	» »
44 José Bezerra	» »
45 Miguel Venancio	» »
46 José Felix	» »
47 Floriano Baptista	» »
48 João Baptista Espinola	» »
49 José Leopoldino dos Reis	» »
50 Leopoldino José da Silva	Araçá
51 Domingos Duque	Malhada da Pedra
52 Joaquim Teixeira	Malhada Vermelha
53 Francelino Bolé	»
54 José Flôr	Garapa
55 Nilo Feitosa Ferreira Ventura	»
56 Francisca Paraguay e outros	Paraguay
57 Antonio Mendes de Andrade	Lambedor e Angico

Alagôa do Monteiro

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
115 Joaquim Feliciano da Silva e outros	Ramada
116 Miguel Rodrigues da Costa	Varzea do Uicú
117 Estanislau José da Silva	Palmatorias
118 Cicero Mariano e outros	»
119 Antonio Alves Facundes	Fazenda Nova
120 Candido B. Cavalcanti	Cajueiro
121 Pedro Bezerra da Silva Leal	Floresta
122 João I. de Oliveira	Santa Cruz
123 Candida M. da Conceição	»
124 Manoel Sevetiano Barbosa e outros	Pedras Brancas
125 João Evangelista da Silva	Água Branca
126 Manoel Marcolino da Silveira	São Louenço
127 José de Mello	»
128 Marcos E. da Silva	Brédos
129 Severino de Albuquerque Barros	Capoeiras
130 Maria Joaquina da Conceição	Angiquinho
131 Manoel Gomes da Silva	»
132 José Francisco Monteiro	»
133 Anastacio Guedes e Silva	»
134 João Figueira da Silva	»
135 Isaias B. do Nascimento	Sant'Anna
136 Betho R. de Miranda	Barros
137 José Clementino da Silva	»
138 Antonio Bezerra de Miranda	»
139 Antonio Ribeiro Leite	Muro Fechado
140 João Baptista Evangelista	Laranjeiras
141 Abdon Ferreira de Souza	Gonçalo
142 João Severino	»
143 Manoel Vieira Nascimento	»
144 João Ricardo Miranda	Timotheo
145 Napoleão Bezerra	Sítio Novo
146 Ezequiel Propheta	Furna d'Água
147 Maria Alves dos Santos	Cumpaity
148 Braziliano Caldeira	Riacho do Meio
149 Pedro Ricardo de Miranda	Pau Ferro
150 Luiz Bezerra da Silva	»
151 Coidero Ricardo de Miranda	»
152 Francisco Mauricio	»
153 José Rufino Catôta	»
154 Antonio Francisco Bezerra	Carnaúbinha
155 José Francisco do Nascimento	Sítio do Meio
156 Manoel José de Lima	»
157 Mariano Louenço	»
158 Sevetiano F. Monteiro	»
159 Cicero B. da Silva	»
160 José Alves da Silva	»
161 Bento da Silva	Rancho do Negro
162 Ananias B. da Silva	»
163 Francisco Vianna	Mamocero
164 Umbellina M. da Conceição	»
165 Francisco Amador de Mello	Água Branca
166 Candido José Ferreira	Olho d'Água
167 João Ferreira Mendes	»
168 Antonio José da Silva Quixabeira	»
169 Florentino R. de Freitas	»
170 Francisco A. Bezerra	Bôa Esperança
171 Manoel B. Duarte	»

Alagôa do Monteiro

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
172 Horacio Vianna	Roça Velha
173 Valerio Bezerra da Silva	Barra Nova
174 José Lourenço	Cacimba Nova
175 Napoleão Bezerra Santa Cruz	Jatobá
176 Dr Arthur Santa Cruz Oliveira	Santa Catharina
177 João Francisco da Silva	Mocós Velho
178 Cyrillo Bispo de Queiroz	Lagôa do Matto
179 Albino Abreu de Souza	Mocós
180 Sebastião José Felipe.	Mocós Velho
181 Sabino Agostinho dos Santos.	Baixa Funda
182 Anisio Martins dos Santos	Bom Jesus
183 Pedro Antonio de Carvalho	Tinguy
184 Antonio Felipe S. Oliveira	»
185 Pedro Bezerra da Silva	Varzinha
186 Pedro Pereira da Silva	Tinguy Velho
187 Jeronymo Francisco Leite	Mocós
188 Alfredo Rodrigues Vianna	Cacimbinha
189 José Bezerra da Silva	Olho d'Agua do Netto
190 Anna Rodrigues .	Gamelleira
191 Manoel Bezerra dos Santos	Paraizo
192 Firmino Martins dos Santos	Poço de Baixo
193 Joaquim Belchior de Mello	Camação
194 Manoel Raphael e outros	Cachoeira
195 João Marianno Bezerra .	Tinguy de Cima
196 João Severiano de Mello	Lagôa do Tinguy
197 Aleixo Estevão da Costa.	Cacimbinha
198 Laurentino Martins dos Santos	Poço de Pedra
199 João Martins dos Santos	Poço de Baixo
200 Bernardo Bezerra dos Santos	Poço de Pedra
201 Maria Leopoldina dos Santos	Riacho do Meio
202 João Thomaz de Aquino	Mocós
203 José Fernandes da Silva	»
204 Antonio Bezerra Lavandeira	Tinguy
205 Anna Maria da Conceição	Varzinha
206 José Dionysio de Souza	Tinguy
207 Manoel Saboio Liberal	»
208 Firmino Alves de Souza	Mocós
209 Antonio Baptista de Lima	Fundão
210 Ignacio Francisco Maciel .	Caiçara
211 Bernardo Francisco Maciel	»
212 José M de Lima	Olho d'Agua dos Caboclos
213 Antonio F de Andrade	» » » »
214 Terto Borges da Silva . .	» » » »
215 Gedção F. da Costa	Amparo
216 Virtuosa N de Britto	»
217 Elydio J de Assumpção.	»
218 Lourenço Ferreira de Britto	»
219 Izidro Nery de Britto	»
220 Cecília M da Conceição	»
221 Pedro José Macena	»
222 José M Ferreira	»
223 Francisco Ferreira	»
224 Izidro Alves Cerqueira	Pocinhos
225 Paulino Soares da Silva	Pedra da Bicha
226 Firmino Alves Siqueira	» » »
227 Secundino Alves de Britto	» » »
228 Florentino Alves de Siqueira	» » »

Alagôa do Monteiro

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
229 Florentino Alves de Siqueira Netto	Pedra da Bicha
230 Dr Franklin Dantas C Góes	Pedro II
231 Constancia A Dantas	São Paulo
232 Sergio Dantas Correia de Góes	» »
233 Jacintho Dantas de Jesus	» »
234 Estephanio A Dantas	» »
235 Juvenal José da Rocha	Olho d'Agua
236 Antonio Tavares de Souza	» »
237 Manoel Soares da Silva	» »
238 Joaquim da Silva,	» »
239 Joaquim R Ferreira	Boi Velho
240 Antonio Sebastião do Nascimento	» »
241 Pedro B F Vianna	» »
242 Antonio Pedro de Araujo	Pantalcão
243 Juventino José da Rocha	» »
244 Luiz Bernardo de Menezes	» »
245 Liberato Ferreira da Silva	» »
246 Firmino Monteiro da Silva	» »
247 Placido de Mello	» »
248 Franklin das Chagas	» »
249 Isaac Ferreira de Araujo	» »
250 Francisco A J dos Santos	Bôa Vista
251 José Aleixo de Souza	» »
252 Francisca Maria Conceição	» »
253 Agostinho Pereira de Moura	» »
254 Maria Lucas Patriota	» »
255 Josué Nunes Ferreira	» »
256 Manoel A. Ferreira	» »
257 Bernardo Nunes Filho	» »
258 Marianno José de Oliveira	» »
259 Alexandrino M da Rocha	» »
260 Amaro Ignacio Nunes	» »
261 Dario Joaquim dos Santos	» »
262 Felizardo Nunes Ferreira	» »
263 Benicio Nunes de Farias	» »
264 Antonio Alexandre	» »
265 Antonio Nunes de Farias	» »
266 Napoleão Paz de Lyra	» »
267 Valerio Francisco Falcão	São Francisco
268 Angelo Anastacio da Silva,	» »
269 Victorino Quincas de Oliveira	Bôa Sorte
270 José Quincas de Oliveira	» »
271 Miguel Santa Cruz	» »
272 Cicero Nunes de Farias	Matarina
273 Victor Nunes Coideiro	Fio IX
274 Jesuino Bezerra de Oliveira	Prata
275 Alipio Lindolpho da Silva	» »
276 Julio S de Vasconcellos	» »
277 Joaquim Monteiro da Silva	» »
278 Vicente Nunes de Souza	» »
279 Manoel Italiano da Silva	» »
280 Marcionilio N de Souza	» »
281 Clementino Paula Farias	Canã
282 José Gonçalves de Lima	» »
283 João Aleixo Bezerra	City
284 Sulpino Rodrigues Freitas	Mandacari
285 José Libanio Ribeiro	Ipoeira do Poço

Alagôa do Monteiro

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
229 Florentino Alves de Siqueira Netto	Pedra da Bicha
230 Dr Franklin Dantas C Góes	Pedro II
231 Constancia A Dantas	São Paulo
232 Sergio Dantas Correia de Góes	» »
233 Jacintho Dantas de Jesus	» »
234 Estephanio A Dantas	» »
235 Juvenal José da Rocha	Olho d'Agua
236 Antonio Tavares de Souza	» »
237 Manoel Soares da Silva	» »
238 Joaquim da Silva	» »
239 Joaquim R Ferreira	Boi Velho
240 Antonio Sebastião do Nascimento	» »
241 Pedro B F Vianna	» »
242 Antonio Pedro de Araujo	Pantalcão
243 Juventino José da Rocha	»
244 Luiz Bernardo de Menezes	»
245 Liberato Ferreira da Silva	»
246 Firmino Monteiro da Silva	»
247 Placido de Mello	»
248 Franklin das Chagas	»
249 Isaac Pereira de Araujo	»
250 Francisco A J dos Santos	Bôa Vista
251 José Aleixo de Souza	» »
252 Francisca Maria Conceição	» »
253 Agostinho Pereira de Moura	» »
254 Maria Lucas Patriota	» »
255 Josué Nunes Ferreira	» »
256 Manoel A. Ferreira	» »
257 Bernardo Nunes Filho	» »
258 Marianno José de Oliveira	» »
259 Alexandrino M da Rocha	» »
260 Amaro Ignacio Nunes	» »
261 Dario Joaquim dos Santos	» »
262 Felizardo Nunes Ferreira	» »
263 Benicio Nunes de Farias	» »
264 Antonio Alexandre	» »
265 Antonio Nunes de Farias	» »
266 Napoleão Paz de Lyra	» »
267 Valerio Francisco Falcão	São Francisco
268 Angelo Anastacio da Silva	» »
269 Victorino Quincas de Oliveira	Bôa Soite
270 José Quincas de Oliveira	» »
271 Miguel Santa Cruz	» »
272 Cicero Nunes de Farias	Mataina
273 Victor Nunes Cordeiro	Pio IX
274 Jesuino Bezerra de Oliveira	Prata
275 Alípio Lindolpho da Silva	»
276 Julio S de Vasconcellos	»
277 Joaquim Monteiro da Silva	»
278 Vicente Nunes de Souza	»
279 Manoel Italiano da Silva	»
280 Marcionilio N de Souza	»
281 Clementino Paula Farias	Canã
282 José Gonçalves de Lima	»
283 João Aleixo Bezerra	Oity
284 Sulpino Rodrigues Freitas	Mandacariú
285 José Libanio Ribeiro	Ipoeira do Pogo

Alagôa do Monteiro

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
286 Adolpho Mayer Samuel	Firmeza
287 Francisco B R. de Deus	Cincho
288 Manoel D de Carvalho	Alexandria
289 Miguel Cypriano da Silva	Brava
290 Pedro Cypriano da Silva	Aroeiras
291 Antonio Feliciano da Silva	Lagôa do Vaqueiro
292 José Gabriel dos Santos	Pinhões de Cima
293 Sabino Gonçalves de Oliveira	Finhões do Mico
294 Pedro Pereira de Gouveia	Pinhões Velho
295 Fausto Raphael da Cruz	Pinhões
296 Francisco B de Sant'Anna	Chorão
297 Lourenço A Gouveia	Laguinhos
298 José Florencio da Silva.	Ingá
299 Sizenando Raphael de Deus	Retiro
300 Esperidião José de Souza	»
301 Marianno Baptista de Sant'Anna	Varzea da Roça
302 Marianno Barbosa	» » »
303 Joaquim F Santiago	» » »
304 José Geraldo de Sant'Anna	» » »
305 Innocencio B de Macedo	Jacú
306 Tiburcio V. de Barros	»
307 José Francisco da Rocha	Cutay de Baixo
308 João Argemiro de Souza	Cutay de Cima
309 Francisco Palmyro de Souza	Junco
310 Rufino Antonio da Silva	Carahybeira
311 João Rufino da Silva	»
312 José Francisco da Costa	Banquinho
313 Manoel Severo de Macedo	»
314 Antonio Gomes de Freitas	Geremum
315 Sizenando R de Deus	»
316 Galdino Marques Lima	»
317 Honorio Ferreira Quintaes	Carahybeira
318 Ivo de Lima Chaves	»
319 Ignacio Cesario de Lima	»
320 Manoel Cajixto Alves	»
321 José Monteiro de Lima	Tortão
322 Manoel Soares da Silva	Riacho de Forteiras
323 Antonio Fernandes de Lima	» » »
324 José Alexandre de Mello	» » »
325 Alexandre José de Mello	» » »
326 Manoel Alves Campos	Malhada da Pedra
327 José Joaquim da Silva	Conceição
328 Antonio Andrade de Souza	»
329 José Alves de Souza	»
330 Octaviano B Japiassú	Roçado do Matto
331 André B Japiassú	Princeza
332 Marianno Japiassú	Olho d'Agua do Joá
333 Sizenando Raphael de Deus	Fazenda Feijão
334 Antonio Mello da Silva	Varzea do Estevão
335 Antonio Bento da Silva	» » »
336 Francisco José da Silva	Bôa Vista
337 Fortunato Reynaldo do Rego	Salgadinho
338 Maria Francisca de Jesus	Riacho de Porteiras
339 Silvino Ferreira de Freitas.	Lapa
340 Hugo de Santa Cruz Oliveira	Riachão
341 André Medeiros de Freitas & Irmãos	Carnaúba
342 Napoleão Bezerra da Silva	Varzea

Alagôa do Monteiro

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
343 Leopoldina Rita da Conceição	Galdino
344 Theophilo Rodrigues de Freitas	Sítio do Mello
345 Leoncio Aleixo do Nascimento	» » »
346 Esperidião B da Silveira e outros	Cabeça de Boi
347 José Agostinho e outros	Joá
348 Manoel Gonçalves de Lima	Caxingó
349 Estevão Nery e outros	»
350 Manoel Ramos dos Santos Lima	»
351 João Baptista Reynaldo	Amparo
352 Adolpho Mayer Samuel	Olho d'Agua do Cunha
353 Di Augusto Santa Cruz Oliveira	Areal
354 Amaro V Ferreira e outros	Vaizea Nova
355 Maximo de Sá Cavalcanti	Banancinas
356 Felinto Simas de Araujo	Olho d'Agua Branco
357 Francisco O de Souza	Recanto
358 Bertholdo Gregorio de Souza	»
359 Alipio Leite Nogueira	Abertos
360 Rufino Francisco de Mello	Conceição
361 Ananias Francisco de Mello	»
362 José Gomes de Araujo	Angico Tonto
363 Marciano José de Oliveira	Tigre
364 Francisco Rodrigues Maciel	Poço do Boi
365 Cicero Francisco de Macedo	Chique Chique
366 José Severo de Macedo	Barriguda
367 Cicero de Souza Araujo	Volta do Rio
368 Pedro Baptista Gonçalves	Maracajá
369 Alfredo Mayer de Freitas	Senote Agudo
370 Emygdio de S Rollim	São Thomé
371 Manoel Divino Ferreira	Pau d'Arco
372 José Braz de Macedo	Alagôa
373 João Gregorio de Souza	Riacho da Roça
374 Manoel Paulino de Souza	» » »
375 Isaias Ferreira Xavier	Varzea do Matta Pasto
376 Rufino Antonio da Silva	Olho d'Agua do Padre
377 Manoel Rouxinol da Silva	Terra Vermelha
378 Lourenço Simões do Nascimento	Poço Escuro
379 Severino Simões do Nascimento	Sítio das Banancinas
380 Pedro Soares da Silva	Logradouro
381 Marciano José de Oliveira	Gregorio
382 » » » »	Pedra d'Agua
383 Manoel Baptista Brandão	Santo Agostinho
384 Paulo de Souza Braz	Lagôa da Colna
385 Antonio Francisco da Silva	Cachocira do Gregorio
386 Bento Mendes Cajumbá	Santa Rosa
387 Manoel Rodrigues de Abreu	Pau Feiro
388 Francisco Baptista Gonçalves	Formigueiro
389 João Paulino de Souza	Juema
390 José Pereira de Andrade	»
391 Agostinho Braz de Macedo	Pedra Comprida
392 Joaquim Nunes Pereira	Cinco Vaccas
393 Justino Ferreira de Macedo	» »
394 João Campos de Oliveira	» »
395 Pedro Joaquim Sobral	Poço da Pedra
396 Francisca Maria da Conceição	» » »
397 Manoel Ignacio da Silva	» » »
398 Lino de Farias Freitas	» » »
399 Lucindo Ferreira Quintaes	Casa de Pedra

Alagôa do Monteiro

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
400 Jovino Ferreira Leite	Riacho do Cariry
401 Maria Justina da Conceição	Graviel
402 Florentino Correia Neves	»
403 Napoleão Ferreira de Britto	Olho d'Água dos Caboclos
404 José Grande Ferreira	» » »
405 José Amancio M. Marajá e outros	Mulungú
406 Manoel Gomes Pessôa	Riacho da Roça
407 Antonio Dudú	Sítio Paraizo
408 João Jesuino Teixeira Ramos	Fazenda BARRAS
409 Pedro de Britto Cavalcanti	Sacco da Serra
410 Francisco José Pereira	Cacimbas
411 Henrique Pires Oliveira	Fazenda Cacimbas
412 Antonio Avelino de Souza	Sítio Jardim
413 João Baptista Carvalho	Jardim
414 Rita Rodrigues do Rosario	»
415 Maria F. F. Ventura	Sítio Umbuzeiro
416 Joaquim Costa	Umbuzeiro
417 Franklin B. Neves	Umbuzeiro, Angico e Logradouro
418 Sebastião Bezeira de Medeiros	Umbuzeiro e Angico
419 Arthur Costa Leitão	Umbuzeiro
420 Francisco Borges de Freitas	Fazenda Capitão Mói
421 Vicente Pedro Ferreira Ventura	» Viçia
422 Francisco André Rego Barros	» Boa Sorte
423 Saturnino Francisco Santos	Salão
424 Miguel Ferreira Alves Feitosa	Fazenda Monteiro
425 José da Costa Burrego	Sítio Salgado
426 Nilo Feitosa Ventura	Dois Riachos
427 Alfredo Teixeira Lins	Estrella d'Alva
428 João Joca de Oliveira	» »
429 Joaquim Pinto Bezerra	Fazenda Estrella d'Alva
430 Pedro da Silva Lima	Pitombas
431 José Fernandes da Silva Lima	»
432 Manoel Corrêa de Sant'Anna	Fazenda Pitombas
433 Manoel de Souza Lima	Pitombas
434 José Bazilio de Souza	»
435 José Rodrigues Freitas Zeco	Fazenda Deserto
436 Maria M. Gallindo Ventura	Deserto
437 João Vicente Bezerra Neves	São Francisco
438 José Zeferino Bezerra das Neves	» »
439 Manoel Vicente das Neves	» »
440 Manoel Zeferino das Neves	» »
441 Luiz Feitosa Maciel	» »
442 Leonel José das Neves	» »
443 Balthazar Ferreira dos Santos	Zabelê
444 Manoel Martins da Silva	»
445 Miguel Domingos do Nascimento	»
446 Theophilo Pereira Gonçalves	Tanques
447 Raymundo Fernandes de Almeida	Zabelêzinho
448 Vicente de Almeida Pires	»
449 Maria Felícia de Almeida	»
450 Vicente Gomes de Almeida Neves	»
451 Rosa Cordeiro de Almeida	»
452 Januatio Alexandrino da Silva	Santa Clara
453 Severino de Souza Lima	» »
454 Antonio Pereira de Souza	» »
455 Joanna da Silva Lima	» »
456 Antonio Gomes Ferraz	Sant'Anna

Alagôa do Monteiro

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
457 Aggripino Gomes Ferraz	Sant'Anna
458 Vicente Gomes Ferraz	»
459 Joaquim Gomes Ferraz	»
460 Sebastiana Gomes Ferraz	»
461 Manoel Jesuino Teixeira	»
462 Elyscu da Costa Leitão	Bôa Vista
463 José Bezerra Alberto	»
464 José Paes de Almeida Peres	Riacho do Meio
465 Joaquim Rodrigues de F. Primo	»
466 Manoel Leonar do da Silva	»
467 Manoel Ferreira Callado	»
468 Aureliano José de Almeida	»
469 Manoel Alvino de Oliveira	»
470 Vicente Ferreira de Sant'Anna	Bateiras
471 Bernardino José das Neves	»
472 José Rodrigues das Neves	»
473 José Bezerra Lins	»
474 Vicente Theodoro	»
475 José Seraphim da Silva	»
476 Jeremias Bezerra Albeiro	»
477 Joaquim Antonio Ferreira	»
478 Felix Norberto de Almeida Peres	Zabelózinho
479 Manoel Pereira Gonçalves	Tanques
480 Antonio Pereira Gomes	»
481 Waldevino Tavares	Santa Luzia
482 Joaquim Bezerra da Silva	»
483 Misael Henrique Vasconcellos	»
484 José Jesuino Teixeira	Seitinha
485 José Theotônio da Silva	»
486 Izidoro Francisco Pereira	»
487 Francisco Antonio da Silva	Divisão
488 Vicente Alves Feitosa	»
489 Francisco Baptista da Silva	»
490 Antonio Guedes de Lima	Cabeça de Porco
491 Pedro Theodoro do Nascimento	»
492 José Guedes de Lima	»
493 Joaquim Feitosa Filho	Sustuarana
494 Joaquim Feitosa Maciel	»
495 Firmino Feitosa Maciel	»
496 Cosme Pereira dos Santos	Curracs
497 Joaquim Malaquias Baptista	Ramada
498 Possidonio Sebastião da Silva	»
499 Antonio Vicente da Silva	»
500 Laurentino Malaquias Baptista	»
501 Manoel Gomes de Matia	Capoeiras
502 João C. R. de Freitas	Sítio Wenceslau
503 José T. Ribeiro	Angico
504 Bento A. Maciel	»
505 Eduardo F. Maciel	»
506 Antonio R. M. da Silva	»
507 João V. da Silva	»
508 José P. Pereira	»
509 José A. da Silva	»
510 Francisco Cazusa	»
511 Tobias P. da Silva	»
512 José L. da Silva	»
513 João F. de Amorim	»

Alagôa do Monteiro

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
514 Sebastiana R da Encarnação	Angico
515 João J da Silva	»
516 Rosalina M da Conceição	»
517 Pedro F do Nascimento	»
518 Leonor V da Conceição	»
519 Justo R de Assumpção	Sítio Santo Antonio
520 Antonio P de Sant'Anna	Santo Antonio
521 José H Bispo	»
522 Plácido B Feitosa	Fazenda Santo Antonio
523 Amelia M de Menezes	Santo Antonio
524 Izidoro J da Silva	»
525 Vicente B Feitosa	»
526 João F de Oliveira	Sítio Focinho
527 Manoel B da Silva	» Camaleão
528 Guilhermino J da Silva	Camaleão
529 Antonio V Tavares	Sítio Julião
530 Pedro R de Freitas	» Riacho do Meio
531 Maria F da Conceição	» Filões
532 Estanislau Torquato	Filões
533 Aureliano M Ferreira	»
534 Francisca D de Freitas	Sítio Boa Vista
535 Alfredo J da Silva	» Papagaio
536 Melchades P de Barros	» Ipeira do Rancho
537 Quitéria R do Amor Divino	Ipeira do Rancho
538 Gedeão Campos da Silva	»
539 Manoel L da Silva	»
540 Francisco F de Araújo	Sítio Mão Beijada
541 Manoel Domingos	Mão Beijada
542 Victorio J do Nascimento	»
543 Saturnino J do Nascimento	»
544 José G do Nascimento	»
545 Manoel G da Silva	Sítio Balança
546 Rita M de Freitas	Balança
547 Francisco P de Barros	»
548 Laurentino X de Araújo	»
549 Manoel V Filho	»
550 João R de F Filho	Fazenda Balança
551 Manoel R de Freitas	Balança
552 Antonio G Gomes	»
553 José P. das Neves	»
554 Sebastião G Gomes	»
555 Guilherme Ferreira da Silva	Conceição
556 Domingos C da Costa	Jeburú
557 Manoel Cyriaco R. Freitas	São Thiago
558 Estanislau R F Ventura	Braúmel
559 Augusto Rodrigues de Freitas	Foço Escuro
560 Vicente Saturno Bezerra	Cajuero
561 Estanislau Carvalho Ventura	Briguda
562 Pedro Honorio de Souza	Berra de Cacimbas
563 Augusto Rodrigues de Freitas	»
564 Estanislau R S Ventura	»
565 » » » »	»
566 José Candido M Dias	Irgá
567 Ignacio Alves de Torres	»
568 Plácido Bispo Feitosa	»
569 Vicente Cordeiro Dias	Nilitão
570 José Bezerra Villa Nova	Santa Maria

Alagôa do Monteiro

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
571 Manoel Ferreira da Costa	Santa Maria
572 João Alves de Torres	Cipó
573 Antonio Severino Barbosa	»
574 Francisco Antonio dos Santos	»
575 Manoel Marianno	»
576 Felix Ferreira Raposo	»
577 José Rufino Bezeira	Santa Cruz
578 Antonio Verissimo Duarte	» »
579 Maria Ferreira Ventura	Serrinha
580 Herculano José da Silva	Baraúnas
581 Herdeiros de Vicente Bento	»
582 Theophilo José de Mello	»
583 Herdeiros de Felix Marques	»
584 Antonio José de Oliveira	Coelho
585 Herdeiros de José da Costa Oliveira	Salgadinho
586 Maria Joaquina da Conceição	»
587 Vicente da Silva Cuvello	»
588 Manoel Cesario Lima	Madeiras
589 João R. de Freitas Sobrinho	»
590 Thomaz Bispo Villa Nova	»
591 José Ferreira Campes	»
592 Vicente Cesario Lima	»
593 José Theodoro Chaves	Ipoeiras
594 Francisco Chaves Ventura	»
595 Salvino Bezeira Leite	»
596 Henrique Martins Chaves	»
597 Francisco Martins Chave	»
598 Herdeiros de Joaquim Alves	Porteiras
599 Manoel Felipe da Silva	»
600 Herdeiros de Francisco José de Sant'Anna	Volta
601 Severiano Soares Ribeiro	Conceição
602 Amaro Travassos	»
603 Domingos Ferreira Lopes	Malhada da Pedra
604 Nominando Miguel Ferreira Firmo	Caroá
605 Herdeiros de José de Mello Albuquerque	Corredor
606 Firmino Joaquim de Mello	Sítio do Meio
607 Vicente Ferreira Santiago	» » »
608 Manoel Lucio Ferreira	» » »
609 Herdeiros de José Antonio Santiago	» » »
610 Francisco Justino do Nascimento	» » »
611 Manoel Francisco Barbosa	Roga Velha
612 José Rodrigues de Almeida	Caçara
613 Herdeiros de Anna Bezeira Pequim	»
614 Francisco Bezeira Moreno	»
615 João Corrêa de Araujo	Corredor
616 Maria Francisca da Conceição	»
617 Antonio Corrêa da Silva	»
618 Manoel Alves Feitosa	»
619 Francisco Alves Feitosa	»
620 Marianno Alves Feitosa	Raposa
621 Manoel Duarte Pinheiro	»
622 Francisco Alves Feitosa	»
623 Honorio Ferreira Quintaes	Caçara
624 Izidoro Ferreira Jurema e outros	Quimquim
625 João Baptista Ferreira da Costa	Sítio do Meio
626 José Ferreira da Costa	» » »
627 Manoel Joaquim de Mello	» » »

Alagôa do Monteiro

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
628 Antonio Pereira dos Santos	Sítio do Meio
629 Socrates da Costa Acanã	» » »
630 João Januario de Souza	» » »
631 Manoel José da Silva	» » »
632 Francisco José Gonçalves	» » »
633 Vicente F da Costa	» » »
634 José Corrêa de A Queiroz	» » »
635 Nominando Miguel Ferreira Fimmo	» » »
636 Antonio Fريس de Souza	Poço Salamanta
637 Francisco Paulo de Queiroz	Gangorra
638 João Baptista Chaves	Alagôa de Diogo
639 Alexandre B dos Santos	Malhadinha
640 Manoel Pereira dos Santos	Salão
641 Teutuliano José Baptista	»
642 Ignacia F de Mello	Serra
643 Antonio Marques do Nascimento	Salão
644 Clemente Mineiro de Souza e outros	Fazenda da Serra
645 Francisco de Mello Vianna	Serra
646 Ulysses Bezerra Leite	Roça Velha
647 Nominando Miguel Ferreira Fimmo	» »
648 Antonio Pereira da Silva	» »
649 Nominando Miguel Ferreira Fimmo	» »
650 Paulino Queirino de Queiroz	» »
651 Antonio Ferreira das Chagas	» »
652 Ernesto Caboclo de Souto	» »
653 Pedro Francisco Xavier	» »
654 Manoel Romão de Almeida	» »
655 João Corrêa de Queiroz	» »
656 Anastacio Corrêa de Queiroz	Ipociras
657 Pedro Lucio Corrêa	»
658 Thomaz de Aquino Raposo	Açude
659 Marcos Verissimo Bezerra	»
660 João Manoel do Nascimento	Tapuyo
661 Antonio José Ferreira	»
662 Antonio Rodrigues de Freitas	Poço Redondo
663 Agueda M Conceição	» »
664 Manoel Alves Feitosa	» »
665 Manoel Corrêa de Queiroz	» »
666 Constantino M de Alcantara	» »
667 Manoel L. Rodrigues de Freitas	» »
668 Antonio Tiburcio da Costa	Pinduaão
669 Francisco Ramos Bezerra	»
670 Paulino Possidonio Corrêa	Aguazinha
671 João Rodrigues Corrêa	»
672 Eduardo Tolentino Leite	»
673 João Rodrigues Corrêa	»
674 João Corrêa da Silva	»
675 Manoel Corrêa da Silva	»
676 Rodrigo Corrêa de Queiroz	»
677 Josepha Maria da Conceição	»
678 Antonio José Ferreira	»
679 João Rodrigues Corrêa	»
680 Luzia M. da Conceição e outros	Cacimbinhas
681 João Izidoro e outros	»
682 Manoel M Monteiro e outros	»
683 Manoel Thomé da Silva e outros	Atocias
684 Esperidião Elesbão	»

Alagôa do Monteiro

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
685 Pedro F da Silva e outros	São Miguel
686 Alexandre C da Silva e outros	Fundão
687 Antonio Francisco de Andrade	Quaty
688 João P. da Silva e outros	Roncadeira
689 Manoel R. Evangelista	Felisberto
690 José Alves Branco	Raposa
691 Izidoro F da Costa	Açudinho
692 Clara M. Conceição	Goiabeira
693 Felix Ferreira Raposo	Bôa Vista
694 Joaquim B. da Paz	Pocinhos
695 Zacharias Rodrigues Queiroz	Fazenda Cachoeirinha
696 Tetuliano Bezerra	Jueminha
697 Domingos Bezerra	Juema
698 Paulo Alves de Carvalho	Fazenda Cascavel
699 Josepha Bezerra	Malhada de Aroeiras
700 José Couêa da Costa	Fazenda Vermelhão
701 Manoel Corrêa Zuza	Vermelhão
702 Isaias José de Oliveira	Sítio Camalau

Alagôa Grande

1 Antonio de Veias	Tapêra
2 Felinto Domingos Pessoa e outros	>
3 José Avellar	>
4 Sizenando de Albuquerque e outros	>
5 Ricardo Herculano e outro	>
6 Antonio de Bairos	>
7 Anthero Pellegrino Albuquerque	Rapador
8 Manoel Raymundo dos Santos e outro	João Pinto
9 Zacharias Barbosa P. Freire	>
10 Joaquim José Pereira Miranda	Engenho Ribeiro Grande
11 Herdeiros menores de Manoel Cosme	Guabiraba
12 Duarte Barbosa Pereira Freire	Lagôa da Seia
13 José Avellar	> > >
14 Anna Cavalcanti Araujo	> > >
15 Manoel Barbosa	> > >
16 José Fernando	> > >
17 Antonio Freire Lima	> > >
18 Antonio Manoel da Luz	> > >
19 José Luiz da Silva e outros	> > >
20 Vicente de Andrade	> > >
21 Lindolpho B. P. Freire e outros	> > >
22 Tertulino Cavalcanti e outros	> > >
23 Francisco José de Penha e outros	> > >
24 Manoel D. P. Freire	Covão
25 Severino D. P. Freire	>
26 Sebastião Martins	>
27 Luiz Leocadio	>
28 José Freire	Pé de Seia
29 João Barbosa Freire	Coqueiro
30 João Bernardo T. Mendes	Bôa Vista
31 João Felix Severino Trindade e outros	>
32 Manoel Demetrio Freire	Vente
33 João Felicio	Cuial do Meio
34 Joaquim da Rocha	> > >
35 João Rosas Felix e outros	> > >

Parahyba - 2

Fonte: Ministério de Agricultura, Indústria e Comercio - Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil, 1920.

SOBRE O LIVRO

IMAGEM DA CAPA	FRANCISCO DE ASSIS BATISTA
DESIGN DA CAPA, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO	JEFFERSON RICARDO LIMA
TIPOLOGIAS UTILIZADAS	AMIRI 12/14PT
	CAPELLINA 16/18PT
FORMATO	15 x 21 CM
MANCHA GRÁFICA	10,5 x 16,5 CM

“ Em boa hora vem a lume a obra *Os Sertões dos Cariris Velhos da Parahyba do Norte*, de Francisco de Assis Batista, obra que requer uma atenção especial dos que irão recepçioná-la pelos anos afora, isto por duas razões: em primeiro lugar, por se tratar de obra escrita por um acadêmico para um público leitor não necessariamente acadêmico, advindo daí um texto livre de notas explicativas, de citações *ipsis litteris* em excesso ou um texto em que o autor, longe de comungar com a máxima da “morte do autor” em certa apreensão hoje considerada de teor pós-moderno - cujo corolário é a tentativa de esvaziamento da ideia de conhecimento verdadeiro associado à intencionalidade autoral, conforme iconoclasta tese de Roland Barthes -, dá a sua interpretação e, por conseguinte, oferece uma abordagem verossímil acerca das experiências sociais e humanas focalizadas; em segundo lugar, como a pretensão é atingir um público que extrapola os estritos círculos acadêmicos, trata-se uma obra livre de todo pedantismo no tocante aos usos de um sem-número de categorias históricas e/ou sociológicas ligadas ao universo camponês, a exemplo de “reciprocidade”, “economia moral”, “discurso oculto”, entre outros, haja vista que tais conceitos, além de não formarem um corpo à parte, como costumemente acontece nos trabalhos acadêmicos, aparecem aqui de forma muita bem dosada, sem maiores injunções puramente teorizantes. ”

Gervácio Batista Aranha

Prof. Dr. em História Social do Trabalho

ISBN 978-85-7879-824-6



 **eduepb**